



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - VRPPG
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPG-Psi
Mestrado em Psicologia

CLARISSA FREITAS DE ANDRADE

**O Significado da Casa para Moradores de Habitações Precárias em uma
Comunidade Urbana de Fortaleza - CE**

**The Meaning of Home for Residents of Substandard Housing in an Urban
Community of Fortaleza - CE**

FORTALEZA

2014

CLARISSA FREITAS DE ANDRADE

O Significado da Casa para Moradores de Habitações Precárias em uma Comunidade Urbana de Fortaleza - CE

The Meaning of Home for Residents of Substandard Housing in an Urban Community of Fortaleza - CE

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Cavalcante.

FORTALEZA

2014

A553s

Andrade, Clarissa Freitas de.

O significado da casa para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza - CE = The Meaning of home for residents of substandard housing in an urban community of Fortaleza-CE / Clarissa Freitas de Andrade. - 2014.

233 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2014.

“Orientação: Profa. Dra. Sylvania Cavalcante .”

1. Psicologia Ambiental. 2. Habitação social. 3. Comunidades. 4. Favelas.
5. Casas. I. Cavalcante, Sylvania. II. Título.

CDU 159.9:504

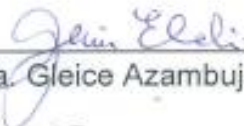


Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Ambiente Trabalho e Cultura nas Organizações


Dissertação intitulada *“O significado da casa para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza-CE”*, de autoria da mestrandia **Clarissa Freitas de Andrade**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profa. Dra. Sylvia Cavalcante – (UNIFOR) – Orientadora



Profa. Dra. Gleice Azambuja Elali – (UFRN)

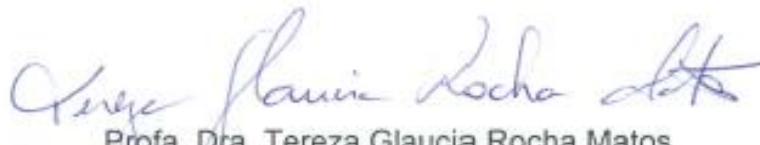


Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos – (UNIFOR)



Profa. Dra. Karla Patrícia Martins Ferreira – (UNIFOR)

Fortaleza, 16 de dezembro de 2014.



Visto:

Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIFOR

Dedico este trabalho à minha mãe,
Maria Clara,
grande mulher, que partiu cedo demais,
mas que deixou um legado de amor
que durará ainda por muitos e muitos anos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, porque sei que Ele é o maior apoio que tenho e que sempre terei, de forma concreta.

Ao meu pai, José Carneiro de Andrade, sempre motivador das minhas conquistas acadêmicas e profissionais.

À minha mãe, Maria Clara Freitas de Andrade (*in memoriam*), por ter feito tão admiravelmente bem seu papel de mãe, amiga, filha, esposa e, por isso, ser sempre minha inspiração para todas as minhas conquistas pessoais e também profissionais. Exemplo de inúmeras coisas boas, sua figura e lembrança me impulsionam a seguir sempre em frente na busca dos meus ideais.

Agradeço aos meus irmãos, Carla e Zé Filho, às minhas sobrinhas lindas, Joana, Laura e Maria Clarinha, e aos meus cunhados, Victor e Debora, pela compreensão e apoio aos meus estudos e carreira.

Ao Pedro, meu noivo, pela paciência, amizade, companheirismo, cuidado, amor e atenção de sempre dedicados, que muito me ajudaram a me superar cada vez mais. Muito obrigada! Agradeço também aos seus familiares e amigos, sempre incentivadores dos nossos planos.

À minha orientadora, professora doutora Sylvania Cavalcante, exemplo de carisma, simplicidade e atenção, que me ajudou imensamente, passando para mim seus conhecimentos de forma muito paciente e nobre, ajudando-me inclusive a ser professora, da forma mais positiva que poderia existir, e a estar à frente dos alunos, estando próxima a eles. Agradeço pelos seus ensinamentos acadêmicos e de vida. Tenho certeza de que esse tempo foi de muita graça e amadurecimento para mim.

Agradeço também à disponibilidade dos demais membros da minha banca, nas pessoas da professora Dra. Tereza Glaucia Rocha Matos, também estudiosa da Psicologia Ambiental e que se dispôs a contribuir com sua avaliação nesta pesquisa; à professora Dra. Karla Patrícia Martins Ferreira, por sua atenção desde o primeiro momento de nossa convivência, ofertando-me, muito gentilmente, valorosas instruções para este trabalho; e à Arquiteta e Psicóloga, professora Dra. Gleice Azambuja Elali, tanto por suas contribuições na minha qualificação quanto por sua presença, vinda de Natal, RN, no dia de minha defesa. Muito obrigada a todas.

Agradeço à minha psicóloga Lise, que me acompanhou desde o começo de minha vida profissional, após o término de minha graduação em Arquitetura e que me fez admirar ainda mais a Psicologia, por poder conhecer mais de perto esta ciência e também por ajudar a me conhecer, ainda mais, através do excelente trabalho profissional exercido por ela, uma verdadeira psicóloga, que, o valor do seu apoio e contribuição na minha vida nunca terá preço que pague.

Às pessoas da Obra Lumen de Evangelização, cujos trabalhos sociais oportunizaram-me entrar em contato com realidades de pessoas às quais, de outra forma, provavelmente eu não tivesse acesso. Aos amigos, apoiadores e colaboradores dessa obra, que também ajudaram na minha pesquisa de campo, meu sincero agradecimento.

À atenção e colaboração dispensadas pelos pesquisados, que neste trabalho receberam nomes de plantas que aprecio. Da mesma forma apreciei seus depoimentos e experiências compartilhados. Muito obrigada!

Agradeço o apoio, a amizade e as orações da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, nos nomes de Maria Sampaio, Maria Lélia, Afonsina, Terezinha, Zefinha, Maria de São Pedro, Socorro, Maria do Carmo, Mundica, Graça, Alacoque, Inês, Vulda, Ernestina, Francisca Candido de Jesus, Francisca Bastos, Wanda, Berna, Lidiane, Elenice, Aparecida, Vileuda, Lionete, Dona Lucia, Seu Antônio. Sem eles eu não teria conseguido fazer esta dissertação.

O meu agradecimento especial a Paula, a Germana e a Priscila, amigas de todas as horas, disponíveis, pacientes, amorosas, que me deram muita força e apoio ao longo deste trabalho e antes também! Muito obrigada! Vocês me ensinam muito, sempre.

Aos amigos Dilma, Arnóbio, Cleone, Dona Isaura, Bia, Mônica, Ivna, Leandra, Michel, Palloma, Denise, Fabio, Tati, Virna, Lucas, Felipe's, e a todos os meus "amigos de verdade e pela fé", muito obrigada pelo apoio, torcida, amor e incentivo de sempre.

Aos meus familiares e amigos, tios e tias, maternos e paternos, primos e primas, obrigada por terem apoiado, rezado e torcido por mim, entendendo e aceitando minhas ausências em muitos momentos.

A toda a equipe de professores, funcionários, secretários, alunos e coordenadora, professora Dra. Tereza Glaucia, que compõem o Programa de Pós Graduação em Psicologia da UNIFOR, aos queridos Cesar e Anderson, da secretaria, a Bel, do CA, e em especial à XV turma, formada por Andrea, Rochelle, Gabriela, Talita, Paulinha e tantos outros, que me encantaram pela acolhida, amizade e amor devotado à Psicologia e à pesquisa, muito obrigada!

Em especial a Rochelle, minha colega, que ao mesmo tempo em que se tornou uma grande amiga, virou também minha parceira de estudos, artigos e pesquisa, além de ter me ensinado muito sobre persistência, amor e coragem, o meu especial agradecimento.

Agradeço ao Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais (LERHA) pelo apoio, acolhida e ensinamentos aprendidos ao longo desse tempo.

Sou realmente muito grata a todos os que me apoiaram na realização deste trabalho, acreditando no meu potencial como pesquisadora e incentivando minhas decisões. Tudo isso me passou muita confiança e também determinação.

Agradeço, por fim, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela concessão da Bolsa de estudos a partir de agosto de 2013, que além de apoio financeiro representou um estímulo a mais para a minha pesquisa.

Este trabalho tem um pouco de cada um que me incentivou, e leva consigo a bagagem adquirida e o meu desejo de continuar aprendendo sempre mais para contribuir, na medida do possível, com a arquitetura, com o urbanismo, com a psicologia e com a sociedade em geral – esta última que tanto precisa de ajuda, estudos e, principalmente, cuidados e atenção! Muito Obrigada!!!

“A beleza de exercer a arquitetura está no fato de que ela é uma atividade que inclui o outro, é uma aventura compartilhada”.

Richard Rogers

“O homem do povo sabe construir, é arquiteto por intuição, não erra; quando constrói uma casa para suprir as exigências de sua vida; a harmonia de suas construções é a harmonia natural das coisas não contaminadas pela cultura falsa, pela soberba e pelo dinheiro.

Ali está a nossa casa. Simples, sem voltas, sem retórica. Uma casa em que os espaços foram cuidadosamente pensados, não sobre a base a especulação, mas sobre a base da solidariedade humana; uma casa onde é possível viver, e principalmente pensar, onde há espaço para tudo, um espaço cuidadosamente dosado, que vai da cozinha dada como um laboratório químico ao esconderijo para os barbantes e as rolhas usadas.”

Lina Bo Bardi

"Ultrapassa-te a ti mesmo a cada dia, a cada instante. Não por vaidade, mas para corresponderes à obrigação sagrada de contribuir sempre mais e sempre melhor, para a construção do Mundo. Mais importante que escutar as palavras é adivinhar as angústias, sondar o mistério, escutar o silêncio. Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo."

Dom Hélder Câmara

Resumo

Este trabalho discute o significado que a casa tem para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana, conhecida por 31 de Março, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, estado do Nordeste brasileiro. Buscou-se compreender os fatores subjetivos levados em conta para formar os vínculos e as relações afetivas com o espaço de moradia precária. Apresentou-se, ainda, histórico com resumo das principais políticas públicas da habitação social no Brasil e a concepção da vida nas favelas, explicitando-se as relações pessoa-ambiente. Fez-se uso de abordagem qualitativa com apanhado de dados de oito moradores por meio de dois instrumentos de pesquisa (entrevistas semiestruturadas e poema dos desejos), exceto no caso do oitavo pesquisado, examinado com apenas um desses dois. Os resultados obtidos apresentam considerações sociais e funcionais importantes quanto à forma como esses moradores de habitações precárias lidam com suas casas, vizinhos e comunidade, mostrando suas necessidades, definições e percepções, sendo aprofundados conceitos vistos na Psicologia Ambiental quanto ao significado que a casa assume dentro da comunidade investigada.

Palavras-chave: Casa. Comunidade. Habitação social. Favela. Psicologia Ambiental.

Abstract

This work discusses the meaning of the house to residents of substandard housing in an urban community, known by March 31, in the city of Fortaleza, capital of Ceará, state of Brazilian Northeast. It is an attempt to understand the subjective factors involved in forming links and affective relationships with precarious housing space. It is also presented a historical review with a summary of the main social housing public policies in Brazil and the conception of life in the communities, explaining the person-environment relationships. A qualitative approach using data collected from eight residents through two instruments (semi-structured interviews and wishing poem) of research was used, except in the case of the eighth resident, examined with only one of those two aforementioned instruments of research. It is shown that the obtained results provide important functional and social considerations about the way these substandard housing residents deal with their homes, neighbors and community, showing their requirements, definitions and perceptions, deepening into concepts of Environmental Psychology about the meaning that the house assumes within the investigated community.

Keywords: House. Community. Social housing. Slum. Environmental Psychology.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Planta da espécie <i>cnidoscolus quercifolius</i> ou favela, termo popular.	86
Figura 2	Quadro <i>Morro da Favela</i> , de Tarsila do Amaral, 1924.....	87
Figura 3	Imagem com adensamento de favelas (vermelho) em Fortaleza-Ce..	102
Figura 4	Vista superior da zona da Comunidade 31 de Março.....	102
Figura 5	Marcação da Praça 31 de Março (azul) e Projeto São Bento (vermelho). Localizados dentro do território da Comunidade 31 de Março, vista aérea.....	103
Figura 6	Fotografia da casa do Projeto São Bento - Lumen.....	104
Figura 7	Fotografias comparativas da casa do São Bento com vista para a Avenida Santos Dumont.....	104
Figura 8	Fotografias comparativas do terreno situado na entrada da Comunidade 31 de Março, perpendicular à Avenida Santos Dumont	104
Figura 9	Vista da entrada da Comunidade 31 de Março. Ruas e casas sem infraestrutura.....	105
Figura 10	Mapa da Comunidade 31 de Março (mancha verde) e de sua vizinha dos Cocos (mancha rosa).....	105
Tabela 1	Sujeitos da pesquisa.....	108
Figura 11	Mapa da <i>Comunidade 31 de Março</i> , sem escala, feito por moradores em 2010.....	122
Figura 12	Projeção do mapa criado por moradores sob mapa do IBGE para representar a Comunidade 31 de Março.....	123
Figura 13	Exata delimitação em vermelho da Comunidade 31 de Março.....	123
Figura 14	Projeção comparativa de três delimitações de mapas: IBGE (cor	

	branca), construção de moradores (cor amarela) e identificação dos agentes de saúde pelo mapa de satélite (cor vermelha) para representar a Comunidade 31 de Março.....	124
Figura 15	Projeto Arquitetônico do Centro Social Obra Lumen de Evangelização em fase de execução no território da Comunidade 31 de Março. Início de obras em junho de 2014.....	126
Figura 16	Vista superior do projeto urbanístico da nova Praça 31 de Março ou Praça Dom Hélder Câmara.....	128
Figura 17	Recorte feito no <i>Poema dos Desejos</i> de Hortência (37 anos).....	140
Figura 18	Recorte feito no <i>Poema dos Desejos</i> de Tulipa (20 anos).....	141
Figura 19	Recorte feito no <i>Poema dos Desejos</i> de Dona Girassol (45 anos).....	142
Figura 20	Recorte feito no <i>Poema dos Desejos</i> de Gardênia (47 anos).....	144
Figura 21	Recorte feito no <i>Poema dos Desejos</i> de Rosa (37 anos).....	146
Tabela 2	Resumo dos <i>Poemas dos Desejos</i> dos pesquisados.....	149

Lista de Abreviaturas

BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CADÚNICO	Cadastro Único Para Programas Sociais
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CMN	Conselho Monetário Nacional
COHABs	Companhias de Habitação Popular
COELCE	Companhia Energética do Ceará
FCP	Fundação Casa Popular
FNH	Fórum Nacional de Habitação
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
HABITAFOR	Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAB-CE	Instituto de Arquitetos do Brasil - Ceará
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LERHA	Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais
PA	Psicologia Ambiental
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação

PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNMH	Programa Nacional de Mutirões Habitacionais
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PSF	Programa Saúde da Família
REPALA	Rede de Psicologia Ambiental Latino-Americana
SEAC	Secretaria Especial de Ação Comunitária
SER	Secretaria Executiva Regional
SMCDH	Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos
SFN	Sistema Financeiro Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

Sumário

1	CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	18
2	CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
	2.1 Psicologia Ambiental.....	24
	2.2 A Casa e seus Significados.....	29
	2.2.1 A casa, lugar de abrigo e proteção.....	29
	2.2.2 A casa, espaço de apropriação.....	34
	2.2.3 A casa, um lugar no mundo.....	36
	2.2.4 A casa, lugar de privacidade.....	38
	2.2.5 A casa e o apego ao lugar.....	41
	2.2.6 A casa, a identidade do lugar e a identidade social urbana.....	45
	2.2.7 A casa, importância simbólica.....	49
	2.3 A Comunidade.....	57
	2.4 Histórico da Habitação Social no Brasil.....	62
	2.5 Moradias Alternativas – Favelas.....	81
3	CAPÍTULO 3 - MÉTODO.....	99
	3.1 A Comunidade Pesquisada.....	100
	3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	106
	3.3 Estratégia e Técnicas de Obtenção de Dados.....	109
	3.3.1 Observação participante.....	113
	3.3.2 Instrumento <i>Poema dos Desejos</i>	113
	3.3.3 Entrevistas semiestruturadas.....	115
4	CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	117
	4.1 Histórico da Comunidade 31 de Março.....	117

4.2	Diário de Campo / Observação Participante.....	128
4.3	<i>Poema dos Desejos</i> e Suas Revelações.....	138
4.4	Entrevistas Semiestruturadas e Categorias Temáticas.....	150
4.4.1.	Chegada dos moradores às casas e seus problemas de estruturas...	151
4.4.2	Vínculos afetivos: valor simbólico da casa e da comunidade.....	157
4.4.3.	Relações de vizinhança: a porta (privacidade) e a solidariedade.....	171
4.4.4.	Identidade de lugar e identidade social urbana (<i>Favela versus</i> Comunidade).....	179
4.4.5.	Problemas de segurança na comunidade (drogas e violência).....	187
4.4.6.	Lazer e políticas públicas.....	192
4.4.7.	A casa ideal.....	198
5	CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
	REFERÊNCIAS.....	206
	APÊNDICES.....	219
	Apêndice A - Modelo de aplicação do <i>Poema dos Desejos</i>	220
	Apêndice B - Resultados dos <i>Poemas dos Desejos</i>	221
	Apêndice C – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas.....	229
	Apêndice D – Montagem com fotografias das casas da comunidade urbana 31 de Março feitas em maio de 2014 no local.....	231
	Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	232
	Apêndice F – Parecer Consubstanciado – Plataforma Brasil.....	235

Capítulo 1 - Introdução

Esta pesquisa tem como tema central compreender o significado da casa para habitantes de moradias precárias localizadas em um aglomerado subnormal urbano (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010) conhecido popularmente como favela ou como comunidade urbana *31 de Março*, localizada na Praia do Futuro da capital cearense.

De acordo com Houaiss (2001, p. 86), “significado” é a “relação de estima, reconhecimento, apreço por alguém ou algo, importância, valor, significação ou significância”. A partir da compreensão desse termo, pretende-se fazer uma pesquisa, em análise qualitativa, sobre a noção que as pessoas têm das suas casas, sabendo-se que elas, muitas vezes, apresentam grandes problemas de infraestrutura. O significado é o processo que liga o pensamento à palavra, podendo ser mutável e inconstante. Já a palavra “sentido”, similar ao termo “significado”, possui valor individual humano e pode existir sem que outras a definam, ao contrário da palavra significado, que possui conotação mais universal (Brandão, 2012; Vygotsky, 1925).

A casa, que pode ser considerada abrigo, engenhosidade criada para suprir as necessidades físicas do homem ou extensão dos seus sentidos, proporciona-lhe proteção e auxílio em suas realizações físicas, possui significados simbólicos e pode ser espaço de amor e integridade psíquica (Bachelard, 1984; DaMatta, 1997; Elali & Pinheiro, 2013; Hall, 2005; Santos & Duarte, 2002; Tuan, 1930).

Neste trabalho é considerada como habitação precária a casa feita com técnicas rudimentares de construção em terrenos clandestinos e irregulares, sem

infraestrutura ou serviços públicos, como saneamento básico, policiamento, rede de esgotos, pavimentação, energia elétrica, distribuição de água, etc., apresentando problemas de impermeabilização, umidade no solo e insuficiência de conforto térmico, ventilação e estabilidade estrutural (Abiko, 1995).

O meu interesse pelos estudos acerca da casa, especificamente da habitação precária, nasceu ainda na minha infância, quando constantemente visitava uma fazenda no interior do sertão do Ceará, região pobre e castigada pela seca, conhecendo os casebres de seus nativos moradores. Pude constatar, por diversas vezes, a fragilidade e insegurança dos aspectos construtivos dessas moradias, contrastando com a aparente tranquilidade emocional de seus habitantes ao lidar com essa vulnerabilidade física.

Durante minha adolescência, pude conhecer a Comunidade 31 de Março, lugar carente onde o grupo de oração de jovens que eu integrava da Igreja Católica - Obra Lumen de Evangelização - desenvolvia trabalhos voluntários. No local ainda são realizados trabalhos sociais de apoio pelo grupo, com cujos participantes ainda mantenho relações de amizade, assim como com alguns dos seus moradores.

O contato com a realidade da 31 de Março sensibilizou-me, atraindo minha atenção para conhecer de forma mais aprofundada os aspectos simbólicos e de valor afetivo dessas residências e entender como as relações pessoais se desenvolvem naquele local, apesar da precariedade dos aspectos físico-estruturais. Interessava-me, nesse sentido, entender os motivos que levava os seus moradores a gostar de residir em suas casas e a não querer abandoná-las.

Com efeito, durante o Curso de Arquitetura e Urbanismo, busquei alternativas de moradia para pessoas de baixa renda, apresentando em meu Trabalho Final de

Graduação (TFG) um *Complexo Habitacional de Baixo Custo em Messejana*, bairro periférico de Fortaleza, com propostas sustentáveis, que visavam à valorização e à qualidade de moradia.

Em meu exercício profissional também tenho estado envolvida com questões de sustentabilidade. Trabalhei em escritórios que usam essa ferramenta em seus projetos, oportunidade que me aproximou também da realidade da arquitetura que trata das habitações populares, tendo nesta abordagem uma alternativa de qualidade de vida.

Minha participação no Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais (LERHA) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), antes do ingresso no mestrado, possibilitou-me identificar na Psicologia Ambiental (PA) a afinidade pessoal necessária para procurar entender os fatores essenciais ao desenvolvimento de um bom projeto e à satisfação com a moradia, a partir do acesso à bibliografia dos estudos das relações pessoa-ambiente, tratados na PA. Dessa forma, o interesse de pesquisar esse campo de conhecimento aliou-se aos meus interesses pessoais sobre a habitação popular.

Meu conhecimento da Psicologia Ambiental (PA), que estuda as relações pessoa-ambiente, levou-me a observar, de forma mais clara, a interferência do ser humano no espaço, que ao mesmo tempo influencia na vida das pessoas, de forma social e física (Moser, 1998; Pinheiro, 1997; Pinheiro, Gunther, & Guzzo, 2004; Pol, 1993; Sommer, 1969/1973; Valera, 1996).

A minha motivação para o estudo das relações das pessoas com suas moradias foi impulsionada por ter passado um mês habitando em um internato estudantil de organização religiosa, poucos meses antes de ingressar no mestrado.

Na ocasião, percebi fortemente, no cotidiano das adolescentes que lá residiam, que havia no local muita disciplina, organização, interações sociais e aparente estrutura física adequada aos seus estudos, elementos supostamente facilitadores de preparação para o vestibular, objetivo das moradoras durante aquele período. A observação dessa experiência, um pouco diferente da vivenciada comumente, permitiu que eu compreendesse de forma mais evidente que o ambiente influencia na vida e nos costumes das pessoas, podendo contribuir, quando suas funções se adequam aos objetivos de seus moradores, por apresentar condições físicas ou sociais adequadas para os planos e projetos de vida dos seus usuários, ou atrapalhar, caso essas condições se revelem desfavoráveis (Giuliani, 2004; Ittelson, Proshansky, Rivlin, & Winkel, 1974; Manzo, 2005; Santos & Duarte, 2002).

Dessa maneira, a PA foi tomada como base para o melhor entendimento possível do significado que a casa tem para seus moradores. O entendimento da forma como as pessoas se relacionam com seus ambientes, bem como o significado que assumem em suas existências, portanto, podem ser vislumbrados de forma mais evidente a partir desse referencial, que perpassa pelos conceitos de apego ao lugar, identidade do lugar, identidade social urbana, entre outros.

A casa, como extensão de cada pessoa, onde se guardam objetos e instrumentos, seja de leitura, alimentação, descanso, comunicação, etc., transforma-se em lugar que se une à subjetividade, considerada um “sistema de sentidos” (Brandão, 2012, p. 177) e própria de cada pessoa, abrangendo as ações, as características, os movimentos e as peculiaridades próprias de cada morador. A partir de conhecimentos pré-existentes sobre a casa, este trabalho traz em si algumas perguntas, tais como: quais fatores são levados em conta nas relações pessoa-ambiente? Como se dá o processo do vínculo ao lugar? Será que as

peessoas se apegam às suas habitações, mesmo possuindo estruturas precárias? Como é a vida das pessoas em uma comunidade urbana? Do que precisam e sentem mais falta? Como se adequam às suas casas, mesmo com os problemas físicos e sociais nelas existentes?

O estudo e a análise do significado da casa para as pessoas que convivem em meio à precariedade habitacional, possibilitou compreender o que se percebe como necessidade mínima na casa (e em seu entorno - a comunidade, seus vizinhos, etc.), para que se estabeleçam vínculos básicos e saudáveis, que poderão proporcionar maior qualidade de vida aos seus moradores.

Esta pesquisa, que retrata o problema da habitação encontrado ao longo da história no Brasil, analisa os problemas que a desigualdade social pode gerar, bem como realiza uma leitura empírica do problema atual do *déficit* habitacional do País, que tem as cidades grandes como pontos de atração – e oportunidade – para as quais muitas vezes as pessoas se deslocam para trabalhar, morar, ou exercer outras atividades. Sem condições de viver e se manter adequadamente nesses espaços cada vez mais populosos, as pessoas costumam ocupar suas zonas periféricas e de risco, o que gera o aumento da população em construções irregulares e desordenadas, que proliferam em progressão mais acelerada que o desenvolvimento da cidade (IBGE, 2010; Ministério das Cidades, 2005; Rolnik, 1985, 2002).

Este trabalho, a partir dos estudos da PA, justifica-se pela relevância que assume para a ampliação da compreensão das relações pessoa-ambiente, bem como da temática da moradia popular.

Objetiva-se, portanto, a partir de estudos qualitativos, analisar o significado da casa e conhecer os vínculos afetivos relacionados a ela para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza, conhecendo as vivências e memórias relativas ao ambiente da casa e de seu entorno (vizinhança/comunidade), bem como as expectativas futuras associadas a ele, além de se buscar compreender como ocorre o processo de apego a casa para habitantes dessas moradias.

Capítulo 2 – Referencial Teórico

Neste capítulo do trabalho abordam-se, primeiramente, aspectos conceituais da Psicologia Ambiental, após o que se introduzem conceitos e significados que a casa assume nas diversas sociedades. Na continuidade, apresenta-se um breve resumo com o histórico da habitação social no Brasil, mostrando as formações habitacionais que existiram e que existem no País, encerrando-se a construção teórica com definições e descrições de moradias alternativas, representadas pela tipologia das favelas, que integram o tema central desta dissertação.

2.1 Psicologia Ambiental

A Psicologia, ciência que estuda a totalidade do ser humano em sua subjetividade (Bock, Furtado, & Lourdes, 1999), tem na Psicologia Ambiental (PA) um dos mais recentes campos de estudo que trata das relações entre as pessoas e o espaço a sua volta. A PA é uma disciplina de múltiplas abordagens, tais como arquitetura, sociologia urbana e ambiental, ecologia, ergonomia, paisagismo, decoração de interiores, etc. Ela é, portanto, interdisciplinar e trata dos assuntos ligados às relações entre o comportamento humano e o meio ambiente. Tem como matéria-prima principal o homem e as relações que estabelece com o ambiente, e a partir de seus estudos pode-se perceber a interferência do ser humano no espaço e deste último na vida das pessoas, no que se revela uma relação intrínseca com relevância física e social (Moser, 1998; Pinheiro, 1997; Pinheiro et al., 2004; Pol, 1993; Sommer, 1969/1973; Valera, 1996).

O entendimento de que todos sempre estão inseridos em algum meio foi o que levou ao interesse de se estudar Psicologia Ambiental, pois é no espaço que as

relações humanas acontecem, e é dele que as pessoas precisam para ser, criar, viver, construir (Tuan, 1983). A PA estuda os espaços ocupados pelas pessoas, as distâncias entre elas, o modo como os espaços construídos afetam seu comportamento e subjetividade, a capacidade de tolerância à presença do outro nos lugares que pode garantir sentimentos de proteção e de segurança, etc. (Sommer, 1969/1973).

A proximidade dos estudos da PA tanto com a psicologia social quanto com a psicologia comunitária decorre do fato de as três manifestarem a necessidade de compreender de forma completa e complexa as relações entre as pessoas e seus espaços, sejam eles construídos ou naturais, o que acontece de forma uni e bidirecional (Valera, 1996).

No final da década de 1940, no contexto de destruição e necessidade de melhorias nas cidades devastadas pela Segunda Guerra Mundial, a PA encontrou espaço para análise dos ambientes construídos e seus efeitos sobre o comportamento humano. Por sua influência na arquitetura e no planejamento urbano, nesse início ficou conhecida por “Psicologia Arquitetural”, que buscava, como ainda o faz, estudar as inter-relações entre o comportamento humano e as mudanças ambientais, que de forma intrínseca influenciam-se mutuamente, à procura de formas de promover o bem-estar das pessoas, contemplando aspectos concretos e questões subjetivas. Seus estudos foram consolidados na década de 1960 (Pinheiro, 1997, 2003; Pol, 1993; Valera, 1996).

Na década de 1970, a PA estava presente no Brasil de maneira espalhada e não ainda integrada à formação profissional. A “Psicologia Ambiental Verde”, iniciada nos anos 1980, juntamente com movimentos ambientalistas, que tratavam

de problemas de desmatamentos, poluição, desequilíbrios ecológicos, etc., promoveu o desenvolvimento sustentável (Pol, 1993). Na década de 1980 e, principalmente na década de 1990, essa área teve um impulso no País, acompanhando o desenvolvimento que acontecia no restante do mundo, não só na área da Psicologia como em suas áreas correlatas (Pinheiro et al., 2004). Justamente no “Dia Mundial do Meio Ambiente”, dia 5 de junho de 2001, a PA ganhou uma rede de discussão de pesquisas, congressos, encontros, com *site* na Internet, chamada Rede de Psicologia Ambiental Latino-Americana (REPALA) no Brasil, com repercussão na América Latina e demais países (Pinheiro et al., 2004).

Os estudos da PA têm o propósito de gerar maior qualidade de vida às pessoas, seu olhar encontra possibilidades para ser ampliada e aplicada em diversas áreas de conhecimento, levando-se em consideração suas fundamentações humanísticas.

As gerações futuras nos espreitam, aguardando ansiosas que encontremos maneiras de enfrentar os graves problemas humano-ambientais que fazem parte de nosso cotidiano e que colocam em sério risco a sustentabilidade necessária para sua existência. É urgente que a Psicologia leve em conta as relações com outras áreas de conhecimento, o contexto político-institucional das (des) atenções com a crise humano-ambiental, e a necessidade de se incluir o ambiente físico na abordagem psicológica dos graves problemas sociais com que nos deparamos (Pinheiro et al., 2004, p. 12).

Os estudos da Psicologia Ambiental têm contribuído para o entendimento das relações humano-ambientais e das conseqüentes melhorias das condições

ambientais de locais de moradia, estudos, trabalhos, saúde, lazer, etc., visto que “a PA estuda o homem em seu contexto físico e social” (Pinheiro et al., 2004, p. 7). A dedicação da PA considera tanto os aspectos individuais quanto coletivos das inter-relações entre os seres humanos e o ambiente sociofísico que os cerca, onde qualquer alteração, seja de ordem social ou física, influencia no outro elemento (Moser, 1998; Pinheiro et al., 2004).

De acordo com essa premissa das interações entre as pessoas e o espaço, vê-se que as casas são divididas, desenhadas e adaptadas. As percepções espaciais afetam tanto o ambiente em si quanto as pessoas que nele se inserem. Fatores como ruídos, iluminação, ventilação, vibrações, climáticos e ambientais, etc., que compõem um espaço, são estudados por produzirem efeitos psicológicos positivos ou negativos, nesses últimos casos considerados estressores por existirem de maneira desconfortável. O valor afetivo interfere, portanto, nas percepções e sensações dos ambientes (Valera, 1996).

As pessoas podem, ao se adaptar aos ambientes, criar uma percepção menos crítica em relação ao seu local e ao que acontece à sua volta (Elali & Pinheiro, 2013). Quando uma pessoa mora em um local há muito tempo, já não percebe ou “faz vista grossa” a certos detalhes que outra pessoa, que vem de fora, imediatamente observa. O tempo de moradia influencia, portanto, nos sentimentos e percepções das pessoas. Cada pessoa percebe o ambiente de forma única. Para algumas, a sensação de ter muitos moradores em uma só casa pode ser boa, por deixar a casa mais alegre, animada. No entanto, para outras, a vivência dessa situação pode ser vista como uma invasão de espaço, que compromete a privacidade, “duas pessoas em um cômodo podem constituir uma multidão” (Tuan, 1930, p. 68).

A PA é uma ciência que coloca em evidência a vinculação das pessoas com seus espaços. Existem processos que fazem referência a “laços afetivos” relacionados aos lugares e aos seus vínculos. Eles são comuns de serem observados no espaço da casa. Conceitos como “apropriação”, “lugar”, “vínculo” ou “apego ao lugar”, “identidade de lugar”, “identidade social urbana”, próprios da Psicologia Ambiental, são complementares, inter-relacionados e de difícil diferenciação, mas abrangem um leque de possibilidades a serem estudadas, como atitudes pró-ecológicas do homem em relação aos lugares, comunidade, territorialidade, privacidade, etc., temas que falam da necessidade de controle do próprio espaço e de verificação da qualidade dos lugares, a partir de uma preocupação social, médico-ambiental, entre outras (Valera, 1996).

A casa, ponto de referência da vida das pessoas como espaço no qual se convive e para o qual as pessoas sempre retornam, assim como outros ambientes nos quais o homem se relaciona e interage podem ter suas relações humano-ambientais analisadas e verificadas de melhor forma mediante os conceitos mencionados.

A base de atuação da PA é formada pela união dos estudos comportamentais, culturais, psicológicos e subjetivos, beneficiando diversos campos de conhecimento. Este trabalho tem na casa seu marco teórico específico cujo vislumbre possibilitará a compreensão dos significados que as moradias precárias, localizados em uma favela ou comunidade urbana, conforme termo popular, da cidade de Fortaleza, no Ceará, têm para seus habitantes.

2.2 A Casa e seus Significados

2.2.1 A casa, lugar de abrigo e proteção.

Desde as primeiras civilizações, o homem tem necessidade de abrigo, utilizando-se para se proteger de recursos naturais dos lugares, tais como cavernas, copas de árvores, etc. Com o tempo, esses abrigos tornaram-se mais elaborados, porque construídos com utilização de pedras, peles de animais, madeiras, terra crua e queimada, como a cerâmica, entre outros materiais, sem que sua função básica, de proteção contra intrusos e intempéries, fosse alterada (Abiko, 1995).

Antes mesmo de construir os primeiros abrigos, o homem já especializava e hierarquizava o espaço onde vivia. As primeiras barreiras materiais, telhados e paredes ofereciam mais que simples proteção física. O telhado se interpõe entre o homem primitivo e um poder sobre-humano ainda incompreensível, capaz de atingi-lo por meio de fenômenos incontroláveis, como chuva ou neve. A parede o protege dos perigos de um mundo ainda selvagem (Santos & Duarte, 2002, p. 275).

A casa possui uma imagem arquetípica de abrigo, simboliza lugar de refúgio e proteção. No seu interior, a vida privada cotidiana acontece por meio das relações familiares, facilitando o exercício de atividades básicas destinadas ao suprimento das necessidades físicas e espirituais. A casa constitui-se em uma necessidade vital para os seres humanos, dela emanando um sentimento de segurança e de intimidade que recai sobre seus moradores.

A casa é vista como uma condição e uma necessidade física, que os animais também se adaptam para criar. Apesar de apenas o ser humano parecer ser capaz

de criar extensões de seu corpo para inventar um complexo mundo, aliado a si mesmo e à sua volta, a habitação humana se assemelha a de outros animais, sendo constituída por sótãos ou áreas de segurança, ou por espaços demarcados por esses seres irracionais; ou por quartos e camas, assim como os ninhos; banheiros ou espaços destinados para os excrementos; paredes ou elementos que protegem contra intempéries, etc. (Elali & Pinheiro, 2013).

O ninho, por exemplo, é visto como uma maravilha da natureza em termos de engenharia e arquitetura. O ninho é um local seguro para os animais, e seus construtores, seres teoricamente irracionais, parecem superar os homens nas construções de suas casas (Bachelard, 1984).

Muitos animais vivem, como os seres humanos, em ambientes construídos por si mesmos, em vez de viverem simplesmente na natureza. E animais mais evoluídos, como os pássaros e os mamíferos, não são as únicas espécies que sabem construir. Até organismos unicelulares constroem seus próprios abrigos com materiais como grãos de areia (Tuan, 1930, p. 113).

A engenhosidade encontrada nos seres humanos e também nos seres irracionais é entendida e despertada, portanto, pela necessidade de se ter abrigo e proteção. Os homens, a partir de suas necessidades físicas, semelhantes às existentes nos animais, juntamente com o instinto criador, elaboram significado afetivo com suas casas, visto que “o espaço, uma necessidade biológica de todos os animais, é também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual” (Tuan, 1930, p. 66).

Utilizando suas habilidades racionais para criar mecanismos de extensão de seu corpo, o homem leva para dentro de sua casa suas necessidades naturais,

físicas, biológicas e psíquicas. Inevitavelmente, essas necessidades são comparáveis às que os animais têm no conforto físico de seus refúgios, independentemente de serem racionais ou irracionais, posto que “na felicidade física, o ser gosta de “recolher-se ao seu canto” (Bachelard, 1984, p. 104).

O pintor Vlaminck, vivendo em sua casa tranqüila, escreve: “O bem-estar que sinto diante do fogo, quando o mau tempo se desencadeia, é totalmente animal. O rato em seu buraco, o coelho na toca, a vaca no estábulo, devem ser felizes como eu.” Assim, o bem-estar devolve-nos à primitividade do refúgio, fecha-se sobre si mesmo, retira-se, encolhe-se, esconde-se, entoca-se. Procurando nas riquezas do vocabulário todos os verbos que exprimissem todos os dinamismos do retiro, encontraríamos imagens do movimento animal, dos movimentos de encolher-se que estão gravados nos músculos. Como se a psicologia se aprofundaria se pudéssemos descrever a psicologia de cada músculo! Que soma de seres animais há no ser humano! (p. 104).

O livro do arquiteto Bangs (2007) apresenta discussões sobre o conceito de casa para os homens, levantando a teoria de que a caverna é a imagem arquetípica do abrigo, quando denomina a Terra como “a mãe dos homens” e a caverna “como o ventre desta mãe”, visto que o ventre é “o lugar para o qual sempre desejamos retornar” (p. 135), por nos proporcionar segurança e satisfação. Como condição de vida dos antepassados do homem, a caverna é um elemento impresso no tecido genético das pessoas. Dessa maneira, não só os “homens da caverna” gostam da sensação de proteção e abrigo que a caverna oferece, mas também os homens modernos desejam para si “cavernas acolchoadas” (p. 137), que lhes deem

segurança, sensação de bem-estar e proteção a tudo o que pareça prejudicial à vida humana, além de conforto.

Já para Roaf (2003), pesquisadora e também arquiteta, a casa é para o homem como proteção e segurança para além da pele, estrutura que lhe reveste a parte física e sua essência subjetiva; e de suas vestimentas, que o protegem de temperaturas mais ou menos amenas. A casa constitui a “terceira pele do homem”, que o protege dos inimigos naturais que podem ser outros homens, animais, chuva, neve, do “relento” da noite ou do sol intenso do dia, além de proporcionar-lhe sombra, aconchego e segurança em todos os momentos. Concorda com essa compreensão Jacques (2011), que em suas afirmações percebe as vestimentas, as cobertas, o abrigo (ou a casa), seguidos do quarteirão, da cidade, etc., como “peles” que protegem o homem.

Como sinônimos da palavra “casa”, de acordo com o senso comum, reconhecem-se muitos outros termos, tais como “abrigo”, “moradia”, “habitação”, “residência”, “nicho”, “estabelecimento”, “lar”, etc. Este último faz referência principalmente à dimensão psicológica da proteção propiciada pela casa. Nesse sentido, a casa exerce papel de estrutura que oferece, além da proteção física, o amparo emocional, que pode auxiliar nas vivências cotidianas psíquicas (Bachelard, 1984; DaMatta, 1997; Hall, 2005; Santos & Duarte, 2002; Tuan, 1930). Já a palavra habitação é usada para designar características de moradias mais duradouras e permanentes do que as encontradas em favelas, por exemplo, ainda que o abrigo desse “habitar” sugerido não seja definitivo e possa vir também a ruir a qualquer momento (Jacques, 2011).

Para dentro de casa as pessoas costumam levar tudo o que necessitam como extensões de si para se sentirem mais confortáveis. As extensões dos seres humanos são formas de cuidar de si mesmo e de seus lugares. A casa ou o ambiente residencial podem ser considerados como extensão não apenas das dimensões físicas do homem, mas também de seu espaço próximo, no qual realiza suas atividades cotidianas. Assim, quando uma casa possui boa estrutura e condições externas adequadas às relações pessoais quanto aos seus acessos, vizinhança e demais elementos próximos, propicia uma melhor qualidade de vida aos seus moradores, exercendo de maneira adequada o seu papel de abrigo e proteção. As extensões criadas pelo homem oferecem-lhe mecanismos para melhor se comunicar com o mundo (Amérigo, 2000).

O uso, o cuidado, a manutenção, as vivências e relações sociais pelos quais o homem constrói seu cotidiano e as suas experiências formam o significado da casa, ou ethos, que segundo Boff (1999), “em seu sentido originário grego significa a toca do animal ou casa humana, vale dizer, aquela porção do mundo que reservamos para organizar, cuidar e fazer nosso *habitat*” (p. 27).

A casa, sendo pequena ou grande, tem valor singular e é tida como lugar privilegiado. Na casa, o homem expressa a territorialidade, que é o estudo do “comportamento, por meio do qual um organismo caracteristicamente reivindica a posse de uma área e a defende de membros de sua própria espécie” (Hall, 2005, p. 10). Dessa forma, percebe-se a casa como “nosso canto no mundo” (Bachelard, 1984, p. 24), expressão usada na literatura como amostra de espaço que é cuidado, defendido, e por isso torna-se diferenciado das outras casas, a partir do morador que nela se abriga, protegendo-a e sendo protegido, permitindo desencadear o processo de apropriação com a mesma.

As consequências das experiências de moradia que a casa proporciona por meio de sua função de abrigo resultam nos conceitos de apropriação, identidade do lugar, entre outros (Manzo, 2005), que serão vistos a seguir.

2.2.2 A casa, espaço de apropriação.

A casa é símbolo da necessidade que a pessoa tem de possuir um território seu que possa usar e criar suas extensões, transformando-o em uma referência de chegada, permanência e partida. Primeiramente, o homem defende e demarca um espaço, estabelecendo seu território, para, depois, apropriar-se dele. São os hábitos que se constroem com o uso de um espaço que levam à sua apropriação. A apropriação pode se dar por ação, que transforma, e também por identificação simbólica. Há uma significação criada com um espaço que leva à preservação das pessoas para com esse lugar. A apropriação acontece com a ocupação de um espaço, e a sua demarcação com reivindicações, defesa e proteção. Essas atitudes lembram as formas como a territorialidade se exerce. Porém, diferentemente do conceito de territorialidade, o conceito de apropriação foca nas transformações no espaço, que acontecem por meio de processos simbólicos, afetivos e de interações maiores entre o homem e o espaço (Bomfim, 2010; Cavalcante & Elias, 2011; Pol, 1996).

No processo da apropriação, o homem adequa o espaço às suas necessidades, personalizando-o e remetendo-o a significados particulares como usuário a fim de obter mais “bem-estar” (Cavalcante & Elias, 2011, p. 65). Dessa maneira, o ser humano se apropria e se vincula a um espaço, visando usufruir de um lugar para expressar sua subjetividade, de forma instintiva. Por isso, se faz necessário que o ambiente a ser utilizado seja adaptado e transformado, a fim de

satisfazer as necessidades e as exigências de cada indivíduo (Cavalcante & Elali, 2011).

A necessidade de personalização de um espaço é um processo que acontece à medida que um espaço vai tornando parte da vida de alguém (Pol, 1996). Vê-se que quanto mais tempo se passa em interação com um lugar, mais marcas pessoais se deixa nele, como provas concretas de que foi utilizado e habitado por uma pessoa ou por um povo específico. Quando, em um local, permanece presente por muito tempo, o homem “se apropria do espaço e o espaço se apropria do homem” (Cavalcante & Elias, 2011, p. 67).

Ainda que não se detenha sua posse legal, “apropriar-se significa exercer domínio sobre um espaço e objetos” (Cavalcante & Elias, 2011, p. 63). Pode-se dizer que toda atividade humana reflete uma apropriação, com diferentes formas de percepção, orientação e ação. A pessoa se projeta em um espaço ao mesmo tempo em que este a reflete (Cavalcante & Elias, 2011; Pol, 1996).

Quando uma pessoa se muda de residência ou de cidade, ela pode levar consigo costumes que lhe agradavam de sua antiga casa, a fim de se sentir mais familiarizada com seu novo lugar. Um morador da cidade grande, vindo do interior, ao levar para seu grande quintal gaiolas, redes e objetos rústicos o faz como um exemplo explícito de apropriação do espaço, evidenciando que necessita desses elementos para sua estabilidade psíquica. Ao mesmo tempo, pode revestir sua fachada com materiais modernos e utilizar objetos contemporâneos em sua sala de entrada, a fim de se sentir fazendo parte, apropriando-se, do novo local urbano de moradia (Duarte & Villanova, 2013). É um processo do qual os indivíduos se utilizam para reconstruir suas próprias lógicas pode ser uma construção identitária, que por

meio da arquitetura expressa interesses e comunica gostos, valores e recursos financeiros. Pela aparência de um espaço pode-se identificar se seu ocupante quer comunicar algo, valorizar a própria imagem pessoal ou impressionar outras pessoas. O morador parece construir sua casa com as suas características específicas, reforçando sua própria imagem, mas também pode fazê-lo para agradar aos outros ou para tornar-se objeto de disputa (Amérigo, 2000).

Tuan (1930) citou que “uma típica residência da classe média tem uma fachada atrativa para impressionar e receber visitas, e um fundo desprezioso para o uso de pessoas de baixo *status*, como os entregadores e as crianças” (p. 47). Essa prática é comum nas construções, como forma de apresentar apenas a identidade desejada pelo morador de uma casa, esconder ou modificar aquilo que não deseja mostrar, principalmente no espaço menos frequentado e mais isolado da casa, recebendo tratamento e configuração diferente do ofertado à parte da casa mais visitada. Esses exemplos falam das formas como o ser humano, dependendo de sua cultura, pode agir ao se apropriar do espaço.

Ao ser apropriado, um espaço deixa de ser neutro, passando a possuir um significado, transformando-se, portanto, em um lugar (Cavalcante & Elali, 2011; Manzo, 2005; Tuan, 1977).

2.2.3 A casa, um lugar no mundo.

A relação da pessoa com um espaço é o que permite sua transformação em lugar. Ou seja, um espaço é reconhecido como lugar a partir do valor atribuído às vivências e aos sentimentos dos sujeitos relacionados a ele (Cavalcante & Elali, 2011). Quanto mais experiências e acontecimentos existirem em um espaço, mais importância o mesmo terá para uma pessoa, o que faz com que passe a ser

lembrado e considerado como um “lugar”, independentemente de as memórias serem positivas ou negativas. O conceito de “lugar” é dado ao espaço apropriado que tem significado e valor. O lugar é, portanto, um espaço que pode ser identificado e reconhecido (Cavalcante & Elali, 2011).

Para Tuan (1983), lugar é definido como pausa, enquanto espaço abrange aquilo que se refere a movimento, passagem, mas passa despercebido ou torna-se mesmo invisível por não ser dotado de significados. Lugar é o espaço que chama atenção por algum motivo, que leva a pessoa para dentro de si mesma, como um resgate, um encontro pessoal, seja de memória, seja de uma experiência, “é qualquer objeto estável que capta a nossa atenção” (Tuan, 1930, p. 179). A partir da experiência, espaços ganham definição e significados, e passam a fazer parte da vida das pessoas. De acordo com Tuan, “é possível pensar que a apropriação ou vivência em um espaço é, concomitantemente, um processo de ‘lugarização’ e territorialização” (1983, p. 151). Desta maneira, facilmente, tem-se o “lar como um lugar” (Tuan, 1930, p. 200).

Em estudo, Manzo (2005) percebeu que os espaços considerados significativos pelos participantes, definidos como lugares, foram aqueles em que seus ocupantes viveram em pontos críticos da vida, positivos ou negativos, como em momentos de amor, mudanças, perda, abuso de substâncias, abuso de crianças, morte, vivência de sexualidade, crescimento pessoal, introspecção, privacidade, ligação com o passado, segurança, marco de superação, entre outros, todos que mostravam ocorrências explícitas de relações interpessoais. O conjunto do que há de melhor e pior das experiências, considerados os sentimentos ambivalentes comuns, é entendido por lugar (Manzo, 2005). Os locais se tornam significativos, portanto, a partir das realizações, metas e experiências de

crescimento pessoal, ainda que o que haja de importante nos espaços não seja o lugar em si, mas as experiências acontecidas nele que, conseqüentemente, dão-lhe significado. As histórias são mais lembradas como significativas do que os espaços propriamente ditos (Manzo, 2005), por esse motivo diz-se que o significado do lugar é construído socialmente (Stedman, 2003; Tuan, 1977).

A forma como as pessoas se mostram em cada lugar diz de sua apresentação no mundo. Elas são como “uma teia de significados” - ou *web of meaning* (Manzo, 2005, p. 76). O modo de se relacionar com os lugares é uma forma de trabalhar a própria identidade pessoal no mundo (Manzo, 2005).

Muitos espaços, no entanto, não conseguem se tornar lugares, permanecendo simplesmente como espaços, ou “meras especulações conceituais da geografia” (Yázigi, 2002, p. 189). Isso acontece por não haver uma apropriação desses lugares pelas pessoas, fazendo-os carentes de experiências, de expectativas ou de características que os especifiquem na qualidade ambiental de lugar.

2.2.4 A casa, lugar de privacidade.

Por privacidade entende-se um mecanismo de defesa pessoal. Além da proteção física, moradores costumam querer segurança nas suas relações humanas, desejando, por exemplo, pessoas conhecidas e de confiança ao redor. A privacidade remete ao sentimento de proteção e à segurança dos lugares, podendo gerar, dessa maneira, a maior apropriação de um determinado espaço, favorecendo o aparecimento de sensações de bem-estar, identidade do lugar, sentimentos de apego, entre outros (Cavalcante & Mourão, 2011; Rocha, 2012).

A privacidade passa pela proteção que resguarda as pessoas. Nos condomínios fechados modernos, por exemplo, pode-se ver que as ruas permanecem vazias para evitar a presença de estranhos no local, demonstrando a necessidade de privacidade e de segurança de seus moradores. Nesses lugares, a cultura é de não integração com seus vizinhos, pois só se “tolera o tanto de ‘comunidade’ que querem em determinado momento, e não mais que esse período de tempo que desejam” (Bauman, 2010, p. 194). O controle da proteção pode ser medido pelo tempo que as pessoas ficam na rua, e o estrangeiro parece ameaçar a privacidade. E como sem ela não há segurança, nem bem-estar, acredita-se que “expulsando os estrangeiros de nossas casas e ruas, fazemos uma espécie de exorcismo dos fantasmas aterradores da insegurança que nasce da incerteza, ao menos por um instante” (p. 190).

A dimensão privada da casa, traduzida pela palavra grega *oikia* ou *oikos*, é considerada proteção para as pessoas (Rocha, 2012). Aquilo que é privado “configura-se como algo pertencente a um indivíduo particular, de caráter restrito e confidencial. Àquilo [*sic*] que deve ser afastado do conhecimento público, de ordem pessoal, íntima e pertencente a um domínio não governamental” (Rocha, 2012, p. 106), enquanto o que é público pertence ao governo, estado, coletividade ou conjunto de pessoas com interesses comuns, separando-se, assim, mediante esse conceito, as ideias de áreas comuns e privadas (Rocha, 2012).

A partir das relações físicas e sociais apresentadas nos espaços, em forma de controle de acústica, fechamentos de portas e janelas, presença de pessoas desconhecidas, estrangeiros, nas redondezas da casa, etc., pode-se ter mais, ou menos, privacidade (Bauman, 2010; Cavalcante & Mourão, 2011).

Nas casas, a privacidade acontece em diferentes zonas separadas, tais como as áreas de serviço, compostas pela cozinha, quintal, lavanderia; as áreas íntimas, como o banheiro, os quartos; ou de visitas, representadas pelas salas e varandas, por exemplo (Cavalcante, 1982).

A privacidade proporciona às pessoas a possibilidade de exercerem suas atividades, individuais e coletivas, da maneira como necessitam dentro da casa visto que “permite ao indivíduo se autorregular, manter a coerência e a autoestima” (Cavalcante & Mourão, 2011, p. 211).

A porta é um divisor usado como mecanismo de proteção, que proporciona a privacidade que se deseja ter. Quando não se quer ter contato com a realidade de fora ou de dentro de uma casa, pode-se ficar separado por meio da porta, elemento possuidor de diversos significados nas relações pessoa-ambiente (Cavalcante & Mourão, 2011).

A porta apresenta-se como síntese de duas topologias, abertura e fechamento, possibilidade de passar ou não passar, propondo e/ou impondo ambientes diferenciados ou possibilidade de variá-los. Enquanto criação humana, suas funções físicas assumem representações psicológicas e/ou sociais, definindo o homem-habitante ou homem-visitante (estrangeiro), permitindo domínio ou provocando situações imponderáveis. Ao mesmo tempo, a escolha contínua e latente como exercício da liberdade que a porta oferece, através de sua topologia variável, faculta ao homem múltiplas formas de expressar-se (Cavalcante, 2004, p. 134).

A porta tem seu papel relevante na constituição dos lugares, na privacidade, nos acessos e como expressão dos sentimentos e comportamentos humanos. Ela

pode fechar, isolar ou ser elemento de passagem, constituindo “uma ameaça latente de transformação” (Cavalcante, 2004, p. 135). A privacidade, como elemento que se faz necessário para o equilíbrio e bem-estar das pessoas, pode produzir sensação de segurança e de proteção de suas individualidades. Percebe-se, ainda, que o sentimento de pertencer de forma segura a um lugar faz parte do conceito de identidade do lugar, pois há “uma capacidade do ser humano de se apropriar, de se vincular e se enraizar no espaço e a necessidade de ter um lugar para a expressão de sua subjetividade” (Cavalcante & Mourão, 2011, p. 211).

2.2.5 A casa e o apego ao lugar.

A necessidade que o homem tem de se apropriar de um lugar leva-o a se apegar aos lugares. O “vínculo afetivo com o lugar”, ou o “apego ao lugar”, significa o laço afetivo construído com uma casa ou com algum outro local, expressando a ligação emocional, os sentimentos e emoções subjetivas entre o morador e sua moradia, ou entre um indivíduo e algum lugar (Cavalcante & Mourão, 2011; Giuliani, Ferrara, & Barabotti, 2003; Manzo, 2005).

O conceito de apego pode ser entendido como resultado das experiências vivenciadas por intermédio de relacionamentos íntimos com determinadas pessoas, em determinados locais, que são ocupados no presente ou já foram ocupados no passado (Fried, 1977). Por apego entende-se o orgulho, o bem-estar, os fatores emocionais positivos relacionados a um lugar, e pode ser entendido como uma ligação afetiva tanto relacionada a ambientes quanto a “coisas” ou rituais, compostos por características e propriedades integradas e inseparáveis (Giuliani, 2004).

Nos lugares significativos geralmente acontecem situações que marcam a vida, levando as pessoas a cultivarem uma relação de apego (Manzo 2005). As relações com um lugar podem ser positivas, de amor, alegria, contentamento, ou negativas, de aversão, de dúvida, de medo, etc. (Manzo, 2005).

O significado de um lugar é normalmente importante para os membros de um grupo, por compartilharem, partilharem e preservarem suas culturas como valor simbólico para as gerações futuras (Fried, 1963; Scannell & Gifford, 2010). A cultura e os valores de um local influenciam o nível de apego individual. Assim, - “se as experiências neste meio forem positivas, o apego ao lugar pode ser reforçado” (Manzo, 2005, p. 3). Segundo Scannell e Gifford (2010), um vínculo positivo é necessário para que exista apego ao lugar, visto que é característica central do apego o desejo de manter uma proximidade com o lugar objeto do vínculo, numa tentativa de experimentar emoções positivas que o lugar pode fazer recordar (Giuliani, Ferrara, & Barabotti, 2003; Hummon, 1992; Low & Altman, 1992; Moore & Graefe, 1994; Scannell & Gifford, 2010).

Dentre os inúmeros lugares que podem ser experienciados, aquele que é habitado se destaca por sua importância emocional, pela duração de tempo em que se vive nele e pelas vivências construídas ao longo desse processo. O apego está relacionado com a proximidade com o local, o tempo de moradia e a manutenção e esforço das pessoas para voltar a ele. O tempo é fator visto como fundamental, pois juntamente com os eventos marcantes e configurações memoráveis, fixa as marcas das experiências nas pessoas, como lembranças de vivências do passado (Scannell & Gifford, 2010).

Os indivíduos podem não ser conscientes de seu apego a um local e só se darem conta dele em circunstâncias específicas, como quando o laço é ameaçado (Giuliani, 2004). Pois quando há apego a um local, torna-se mais difícil se apegar a outro espaço com o mesmo valor simbólico e funcional, no entanto, isso não significa que novos laços não possam aparecer durante a vida dos indivíduos (Elali & Medeiros, 2011; Giuliani, 2004).

Um elo afetivo é criado a partir do contato contínuo entre uma pessoa e um lugar, e mesmo quando há a sua destruição, o vínculo permanece (Giuliani, 2004). Em situações em que um espaço é perdido, a intensidade da saudade causada por essa perda também pode definir e revelar o apego a esse lugar (Deutsch, 2005). Evidenciando o apego, algumas pessoas costumam, inclusive, refazer alguns lugares que foram importantes para elas, como em casos de desastres, terremotos e enchentes, etc., atendendo aos seus desejos de tê-los novamente, “ainda que com imperfeições” (Scannell & Gifford, 2010, p. 4).

Segundo Manzo (2005), as experiências nos lugares é que conferem significados a eles (Manzo, 2005). E o apego ao lugar pode ser compreendido a partir de três processos: primeiro, do ponto de vista cognitivo, que acontece quando o espaço é considerado satisfatório por suas dimensões funcionais, que dizem respeito ao aspecto físico; segundo, quando há um valor simbólico de identidade do espaço para aquele que se sente vinculado durante uma determinada época; e terceiro, quando um espaço gera um sentimento de segurança, de bem-estar, mais emocional do que funcional, ao qual se associa o sentimento de pertencimento (Elali & Medeiros, 2011).

Quando as pessoas não querem permanecer em um local, pode-se desvendar que experiências negativas aconteceram, seja em relação ao aspecto simbólico, funcional ou de segurança, demonstrando, assim, a ausência de apego com o local ou o vínculo negativo com o mesmo. Segundo Manzo (2005) é comum as pessoas evitarem lugares onde viveram experiências negativas para evitarem, também, lembranças ruins. Ao contrário, as pessoas preferem ir a lugares onde se sentem capazes de serem elas mesmas. Ou seja, quando o lugar é fonte de experiências negativas as pessoas se encaminham para outros lugares nos quais buscam experiências positivas. Viver em insegurança e exposto a riscos é situação que geralmente não se quer. Apesar de que uma experiência seja ela positiva ou negativa, contribui para o aprendizado, o que implica, inevitavelmente, a atribuição de um significado para os lugares, moldando as pessoas, formando vínculos afetivos (Manzo, 2005).

Sobre os motivos que justificam o apego em maior ou menor intensidade com os lugares ou com as coisas aponta-se a sensação de segurança e conforto que proporcionam às pessoas, de forma subjetiva (Scannell & Gifford, 2010).

A percepção do lugar, com suas características de cheiro, forma, iluminação, tamanho, sons, etc., ocorre mediante a cinestesia, que é o conjunto das sensações cujos estímulos são provenientes do próprio corpo, podendo ser considerada como um dos motivos que podem levar ao vínculo ou ao apego ao lugar (Yázigi, 2002). No mesmo sentido Tuan (1930) afirmava que a experiência do lugar dependia da cinestesia que as pessoas sentiam em cada situação, sendo a visão o sentido dominante “pela quantidade de informações que permite identificar, tais como distância, textura, luz, cor, forma, contrastes etc.” (Yázigi, 2002, p. 38; Tuan, 1930).

Para enfatizar as características do apego é fundamental reconhecer os aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais, além das dimensões físicas e sociais de um local. Os fatores motivadores do apego ao lugar podem ser as cidades, as casas e os vizinhos, sendo considerados também os recursos sociais e físicos, ou ainda, os dois (Scannell & Gifford, 2010). Os aspectos sociais e físicos influenciam no vínculo com o lugar, visto que os lugares são facilitadores das relações sociais e da construção da identidade do grupo das pessoas, bem como os detalhes físicos influenciam nas interações sociais (Hidalgo & Hernandez, 2001). O apego acontece quando um lugar fornece os recursos necessários para a realização de um objetivo desejado. Percebe-se, no entanto, que os aspectos sociais do apego podem ser mais fortes do que os aspectos de dimensão física (Manzo, 2005) quando há sensações de restauração, liberdade e encontro consigo mesmo. Assim, apesar da influência que o espaço físico exerce, um local passa a ser mais apreciado (Scannell & Gifford, 2010). A casa, por exemplo, é um lugar reconhecido por ter essa função, possuindo, assim, importância emocional para seus moradores.

Ser apegado a um lugar é conhecer e organizar os detalhes do ambiente. As pessoas podem se apegar a um local como forma de obter uma representação de si mesmas - o nacionalismo pode ser considerado um tipo de apego e de identidade pessoal (Scannell & Gifford, 2010). O apego ao lugar pode melhorar a autoestima e reforça a identidade das pessoas (Twigger-Ross & Uzzell, 1996).

2.2.6 A casa, a identidade do lugar e a identidade social urbana.

A identidade de um lugar pode ser considerada como um processo que acontece em um espaço sociofísico, após este ter recebido um significado, apropriação ou vinculação afetiva, sendo enquadrado em um “conjunto de ideias

conscientes e inconscientes, sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e tendências de condutas ligadas a um entorno específico” (Bomfim, 2010, p. 81; Mourão & Bomfim, 2011; Pol, 1996).

Por identidade de lugar entende-se um sistema que passa por constantes modificações, de acordo com as vivências, experiências, costumes, ideias, modos de pensar e de se relacionar de seus moradores ou usuários, e cuja função principal “é criar um cenário interno que sirva de sustento e proteção à própria identidade. Este cenário é a base sobre a qual se dão as modificações na identidade advindas das transformações no ambiente” (Cavalcante & Mourão, 2011, p. 210).

A noção de identidade refere-se ao conjunto de elementos - biológicos, psicológicos, sociais etc. - próprios de uma pessoa e à representação que ela tem de si mesma. Estes dois aspectos estão em contínua interação e se modificam permanentemente. A identidade, portanto, não é um estado fixo, mas se constitui em um processo dinâmico e mutável que ocorre ao longo da vida dos sujeitos, a partir de suas vivências, envolvendo comportamentos cognitivos, materiais e atos de investimento emocional, tendo em vista a satisfação de suas necessidades e desejos (Cavalcante & Mourão, 2011, p. 208).

As marcas de um lugar são formadas por sua identidade e “personalidade” (Yázigi, 2002, p. 45) apoiada em um amplo conjunto de identidades, tais como: história, costumes, arquitetura, detalhes, pessoas, relações com o espaço, formas linguísticas, fantasias, segredos, características do seu meio ambiente, etc. (Yázigi, 2002).

As características do morador podem aparecer na sua casa, revelando, por exemplo, identidade, desejos e necessidades deste. Segundo Bachelard (1984), “a casa, mais ainda que a paisagem, é ‘um estado de alma’. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior ela fala de uma intimidade” (p. 84). Essa “alma” pode ser reconhecida como a identidade que se dá e se vê em um lugar, por também fazer parte da identidade individual de cada ser humano que se apropria deste. Segundo Yázigi (2002), a alma é um estado perfeito, mas escondido, é o presente da humanidade, que deve ser nutrida e cultivada para presentear o mundo com todas as suas melhores ideias, é aquilo que o lugar tem de melhor, porém não existe sem o corpo. A alma é constituída de “energia vital” (p. 25), que é presente como a paixão das pessoas por um lugar (Yázigi, 2002). A alma do lugar, ou a identidade de um lugar, está guardada, de forma a ser descoberta nas relações pessoa-ambiente. Poderia se dizer que o lugar é um espaço que possui alma, mas cuja essência é preciso descobrir, conhecer e lapidar. “Mais importante do que a consciência do lugar é a consciência de mundo que se tem por meio do lugar.” (Yázigi, 2002, p. 38).

A ideia de identidade do lugar a partir de seus espaços constrói “memórias, linguagem e educação familiar e escolar”, etc. (Bizarria, 2013, p. 76), conectando presente, passado e futuro, e a formação de seu sentimento acontece com maior intensidade quanto maior for a ideia simbólica de segurança em uma determinada comunidade (Bizarria, 2013).

A identidade social urbana é o resultado do sentimento de pertencer a uma área, bairro, cidade ou a uma categoria urbana, com comportamentos, valores e emoções comuns ao grupo que os compartilha, possuindo algumas de suas características. O referencial dessa identidade possui raízes na contextualização da região e abrange suas características sociais (Mourão & Bomfim, 2011; Valera,

1996). Como ilustração dessa categoria de identidade, há uma tendência de o indivíduo querer pertencer a um grupo social como filiação necessária de segurança e aceitação dentro da sociedade, buscando fontes em grupos sociais. Nesse contexto, “a identidade social urbana pode ser considerada como uma extensão da identidade do lugar” (Mourão & Bomfim, 2011, p. 218).

A denominação identidade social urbana está presente em várias situações quando o ser humano faz uso de uma referência espacial e cultural para se conhecer e se conectar consigo mesmo, sentindo-se, assim, autorizado a fazer o que deseja, juntamente com um contexto que o acompanha. Sobre a necessidade de se ter uma identidade e de se sentir pertencendo a um local, Bergoglio (2010) exemplifica “como resposta a uma necessidade de identidade, que pode ser tanto religiosa, como cultural: ‘sou desse bairro, desse clube, dessa família, sou desse culto... então, pertenço a um lugar, me reconheço em uma identidade’” (p. 178).

Existem aspectos de identidade que são diferentes para cada lugar, fazendo-o ter simbologias que proporcionam maior ou menor identificação para as pessoas. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) sobre quais elementos indicavam mais a identidade constatada em um lugar, a natureza (49,4%) ficou em primeiro lugar dos votos, seguida dos costumes de um lugar (16,5%), vindo depois a arquitetura e a limpeza do lugar (8,2%), e, por último, a animação, organização geral e do espaço público, entre outros fatores (1,2%). Esses dados são interessantes para mostrar quais elementos chamam mais atenção em um ambiente, seja nas comunidades, ou nas cidades em geral, predominando a natureza (Yázigi, 2002). A natureza pode ser considerada, ainda, o combustível da alma e faz com que as experiências em seus ambientes, como montanhas, lagos e árvores, diminuam o estresse, provoquem restauração do humor, diminuam

sentimentos de desânimo e de depressão. Sentimentos de paz, relaxamento e conforto são associados com ambientes naturais, podendo proporcionar solidão e estímulo para reflexão e relaxamento (Manzo, 2005).

A “identidade do lugar” e a “identidade social urbana” envolvem, portanto, sentimentos de apropriação, lugarização e apego ao lugar, ou sentimento de vínculo com o lugar, que demonstram aspectos simbólicos que a casa possui.

2.2.7 A casa, importância simbólica.

A casa pode ser vista como abrigo e proteção. Para filósofos e pensadores a casa é tida como ponto de referência, representando o arquétipo junguiano de abrigo (Manzo, 2005), assim como acredita Norberg-Shultz (1985) que as pessoas não gostariam de sonhar sem um teto ou uma propriedade, por isso elas precisam de um lugar fixo para retornar. No entanto, a casa também é considerada um lugar destinado ao bem-estar psicológico, ao crescimento individual e às relações humanas que lhe são próprias (Bachelard, 1984; DaMatta, 1997; Hall, 2005; Tuan, 1930).

O sentimento de proteção emanado da casa influencia na construção da identidade dos indivíduos e pode ser responsável pela segurança necessária à constituição e integridade psíquica dos mesmos (Santos & Duarte, 2002). É também vista como espaço de sociabilidade da família e de construção e consolidação do desenvolvimento desse grupo primário, como ambiente determinante da saúde (Cohen, Bodstein, Klingerman, & Marcondes, 2006). A casa se diferencia dos outros lugares por ser espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, e tudo o que se soma na noção de “amor” (DaMatta, 1997, p. 64), enquanto que a rua é associada a um espaço inverso a esses valores (DaMatta, 1997). Dessa maneira, a

casa exerce seu papel próprio de apoio na vida e identidade de cada indivíduo e não apenas de lugar com função de proteção física.

A necessidade da delimitação de um lugar próprio, que contenha os significados de cada pessoa, está presente mesmo em moradores de rua destituídos do suporte físico da casa, pois eles procuram na espacialização de suas moradas um mecanismo para formar sua territorialização a fim de suportar a própria integridade psíquica, fornecendo, assim, proteção e estrutura necessárias a si mesmo e às suas famílias, ainda que seja por meio de “jornais, caixas e elementos urbanos” (Duarte, 2013, p. 31). Ou seja, independentemente da constituição do território ou da casa, a ideia da morada é que se faz importante para seus moradores.

A casa é, assim, o sustentáculo do indivíduo, oferecendo-lhe apoio para enfrentar o mundo hostil. Compreende-se, portanto, porque a necessidade de manutenção da força simbólica da casa permanece mesmo que essa casa não mais exista concretamente, como no caso dos sem-teto (Santos & Duarte, 2002, p. 275).

A casa, independentemente de sua forma e estrutura, e do nível socioeconômico ou cultural de seus moradores, pode receber inúmeros significados e ter inúmeras possibilidades a serem contempladas, porquanto “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (Bachelard, 1984, p. 25). Assim, não importando se é grande e luxuosa como um palácio ou um castelo, ou se é simplesmente uma casinha humilde que tem poder de proteção e abrigo (Bachelard, 1984), a “primitividade do refúgio” (Bachelard, 1984, p. 47) pode falar claramente do que é indispensável para a noção mínima de “casa”. Aspectos

singelos, portanto, podem caracterizar um lugar como de função restauradora e proporcionar bem-estar e apego. Ou seja, não parecem ser necessários grandes recursos materiais para que uma casa seja vista como morada ideal, pois mesmo em palácios com estruturas físicas adequadas pode não haver uma intimidade do indivíduo com o seu próprio canto, enquanto há a possibilidade de casebres serem entendidos como verdadeiros palácios (Bachelard, 1984; Billig, 2006). O ambiente físico não pode ter poder determinante no comportamento das pessoas em um local, independentemente de ser uma mansão ou uma casinha, apesar de poder agir, influenciando-os (Ittelson et al., 1974). O entendimento do lugar passa, portanto, pela análise dos aspectos subjetivos, sociais e culturais, e mesmo quando um local é conhecido por ser muito perigoso, antigo ou pequeno, etc., ainda pode ser percebido como bom o suficiente para se morar. A casa é mais associada com as relações interpessoais existentes nos lugares (Manzo, 2005).

No caso dos estudos de Billig (2006), feitos na Região de Gaza, zona onde ocorre luta entre israelenses e palestinos árabes, mediante ligações telefônicas por vinte minutos com entrevistados judaicos em 16 assentamentos, 11 religiosos e cinco não religiosos. A maioria dos moradores manifestou vontade de permanecer no local, mesmo se deparando com tiroteios, mortes e demais perigos recorrentes da situação vivenciada. Nessa pesquisa, Billig (2006) constatou que as pessoas religiosas tinham mais motivação e menos medo para estar no lugar do que os não religiosos. A Terra Prometida, que inclui Gaza, faz parte da fé dos que vivem nessa região, e sair do local é como se separar das motivações religiosas que os mantêm, mesmo sabendo dos riscos envolvidos. Muitos acreditam que “Deus” os ajuda e protege, além de contarem também com a ajuda dos vizinhos, que vivenciam os mesmos problemas. A relação com a vizinhança é também um fator que, segundo

eles, consola e indica unidade e proteção. Já os moradores dos assentamentos não religiosos são menos tolerantes com os ataques na região, tendendo a sair mais do local. Como questão subjetiva, “o medo das pessoas é baseado também em seu modo de vida e nos seus valores como uma interação associada entre o físico e suas características psicossociais” (p. 251). No caso da pesquisa citada, os moradores tinham história de três anos sofrendo ataques terroristas diários, além de com a incerteza da permanência em suas casas, que dependia do governo israelense. Ainda assim, apesar das condições sofridas e arriscadas, proferem frases como: “minha casa é meu castelo” (“*my house is my castle*”, em inglês) (p. 260), demonstrando sua vontade de ficar.

Em um espaço constroem-se e guardam-se valores simbólicos, lembranças, recordações do passado, que são como elos com o presente ou com um futuro. Para Bachelard (1984, p. 29), “as lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto bem espacializadas”. A casa tem, portanto, valor que proporciona sensações, remete ao passado, desperta memórias afetivas, boas ou ruins, etc. Existem cheiros, imagens e memórias que podem ser próprios da lembrança de um lugar (casa) em relação a um determinado tempo, momento específico ou a algumas pessoas. “O leitor que ‘lê um quarto’ interrompe sua leitura e começa a pensar em algum aposento antigo” (p. 33). Viver em uma casa é conviver diretamente com um elemento, seja lugar, quarto ou ambiente, que tem importância ou significação boa ou ruim, visto que “A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade.” (p. 36). A proteção que a casa proporciona para as pessoas, além de ser física, é também psicológica. Assim, como observa Bachelard (1984), “se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a

casa permite sonhar em paz” (p. 26), numa conotação de que a casa é o local em que parece haver consentimento para se estar consigo mesmo, em que se considera a importância psíquica da pessoa que ocupa esse lugar. Em síntese, “a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (p. 26).

A casa pode ter importância, inclusive, como uma pessoa querida, por exemplo. Em alguns casos, o ser humano pode ampliar o significado de casa, que representa abrigo, paz, acolhimento, proteção, para abranger o “sentir-se à vontade”, ser amado e aceito, etc. A segurança psicológica, ou o sentimento de estar protegido na casa, independentemente da segurança no local, é um dos motivos para que uma pessoa nele permaneça, estabelecendo um vínculo com o mesmo. Bachelard (1958) fala da casa como espaço simbólico do lugar, evidenciando o vínculo afetivo existente com esse local: “A casa apertou-se contra mim, como uma loba, e por momentos senti seu cheiro descer maternalmente até o meu coração. Naquela noite ela foi realmente minha mãe. Eu só tinha a ela para me proteger e amparar. Estávamos sozinhos.” (Bachelard, 1958, p. 47). Tuan (1977), em texto do livro *Espaço e Lugar*, mostra um diálogo que acontece entre uma menina e seu avô, que deixa entrever o significado de cuidado e proteção nas palavras casa e lar, confundido com o acolhimento e amor encontrados no avô da garota em sua fala: “Cada um de nós é lar para o outro, meu avô e eu.” (p. 154). Como exemplo, ainda, de sentimento simbólico e afetivo em relação ao lugar, como se fosse uma pessoa ou objeto de estima e valia, pode-se transcrever aqui a música de Adoniran Barbosa, *Saudosa Maloca*, que descreve o Hotel Albion em São Paulo, sua transformação em cortiço onde se abrigavam várias famílias pobres (Lopes, França, & Costa, 2010) e posterior demolição. A música faz uso de “pessoa” ou de

vocativo, vocábulo que invoca a presença do ouvinte de um discurso na oração, para denominar um ambiente, a partir das experiências humanas vividas nesse local. A palavra “maloca”, que apelidou a casa deles no edifício, significa “esconderijo”, “barraca indígena grande”, ou “coberta de palmas secas”. A música *Saudosa Maloca* foi escrita por Adoniran Barbosa em 1955.

Si o senhor não está lembrado/
Dá licença de contá/
Que aqui onde agora
está/
Esse edifício alto//
Era uma casa velha/
Um palacete abandonado/
Foi aqui seu moço/
Que eu, Mato Grosso e o Joca/
Construímos nossa maloca//
Mais, um dia/
Nem quero me lembrar/
Veio os homens cas ferramentas//
O dono mandô derrubá/
Peguemo tudo a nossas coisas/
E fumos pro meio da rua/
Apreciar a demolição //
Que tristeza que nós sentia/
Cada táuba que caía/
Duia no coração/
Mato Grosso quis gritá//
Mas em cima eu falei:/
Os homis tá cá razão/
Nós arranja outro lugar//
Só se conformemos quando o Joca falou:/
"Deus dá o frio conforme o cobertor"/
E hoje nós pega a páia nas grama do jardim//
E prá esquecê nós cantemos assim:/
Saudosa maloca, maloca querida,/
Que dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida// (Lopes et al., 2010).

Pelo valor da casa perpassam, portanto, valores simbólicos, significados afetivos e psicológicos, que podem ser revelados nas relações que as pessoas têm com seu lugar, seja nos cuidados, seja nas falas, atitudes e comportamentos. O significado que a casa possui ultrapassa as condições físicas de satisfação ambiental (Elali & Medeiros, 2011; Giuliani, 2004), visto que o conceito de satisfação ambiental se diferencia do de apego ao lugar, pois pode-se estar satisfeito com a configuração física do lugar sem se estar ligado a ele, do mesmo modo que se pode

estar apegado a um local sem que exista a satisfação com seu espaço físico (Brown & Perkins, 1993; Guest & Lee, 1983).

Para muitas pessoas, experiências significativas não necessariamente foram organizadas em torno de sua residência, o que indica que a residência “é apenas um ponto em uma tapeçaria complexa de lugares significativos” (Manzo, 2005, p. 71), que carrega consigo um conjunto de cognições positivas e negativas que a formam. Na pesquisa de Manzo (2005) pessoas indicaram outros lugares como espaços de importância simbólica, o que significa que a casa de uma pessoa pode também não atender às suas necessidades, fazendo com que outro ambiente assuma esse papel. A complexidade das relações das pessoas com os lugares revela, portanto, que independentemente de serem residenciais ou não, são uma parte fundamental de suas vidas (Manzo, 2005).

Apesar de a estrutura física de um espaço poder proporcionar condições ambientais mais adequadas e, conseqüentemente, influenciar no bem-estar das pessoas, não define completamente essa condição de bem-estar, que segundo Houaiss (2001) consiste em um “estado de satisfação plena das exigências do corpo e/ou do espírito”. Nesse sentido, pode-se dizer que o bem-estar existe além das condições adequadas de estrutura física, visto que condições subjetivas que agradem a cada indivíduo também contribuem para o seu alcance, pois, como já dito, o ambiente físico influencia, mas não determina comportamentos (Ittelson et al., 1974).

Já o cuidado, que “representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (Boff, 1999, p. 33), acompanha o processo de regulação dos ambientes, constituindo um

comportamento que move as relações pessoa-ambiente, demonstrando a afinidade que as pessoas têm com o lugar, atuando, portanto, não apenas nos aspectos físicos, mas também nos aspectos afetivos em um lugar. Nessa perspectiva,

A atitude é uma fonte, gera muitos atos que expressam a atitude de fundo. Quando dizemos, por exemplo: “nós cuidamos de nossa casa” subentendemos múltiplos atos como: preocupamo-nos com as pessoas que nela habitam dando-lhes atenção, garantindo-lhes as provisões e interessando-nos com o seu bem-estar. Cuidamos da aura boa que deve inundar cada cômodo, o quarto, a sala e a cozinha. Zelamos pelas relações de amizade com os vizinhos e de calor com os hóspedes. Desvelamo-nos para que a casa seja um lugar de benquerença deixando saudades quando partimos e despertando alegria quando voltamos. Alimentamos uma atitude geral de diligência pelo estado físico da casa, pelo terreno e pelo jardim. Ocupamo-nos do gato e do cachorro, dos peixes e dos pássaros que povoam nossas árvores. Tudo isso pertence à atitude do cuidado material, pessoal, social, ecológico e espiritual da casa. (Boff, 1999, p. 33).

As conseqüências dos cuidados, das vivências e das experiências de moradia resultam, portanto, nos conceitos próprios de apropriação, lugarização, identidade do lugar, entre outros (Manzo, 2005), que fazem parte dos conceitos estudados pela Psicologia Ambiental. Enquanto o apego é um processo que pode acontecer individualmente, ou com os outros, em um lugar, a partir de um cuidado existente, e, quando proveniente das relações sociais, confunde-se com a ideia de “sentimentos de comunidade” (Scannell & Gifford, 2010, p. 4). Sobre esses grupos sociais tratar-se-á em seguida.

2.3 A Comunidade

Sobre comunidade, pode-se dizer que é “um sistema complexo de amizade e redes de parentesco formal e informais laços associativos enraizado na vida familiar e em curso processos de socialização” (Kasarda & Janowitz, 1974, p. 329). As comunidades podem ser definidas como membros que se ligam por interesses comuns ou apenas ligados por uma região geográfica comum (Scannell & Gifford, 2010). O pertencimento dos moradores à comunidade, bem como os sentimentos e emoções direcionados a ela, constituem o sentimento de comunidade. Na comunidade, os moradores se veem e se reconhecem ligados por um laço de identidade grupal, no qual identificam uma rede de apoio e confiança compartilhada (Góis, 2008).

As noções de comunidade surgem a partir da presença de elementos comuns, com história, valores, território e modo de vida compartilhados, além de sentimento de pertença e identidade social. Também integram esse sistema uma “dimensão sociopsicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sociopsicológica e identidade social de lugar” (Góis, 1993, p. 61). Pelo conjunto desses elementos entende-se “uma instância da sociedade ou da vida de um povo ou nação que a reflete [a comunidade] com uma dinâmica própria; é o lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de crescimento e de proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade” (Góis, 1993, p 19).

O ser humano é um ser de relação e de interação, que necessita profundamente dos outros para sobreviver e desenvolver-se. A vida grupal é essencial na construção da singularidade humana, permitindo ao homem enfrentar a crescente complexidade da vida social. O grupo é um lugar de encontro e

renovação do indivíduo, do próprio grupo e da sociedade. No espaço social é possível aprender a tecer relações estáveis e nutritivas, interagindo, confiando, apoiando, compartilhando, confrontando, amando e buscando realizar metas de vida pessoal e coletiva. A comunidade é uma matriz na qual se fundem o micro e o macrossocial como lugar da individualidade, que é, ao mesmo tempo, coletividade (Góis, 1993).

A participação dos membros de uma comunidade movimenta esse grupo. A escolarização de membros de uma comunidade rural exerce grande influência sobre a consciência das pessoas, sendo os mais escolarizados, por exemplo, mais envolvidos com a participação comunitária. As decisões em seu âmbito acontecem de forma democrática e em clima favorável, no qual todos lutam pelo bem comum da comunidade. Em relação ao seu líder se diz que tem “uma atitude autêntica e de aceitação do outro” (Góis, 1993, p. 203).

O significado do termo “comunidade” remete a questões boas, de abrigo, proteção, identidade, segurança, acolhida, etc., trazendo em si a ideia de organização (Bauman, 2003). Nesse sentido Stedman (2003) afirma que uma área subdesenvolvida pode ser considerada um deserto, já uma área desenvolvida pode ser aquela chamada de comunidade. A comunidade tem em seu significado uma conotação positiva de grupo e de constituição. Para Bauman (2003), “As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa”, o que significa que “é bom ter uma comunidade, estar numa comunidade” (p. 7). Seus significados lembram a definição de casa, no tocante à proteção física e espiritual que oferece às pessoas (Bachelard, 1984; DaMatta, 1997; Elali & Pinheiro, 2013; Hall, 2005; Santos & Duarte, 2002; Tuan, 1930), e passam pelo conceito de vínculo do lugar, que diz

sobre a relação de segurança, o bem-estar e a atuação do elemento simbólico (Elali & Medeiros, 2011; Fried, 1963; Scannell & Gifford, 2010).

No conceito de comunidade cabe destacar as seguintes características: espaço comum compartilhado entre as pessoas; identificação social de seus membros; relações e laços comuns entre seus habitantes; componentes psicológicos e relacionais; vinculação afetiva entre moradores e ambiente; construção histórica e social; territorialidade atrelada à convivência; e manutenção do sentido íntimo das relações entre as pessoas (Góis, 1994).

Dessa maneira, não à toa que a comunidade, com suas culturas, construções pessoais, gostos e vivências, na qual o morador busca proteção, abrigo, relações de afinidade, etc., possa ser considerada como uma extensão da casa (Amérigo, 2000; Hall, 2005).

A casa, para cumprir bem suas funções, precisa estar integrada de forma adequada ao seu entorno. Isso significa que a habitação não se restringe somente às unidades habitacionais, abrangendo também o ambiente que a cerca (Abiko, 1995).

Uma casa não está, portanto, sozinha em um contexto, ela faz parte do seu contexto e de um grupo de outras casas, que dessa maneira constituem uma comunidade. A comunidade pode ser um bairro, uma vila, um conjunto, um condomínio, uma sociedade, um município, um corpo social, uma classe, um grupo ou uma região onde se mora e se podem estabelecer relações pessoais. A qualidade da disposição física da comunidade, que une e abriga seus moradores, tanto confere segurança em relação à conhecida vizinhança quanto possui em si um valor afetivo para seus moradores, que julgam poder contar uns com os outros, seus

vizinhos e semelhantes, em suas necessidades. Pessoas com histórias, laços, afinidades, raças, religiões e faixas etárias ou econômicas semelhantes geralmente unem-se, formando uma comunidade homogênea, na qual se desenvolverão relações de amizade, afetos entre vizinhos, além de redes e vínculos com o lugar (Manzo, 2005). A comunidade é um símbolo das experiências sociais (Scannell & Gifford, 2010). O sentimento de pertença é baseado nas identidades sociais e o sentimento de comunidade ajuda a preservar o apego ao lugar (Manzo, 2005). Na visão de Bauman (2003),

A comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós (p. 8).

O fator de cooperação na comunidade é um elemento forte, que carrega em si a esperança de melhorias em seu próprio meio. Por comunidade compreende-se a confiança no crescimento e nas melhorias de um grupo social, alcançadas com a união, boa vontade e organização de todos, ainda que vislumbrada no futuro como um “paraíso perdido ou ainda esperado” (p. 9), ao qual se espera ansiosamente

retornar, buscando-se os caminhos que podem levar até “lá”, como explica Bauman (2003).

Numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça. Se dermos um mau passo, ainda podemos nos confessar, dar explicações e pedir desculpas, arrepender-nos se necessário; as pessoas ouvirão com simpatia e nos perdoarão, de modo que ninguém fica ressentido para sempre. E sempre haverá alguém para nos dar a mão em momentos de tristeza (p. 8).

Com essa representação de convivência e laços humanos consolidados a partir de movimentos sociais comunitários existentes em países da América e Europa, aproximadamente na década de 1960 surgiram, de dentro da Psicologia Social, tanto a Psicologia Comunitária quanto a Psicologia Ambiental, ambas que lidam com as relações sociais dentro dos espaços, para o que “além da psiquiatria, psicologia clínica e da psicologia Social, a sociologia e o serviço social também contribuíram claramente” (Góis, 1993, p. 21). A comunidade passou a ser vista como um componente de utilidade importante na prevenção de doenças e enfermidades mentais, inicialmente considerada objeto de apoio para serviços psicológicos.

Dessa maneira, após explicitado o tema da comunidade, ver-se-á um breve histórico da habitação social no Brasil com suas políticas públicas.

2.4 Histórico da Habitação Social no Brasil

Sobre a história da habitação social no Brasil pode-se fazer um apanhado de sua estruturação ao longo dos anos. Neste subcapítulo, tem-se o propósito de compreender como se desenvolveram as políticas públicas destinadas ao favorecimento dos mais pobres e necessitados no País ao longo de sua história, com o fim de entender as razões para os problemas habitacionais existirem ainda nos dias atuais e vislumbrar possibilidades de melhorias para essa questão.

O rápido crescimento urbano, a concentração de renda e o desemprego fizeram com que problemas estruturais nas cidades chegassem a índices elevados. Atualmente a população brasileira supera os 200 milhões de habitantes, dos quais mais de oito milhões encontram-se somente no estado do Ceará (IBGE, 2010), e o *déficit* habitacional corresponde a mais de 7,2 milhões de unidades, com 45 milhões de pessoas sem acesso à água potável e cerca de 83 milhões de pessoas não dispendo de rede de esgoto, segundo dados do Ministério das Cidades (2005). O problema da habitação popular no Brasil pode ser retratado, atualmente, por moradias erguidas em aterros sanitários, lixões e áreas contaminadas, nas imediações de linhas de alta tensão, penduradas nas encostas, em sinal da precariedade, informalidade, improvisação e até perigo que permeiam os aglomerados subnormais, especialmente os urbanos, nos quais habita cerca de 6% da população (IBGE, 2010). Esses problemas atingem não somente quem mora nas periferias, abrangendo toda a malha urbana. A intensidade do processo de urbanização nos países subdesenvolvidos impossibilitou o planejamento e a estruturação do espaço geográfico para receber mudanças tão grandes, que necessitavam de infraestrutura adequada. Outra característica da urbanização

problemática é que o aumento da população urbana é muito maior do que sua capacidade de gerar empregos, ocasionando desigualdades sociais e de renda.

O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos ocorreu, de modo geral, a partir das décadas de 1930 e 1940, com considerável atraso em comparação aos países desenvolvidos, que começaram a se urbanizar a partir dos séculos XVIII e XIX, na Revolução Industrial. No Brasil, em menos de um século, a população urbana passou de 31,2%, em 1940, para 81%, em 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2007), e 85% dos 200 milhões de brasileiros residem em centros urbanos (Instituto de Arquitetos do Brasil - Ceará [IAB-CE], 2014). Em Fortaleza, o processo rápido de crescimento urbano sofrido ao longo de sua história pode explicar o alto índice de *déficit* habitacional, tendo a população saltado de 1,3 para 2,4 milhões de habitantes entre os anos de 1980 e 2010 (Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza [HABITAFOR], 2014).

No contexto da rápida urbanização das cidades associada às crises econômicas e à inexistência de planejamentos há uma desorganização no uso do solo, além de saturação dos serviços públicos, dando origem a bairros sem nenhuma infraestrutura e com áreas verdes e rios destruídos. As ocupações desordenadas são geradas, principalmente, a partir de assentamentos irregulares, resultantes da falta de planejamento dos centros urbanos, a exemplo dos loteamentos clandestinos e da ocupação de áreas de risco, e originam as comunidades urbanas ou aglomerados subnormais urbanos, expressão utilizada para designar moradias precárias, em substituição ao termo conhecido mundialmente por favela (ou *slum*, em inglês), o qual tanto pode parecer pejorativo em alguns lugares quanto pode ser motivo de orgulho em outros (IBGE, 2010).

Sobre “aglomerado subnormal urbano” entende-se, segundo o *Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010* do IBGE:

Cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais urbanos atende aos seguintes critérios: ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos, ou menos, e urbanização fora dos padrões vigentes refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) e precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) (IBGE, 2010).

Com tamanha urbanização, o desafio para os mais de 110 mil arquitetos brasileiros, de promover um espaço construído com cada vez mais qualidade para sua população, em meio a todos os problemas e especificidades que lhe são próprios, torna-se maior, sendo a realidade das favelas uma questão promissora para aqueles profissionais que se interessam em resolver essa problemática, intervindo de alguma maneira na mesma (França, 2014). Muitas são as reivindicações existentes a respeito do melhor uso da cidade, tais como construção adequada de moradias para todos, realização de urbanização nas áreas das periferias e implantação de infraestrutura nas cidades. Segundo Motta (2011), os

problemas urbanos existem atualmente de forma consolidada, provavelmente devido à falta de cuidados políticos adequados desde muito tempo no País. A justificativa mais clara para a precariedade existente parece ser, como a urbanista Rolnik (2002) alega, a negligência e a falta de interesse político, visto que a tolerância e a disseminação dos arranjos de baixa qualidade nas habitações tornam a população mais vulnerável às barganhas eleitorais e clientelistas.

A partir das informações atuais obtidas sobre o *déficit* habitacional brasileiro apresenta-se um breve histórico das principais políticas desenvolvidas no Brasil ao longo dos anos, a fim de se entender o que foi construído em relação à habitação no País.

Inicialmente, após o ano de 1888, com a abolição da escravatura, muitos negros migraram para as cidades em busca de refúgio ou empregos. Na mesma época, diversos imigrantes europeus aportaram em terras brasileiras para trabalhar na indústria e no campo. Esse contexto implicou uma necessidade maior de moradias e infraestrutura de transportes e saneamento para todos. O governo, então, ofereceu crédito às empresas privadas para que construíssem habitações individuais, proposta que não valeu o investimento dos donos das empresas devido à concorrência grande com outras moradias informais que apareciam à venda. Começaram, então, os investimentos em habitações coletivas ou para a classe alta, a fim de se manter as pessoas dentro da cidade (Motta, 2011). O Poder Público, apesar de incentivar e financiar as construções, achava de mau gosto os cortiços e alegava constituírem ameaça à ordem pública. Houve, então, no começo do século XX, no Rio de Janeiro, uma reforma urbana em que foram demolidos 590 prédios para a construção de 120 novos edifícios (Maricato, 1997). Essa iniciativa deixou muitas famílias desalojadas, que se deslocaram para os subúrbios, numa espécie

de segregação espacial, como a que ocorreu na cidade de Paris, modelo, inclusive, para essa conduta, que visava, prioritariamente, tornar o local mais belo, com saneamento e melhor circulação (Motta, 2011).

Segundo Motta (2011), somente com a Revolução de 1930 se começou a pensar efetivamente em uma política para a habitação social. Nesse período percebeu-se que o setor privado e o Poder Público precisavam se ajudar mutuamente, mantendo-se o Estado à frente das decisões. O governo propôs, então, o financiamento de casas destinadas à locação por intermédio dos institutos de aposentadoria e pensão (IAPs). Porém, essa alternativa não funcionou, pois só beneficiava seus associados.

Em 1937, com o Estado Novo, as favelas foram sendo removidas, no que tudo que se relacionava a elas era considerado assunto para a polícia resolver. A Fundação Casa Popular (FCP), criada em 1946, foi o primeiro órgão nacional destinado à construção de habitações populares, que durou até aproximadamente o ano de 1952, quando o governo federal, incentivado desde o início dessas resoluções pelo Partido Comunista, viu-se sem recursos e sem condições de continuar. O crescimento urbano, a partir da década de 1950, suscitou a busca de soluções, por parte dos governos, para a adequação das cidades aos carros. Na mesma ocasião evidenciou-se um crescimento econômico desigual, em razão de que as classes mais privilegiadas recebiam acesso a financiamentos para aquisição de apartamentos e demais bens duradouros, enquanto às classes menos favorecidas, que não contavam com esse amparo do governo, resta apenas os loteamentos irregulares, as favelas, entre outras formas de ocupação o que tornava insustentável a garantia de moradia digna para todos já nesse período (Motta, 2011).

O governo de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, tentou fortalecer a FCP, construindo mais unidades habitacionais, momento que se revelou o mais dinâmico em matéria de investimentos de toda a sua existência. Foram criadas aproximadamente 17 mil moradias, número não muito satisfatório, devido, provavelmente, à falta de vontade política de resolver, de fato, o problema da habitação, visto que o interesse que norteava as ações dos responsáveis restringia-se apenas à obtenção de prestígio eleitoral particular. No entanto, a FCP padecia de um problema sério de excesso de poder e autoritarismo, e em sua atuação submetia os moradores aos caprichos de seus técnicos, que poderiam rescindir os contratos daqueles que se comportassem “mal” perante os vizinhos, por exemplo (Motta, 2011).

No golpe militar de 1964 a FCP foi extinta, sendo criado o então Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), que buscava controlar o crescimento de ocupações irregulares, sendo as favelas, novamente, tratadas como problemas de polícia. O Banco Nacional de Habitação (BNH) tornou-se o órgão de financiamento da construção civil, construindo massivamente, entre 1960 e 1980, conjuntos habitacionais, que ainda existem e possuem uma configuração própria, tais como o *Projeto Modernismo Autoritário da Cidade de Deus*, de Javatão, Rio de Janeiro, e o *Conjunto Prefeito José Valter*, nos limites de Maracanaú, em Fortaleza, Ceará, em 1970, só para citar alguns exemplos. Os modelos eram construídos sem arquitetura e urbanismo, no âmbito de políticas desenvolvidas para a maioria das pessoas, sem maiores especificidades (França, 2014). Por intermédio do BNH foram implantadas também as Companhias de Habitação Popular (COHABs), agentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) responsáveis pelo atendimento prioritário às camadas menos favorecidas da população que, no entanto, foram sendo cada vez mais

procuradas pelo público de classe média, visto que as camadas mais pobres não conseguiam financiar as moradias que desejavam adquirir. Dessa forma, no Brasil, quem não conseguia comprar sua casa própria foi, cada vez mais, se deslocando para terrenos irregulares e espaços clandestinos, onde a venda dos lotes era muito mais barata, por ser ilegal, mas consistia no único meio acessível para os pobres fazerem suas construções por conta própria.

O *Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados* (PROFILURB) foi uma nova iniciativa do governo para diminuir a problemática da habitação no País que também não teve muito sucesso, devido aos lotes serem muito afastados dos centros urbanos (Motta, 2011).

Durante a década de 1980, em meio à grave crise inflacionária que assolava o País, o BNH finalmente se extinguiu, em 1986. Com seu fechamento, seus investimentos são transferidos para a Caixa Econômica Federal. Após sua extinção, há uma queda nos investimentos destinados à construção civil. Porém, em 1987, o governo lança o *Programa Nacional de Mutirões Habitacionais* (PNMH) da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), que também pretende investir em ações de habitação social. Todavia, esse projeto também não alcançou o sucesso esperado, devido à grande crise da época e à falta de organização necessária para a sua implementação (Motta, 2011).

O Banco Morada (Morada Associação de Poupança e Empréstimo) era uma empresa voltada ao financiamento habitacional para aquisição da casa própria. Foi fundada em 1967, vindo a sofrer, em abril de 2011, intervenção do Banco Central do Brasil (BACEN) sob a alegativa de descumprimento de normas da instituição e do Conselho Monetário Nacional (CMN), sem que se traçassem planos viáveis para a

sua recuperação. Em palestra proferida no XX Congresso Brasileiro de Arquitetos Salazar (2014) comentou: “O Banco Morada faliu e isso foi um absurdo porque foi causa da corrupção do país. Para interesse social surgiu um Plano Nacional de Habitação” (Salazar, 2014).

Já no governo Collor, entre os anos 1990 e 1992, o programa *Plano de Ação Imediata para a Habitação* (PAIH) se propunha a financiar 245 mil casas em 180 dias, o que também não aconteceu. Em seguida, no governo de Itamar Franco, de 1992 a 1994, foram criados o *Programa Habitar Brasil* e o *Morar Município*, que deveriam se complementar, mas as muitas exigências legais envolvidas dificultaram o acesso de alguns municípios aos seus benefícios. No entanto, durante esse tempo incentivou-se o surgimento de conselhos e fundos para habitação, além de se constituir, 1992, o Fórum Nacional de Habitação (FNH), que buscava firmar uma aliança entre a produção, o uso da moradia e seus principais interessados, ou seja, entre Estado e empresários. No período entre 1995 e 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, avançaram-se em questões de regularização fundiária e habitacionais, ainda que não se pudesse fazer muito, devido às restrições impostas pelos bancos internacionais. Nos anos 2000 foi aprovado o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, com o interesse de oferecer suporte jurídico aos processos de planejamento urbano. Com esse estatuto foram reforçadas leis como usucapião urbano, demarcação das zonas especiais de interesse social (ZEIS), regularização fundiária, entre outras (Motta, 2011).

Sobre os processos de planejamento urbano tem-se a “usucapião”, que consiste em modo de aquisição da propriedade de um imóvel por indivíduo que o manteve em sua posse por um tempo estabelecido em lei, de forma contínua e sem resistência ou oposição de seu dono. A usucapião especial urbana na modalidade

individual aplica-se à posse de áreas de até 250 m², por tempo igual ou superior a cinco anos, enquanto na modalidade coletiva são usucapidas as áreas urbanas superiores a 250 m², ocupadas por indivíduos de baixa renda por pelo menos cinco anos ininterruptos.

A “desapropriação por utilidade pública” (Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941) constitui outra ferramenta de planejamento urbano que compreende a aquisição, pelo Poder Público, de qualquer bem que considere de utilidade pública, mediante o pagamento de indenização a quem era seu proprietário, compulsoriamente despejado de sua propriedade. Concessionários e permissionários de serviços públicos também podem promover desapropriações desde que expressamente autorizados por lei ou contrato firmado com a Administração Pública. Dentre os casos considerados de utilidade pública elencados no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41 destacam-se, por pertinência, a segurança pública, a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais, entre outros.

A “regularização fundiária” é o processo de identificação da situação fundiária de uma determinada localidade junto a um Cartório de Registro de Imóveis, ao Judiciário ou a demais entidades públicas, para posterior regularização das ocupações irregulares mediante a elaboração de planos que contenham plantas, memorial descritivo do assentamento, cadastro físico dos lotes, títulos de posses, ou a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que integram a área junto à cidade para a manutenção das obras de urbanização sob os cuidados da prefeitura, garante o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções

sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Ministério das Cidades, 2010).

Segundo a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR, 2014), o *Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Precários*:

Atende famílias que vivem em áreas irregulares, em antigas ocupações, promovendo a implantação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária em favor de beneficiários, ou seja, a conquista do documento do imóvel no seu nome, o chamado "papel da casa". Por intermédio deste projeto, a Fundação transforma em proprietários os moradores de áreas ocupadas de forma irregular, ocupações de áreas privadas, ou de novas unidades habitacionais construídas através do programa de produção habitacional da cidade (HABITAFOR, 2014).

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), são frações de um território que se destinam à recuperação urbanística, à regularização fundiária e à produção de habitações de interesse social, abrangendo, entre outras atribuições, a recuperação de imóveis degradados, a organização de equipamentos sociais, culturais e espaços públicos, a proteção da população de baixa renda, que vive irregularmente na cidade, em favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares, mediante a regularização de sua situação jurídica, a elaboração de projetos de emprego e renda, a urbanização dos espaços em que vivem, dotando-os de infraestrutura - saneamento básico, tratamento de água e esgoto, pavimentação, iluminação pública e energia

domiciliar, abastecimento de água, rede de drenagem, coleta de lixo e prestação de serviços urbanos, tais como educação, transporte, saúde, entre outros.

As ZEIS podem ser consideradas uma estratégia:

para viabilizar a regularização fundiária de assentamentos precários, permitindo a flexibilização dos índices urbanísticos presentes na cidade espontânea, via de regra, distintos daqueles presentes nas áreas produzidas pelas políticas públicas de habitação de interesse social, bem como nas áreas da cidade formal (Pequeno & Freitas, 2011, p. 9).

Na cidade de Fortaleza, após pressão de parte da população, o Plano Diretor Participativo, aprovado em 2009 (FORTALEZA, 2009), distribuiu as Zonas Especiais de Interesse Social da cidade no total de 135 polígonos, precisamente delimitados. Foram criadas três modalidades de ZEIS: ZEIS tipo I, abrangendo assentamentos irregulares; ZEIS tipo II, formada por loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais; e ZEIS tipo III, constituídas por vazios urbanos. As duas primeiras destinam-se à regularização dos assentamentos existentes mediante a execução de um plano urbanístico com legislação específica. A última modalidade consiste em área destinada à redução do adensamento dos assentamentos em terrenos próximos e já favorecidos com infraestrutura (Freitas & Pinho, 2012).

Em Fortaleza, tem-se a Fundação do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), que teve seu estatuto aprovado desde março de 2004 e trabalha com questões da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SCDH) com o fim de viabilizar moradias dignas, reduzindo o *déficit* habitacional, estimado em 82.439 moradias. O IBGE registra a presença, no município, de domicílios considerados precários por serem improvisados ou vulneráveis, material

e estruturalmente, habitados muitas vezes por diversas famílias, cujos membros têm que se alojar em espaços exíguos – costuma-se evidenciar mais de três pessoas dividindo a moradia em apenas um cômodo e comprometendo mais de 30% da renda com o pagamento de aluguel. O HABITAFOR tem seu trabalho formal voltado para a requalificação de áreas degradadas, mediante a realização de saneamento ambiental, regularização fundiária dos assentamentos precários, urbanização de favelas e produção de unidades habitacionais para o avanço da democratização do acesso à moradia digna da população de baixa renda da cidade, fazendo trabalhos junto ao *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV) e construindo equipamentos públicos definidos pelas diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município e do Estatuto das Cidades (HABITAFOR, 2014).

No governo de Lula, que abrangeu o período de 2003 a 2010, a principal política de habitação foi o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias para famílias que percebem entre três e 10 salários mínimos. Assim como ocorreu em programas de governos anteriores, a exemplo da FCP e do BNH, o Poder Público conta com a iniciativa das empresas privadas (em sua grande totalidade) e cooperativas sociais. É sabido, no entanto, que a maior demanda por moradia vem das famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos, mas a forma como as políticas públicas destinadas à habitação popular são conduzidas parece privilegiar a classe média e o empresariado da construção civil em detrimento da população a que se destina, em total descumprimento à função social da política da habitação (Motta, 2011). O *déficit* de moradia e a quantidade de domicílios inadequados quanto ao adensamento de moradores, à infraestrutura e à falta de unidade sanitária exclusiva,

só para mencionar alguns aspectos, continua alarmante (Ministério das Cidades, 2006).

Cada município desenvolve seu próprio programa habitacional com o intuito de atender à sua população, compreendendo um conjunto de ações necessárias à obtenção de determinados resultados em um espaço de tempo estabelecido, com metas definidas, sujeitas a monitoramentos e avaliações segundo o Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (HABISP, 2014) da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (SEHAB). A SEHAB, por exemplo, oferece, além do *Programa Minha Casa Minha Vida*; o *Programa de Recuperação de Mananciais*; o *Programa de Regularização Fundiária*, contemplando a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a regularização fundiária e a concessão de uso especial para fins de moradia; o *Programa de Urbanização de Favelas*, que tem como objetivo principal transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo à população menos favorecida acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos; e o *Programa de Habitação e Requalificação do Centro – Renova Centro*, que busca atrair a população novamente para o Centro da cidade (HABISP, 2014).

A resolução do problema da habitação requer que o Poder Público atente para a obrigatoriedade de oferta de infraestrutura básica (saneamento, transporte e iluminação, entre outras coisas) e respeite o direito dos moradores de permanecerem no lugar em que residem. Essas as reivindicações dos moradores das favelas, que lutam pela regularização fundiária em terrenos ou prédios abandonados, e também-contras as remoções, que nos casos das ocupações ilegais, apresentaram-se como a única possibilidade de acesso dessas pessoas ao solo

urbano (Motta, 2011). Vê-se, assim, que poucas foram as oportunidades de moradia digna destinadas aos menos favorecidos com apoio pleno dos governos brasileiros, que encontraram na apropriação ilegal das terras o único caminho para dispor de um teto, ainda que precário e por tempo imprevisível. Há, inclusive, uma flexibilização interessante, que permite que se acomodem os pobres na cidade como se a ilegalidade fizesse parte do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro nesse histórico de habitações sociais no Brasil (Maricato, 1997). As lutas entre a cidade formal e a cidade informal – aqui contemplando as favelas e as ocupações clandestinas - provam que há uma tentativa de transformar territórios invisíveis que são ignorados pela cidade real (Maricato, 1997).

O *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), ainda que não constitua o foco de estudo deste trabalho, será elucidado visto tratar-se de uma política de habitação atual importante no País e atualmente em vigor, destinada a atender à demanda habitacional da população menos favorecida, de modo a tentar reduzir o grave problema que se instalou no Brasil ao longo de sua existência como Nação.

Lançado no Brasil em abril de 2009, após serem aqui encontrados indícios da grave crise econômica que abalou o mundo no final do ano de 2008, ainda no governo do presidente Lula, e afetou os investimentos em empresas privadas, principalmente da área da construção civil, o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV) ou *Minha Casa Minha Vida* (MCMV) surgiu como iniciativa do governo federal, em geral, em parceria com estados, empresas, municípios e entidades, sem fins lucrativos, a fim de estimular a economia, que tem nessas áreas grande capacidade geradora de empregos. Na sua primeira fase foram contratadas mais de um milhão de moradias, e atualmente o programa pretende construir dois milhões

de casas e apartamentos até 2014 (HABISP, 2014). A previsão dos investimentos girava em torno dos 34 bilhões de reais (Ministério das Cidades, 2010).

Por meio do PMCMV o governo garante subsídios para as famílias de baixa renda, melhorando as taxas de juros em financiamentos habitacionais, além de disponibilizar “Fundo Garantidor que cobre as prestações em até 36 meses para as famílias que perderem o emprego ou passarem por uma perda de renda” (Ministério das Cidades, 2010, p. 50), dando continuidade, dessa maneira, às obras do então *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*. Os financiamentos seriam facilitados com o “Fundo Garantidor de Habitação”, resultando em barateamento dos prêmios de seguros de morte, invalidez ou danos físicos dos imóveis, redução dos prazos e custas de cartório, incentivos fiscais para construções de baixa renda, estímulo para uso de materiais ambientalmente sustentáveis, redução de prazos para licenciamentos ambientais, regulamentação de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para regularização de assentamentos irregulares. O programa iniciou-se com estratégias para atender a famílias com “faixas de renda de até R\$ 1.395,00 (ou R\$ 20 mil anuais, nos casos de áreas rurais)”, segundo o Ministério das Cidades (2010, p. 52), sem que deixasse de investir no segmento de famílias com rendas maiores. Segundo informações do HABITAFOR, em 2014, a renda de seus futuros beneficiados pode se encontrar no intervalo compreendido entre zero e R\$ 1.600,00 (ou até três salários mínimos). O financiamento dos imóveis pode ser pago no prazo de dez anos (ou 120 meses), e quanto menor a renda mensal declarada menor o comprometimento de seu valor para o pagamento das parcelas, como se pode observar no trecho da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza transcrito na sequência:

Os beneficiados financiarão suas moradias em 120 parcelas. Os que têm renda mensal de zero a R\$ 500,00 pagarão R\$ 50,00 mensais, e o Governo Federal custeará o restante. Os com renda mensal entre R\$ 500,00 e três salários mínimos pagarão 10% de seu ordenado. As unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida para famílias com entre zero e três salários mínimos custam até R\$ 45 mil, seja unidade plana ou apartamento. Vale salientar que, em todo o país, o recurso não passa pelos municípios. O Ministério das Cidades envia o investimento do programa aos entes privados. Assim, a Caixa Econômica Federal (CEF) e as construtoras são as executoras das obras (HABITAFOR, 2014).

Em Fortaleza, desde 2009 o PMCMV entregou seis condomínios residenciais, a saber: *Residencial Turmalina*, no bairro Vila Velha, entregue em julho de 2011; *Residencial Santo Agostinho*, no bairro Barra do Ceará, entregue em novembro de 2011; *Residencial Monte Líbano*, no bairro José Walter, entregue em maio de 2012; *Residencial Independência*, no bairro Granja Lisboa, entregue em julho de 2012; *Residencial São Bernardo*, no bairro Serrinha, entregue em novembro de 2012; e *Residencial São Domingos*, no bairro Jangurussu, entregue em dezembro de 2013; contendo 120, 232, 256, 168, 80 e 120 unidades habitacionais cada residencial, respectivamente, somando 976 unidades entregues, atendendo em torno de 1% das 100 mil famílias que se inscreveram procurando esse recurso de habitação. Até o final de 2016 prevê-se a entrega de 20 mil unidades habitacionais na capital e dez mil no restante do estado do Ceará, segundo dados obtidos no setor do MCMV do HABITAFOR.¹

¹ Os dados foram solicitados em comunicação pessoal com D. Girão, coordenador do HABITAFOR, em setembro de 2014.

O processo seletivo para cadastro das famílias no Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico) obedece a critérios que passam pela comprovação de sua moradia em áreas insalubres, de que as mulheres são responsáveis pela renda familiar, priorizando candidatos que habitam ou trabalham próximos ao empreendimento, ou que tenham idosos ou deficientes físicos morando em casa. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoia financeiramente as construtoras, fornecendo materiais e tecnologia com sistemas construtivos. O PMCMV possui pontos positivos, mas requer melhoras em suas estruturas, tais como mais investimentos nos assentamentos precários, na estruturação dos cadastros, na melhoria da qualidade da habitação, na inovação tecnológica e na sustentabilidade (Ministério das Cidades, 2010, 2014).

A prática de padronização das unidades habitacionais adotada pelo PMCMV é reconhecidamente maléfica, visto desconsiderar os condicionantes físico-ambientais, impessoalizar a habitação, aumentando o interesse do habitante em modificar sua casa, e discordar da realidade socioeconômica (Mororó, 2010). O MCMV, segundo Salazar (2014), não é uma política habitacional, mas um programa que veio para combater o problema econômico do país a partir da geração de empregos e renda, visto que “a construção civil é poderosa e movimenta a economia no Brasil” (Salazar, 2014). Já segundo o arquiteto Anastaki (2014), o “Minha Casa Minha Vida é o programa de maior financiamento habitacional do mundo, que possui qualidades e defeitos, ou seja, não apresenta apenas características positivas, nem apenas características negativas”. A MCMV é uma iniciativa que envolve a participação de construtoras, prefeitos e arquitetos, e sendo um programa de produção de obras do Poder Público e também do poder privado, têm os interesses pessoais de seus organizadores facilmente priorizados, como

quando, por exemplo, prefeitos e governadores indicam lugares de sua preferência para a realização de investimentos habitacionais.

Estudos realizados por Pequeno (2014) revelam a insatisfação do município de Fortaleza com o MCMV. Sua atuação se expande mais para as cidades do interior, visto que os terrenos são mais caros no centro da cidade, enquanto nas regiões mais afastadas existem problemas com o entorno, de pavimentação, falta de acessibilidade, poluição, alagamentos, esgotos não tratados e distância dos equipamentos urbanos, entre outros. Em muitos projetos habitacionais não há árvores, nem ventilação, falta conforto ambiental, há monotonia e individualismo (Pequeno, 2014). Para Anastaki (2014), o maior problema identificado no MCMV, além “da mesmice dos projetos de arquitetura com plantas idênticas, é a maioria de suas construções serem feitas nas encostas das cidades, em periferias”, onde não há comércios, tampouco serviços ou diversidade de espaços, levando-o a defender a ideia de que a política nacional não deve ser fábrica de construir em periferias, apesar de ser de seu conhecimento que os terrenos na periferia são comercializados por preços menores, razão pela qual as construções são feitas nesses locais.

Outra questão levantada sobre o MCMV diz respeito ao aumento de problemas nas obras de construção civil após a sua implementação, transformando o Brasil, na visão de Salazar (2014), em um “laboratório de patologias em construção civil”. Como exemplo de má qualidade construtiva do *Programa Minha Casa Minha Vida*, em 2010 dois edifícios em construção no Rio de Janeiro racharam e tiveram que ser demolidos pela segurança pública. Eles estavam sendo feitos para abrigar os moradores da favela do *Morro do Bumba*, em Niterói, que deslizou, causando 47 mortes. França (2014) observa que “este fato faz pensar sobre o futuro

da arquitetura, que não pode ser constituído de projeto barato, mal-feito e feio para a habitação social”, que resulta em grande prejuízo, sendo necessária uma política urbana melhor, que tenha “uma preocupação maior com a habitação social”, pois, pelo que se vê do que tem sido feito, deduz-se que “não parece haver amor pela cidade quando as políticas trabalham para que os pobres não sejam vistos” (França, 2014), ou contemplados com o que há de melhor. Segundo Weimer (2012), “os graves problemas habitacionais de marginalidade no país têm chances de serem acabados porém, a falta de vontade política é evidente” (p. 3).

Quando se trata do que é público, aparentemente os responsáveis esquecem-se de dar o melhor a quem mais precisa, e o que se vê é falta de infraestrutura onde muitos brasileiros moram e desvios de verbas, no âmbito do PMCMV, destinadas às construções que deveriam auxiliar os pobres, como os casos que são noticiados com frequência atualmente e em vez disso vão beneficiar o construtor e o político.

Há um descuido e um descaso pela coisa pública. Organizam-se políticas pobres para os pobres; os investimentos sociais em segurança alimentar, em saúde, em educação e em moradia são, em geral, insuficientes. Há um descuido vergonhoso pelo nível moral da vida pública marcada pela corrupção e pelo jogo explícito de poder de grupos, chafurdados no pantanal de interesses corporativos (Boff, 1999, p. 19).

Para França (2014), o Programa Minha Casa Minha Vida, como fruto de decisão política, não pode ser honrado pelos arquitetos como intervenção habitacional eficaz, visto que “a arquitetura é diferente de política” e “o arquiteto ama a cidade e luta por suas melhorias, como um maestro” (França, 2014).

O arquiteto e pesquisador brasileiro Weimer (2014) diz que o *Programa Minha Casa Minha Vida* (MCMV) constrói modelos habitacionais que são ultrapassados nas novas cidades. Segundo seus estudos, a cultura da arquitetura possui uma trajetória de criações próprias que podem contribuir para as construções, com suas configurações relevantes, inclusive naturais, para moradia, as quais podem ser constituídas pela herança da miscigenação brasileira, influenciada pelas moradias dos negros africanos, dos indígenas e dos europeus e que são desenhadas de acordo com a forma de convivência das pessoas em suas casas, com adaptabilidade a seus climas. Ainda em processo de serventia, espera-se ter acompanhamentos no *Programa Minha Casa Minha Vida*, a fim de melhorar cada vez mais as condições de habitação, de fato, para a maioria das pessoas necessitadas no Brasil, como intervenção imprescindível, formando comunidades satisfatórias para todos, tanto para seus moradores, quanto para seus vizinhos.

2.5 Moradias Alternativas – Favelas

Finalmente, após se verificar os conceitos da Psicologia Ambiental, os significados da casa e da comunidade e o histórico das políticas de habitação no País, encerra-se a parte teórica deste trabalho abordando-se as moradias alternativas, nas quais se incluem as favelas, tema principal desta pesquisa, por ser a tipologia de moradia dos entrevistados pesquisados.

Moradias alternativas são habitações cujas configurações são diferentes da arquitetura convencional. Elas podem ser autoconstruídas, feitas com materiais especiais, reciclados, rústicos, ecotecnologias alternativas ou feitas com materiais próprios de cada região, sendo esses últimos chamados de construções vernaculares. Elas podem ser mais ou menos aperfeiçoadas, feitas por profissionais

ou por leigos, pessoas sem experiência com a construção civil que, independentemente de ter recursos suficientes ou não, precisam de um lugar para morar ou para fazer de abrigo para alguma atividade.

O homem traz em si o instinto, a sensibilidade de construir sua própria casa, ainda que não disponha de recursos para esse fim. E é essa sensibilidade que torna a execução da casa mais precisa e realizável. Assim como os animais, o homem também necessita de seu território para morar. Vê-se bastante sensibilidade também na construção do cantinho (da casa) do animal, como nos abrigos de mamíferos e ninhos de pássaros (Bachelard, 1984; Tuan, 1930).

Na ausência de condições apropriadas para a construção de uma moradia sólida e confortável, o homem se vale das moradias alternativas, que podem formar os assentamentos precários. Estes consistem em habitações construídas em situações inadequadas ou caracterizadas por irregularidade fundiária, e se classificam em cortiços, habitações coletivas em cômodos alugados, superlotados, com instalações sanitárias comuns a todos os moradores, subalugados ou cedidos a qualquer custo; loteamentos irregulares, construídos sem aprovação do Poder Público, caracterizados pela precariedade dos serviços públicos e pela autoconstrução; conjuntos habitacionais que tiveram execução incompleta, encontrando-se degradados; e favelas, definidas como aglomerados de domicílios autoconstruídos que ocupam área alheia, pública ou privada (Ministério das Cidades, 2010).

As casas das favelas, em geral, têm estruturas perigosas e frágeis, podendo ser vistas como vestuário mais do que como arquitetura, em decorrência das

características de provisoriedade e momentaneidade que as peculiarizam (Jacques, 2011).

As habitações precárias podem ser adquiridas por preços compatíveis com suas rendas, permitindo-lhes livrar-se dos aluguéis, por serem localizadas em áreas distantes, muitas vezes em terrenos clandestinos e irregulares, e não contarem com infraestrutura ou serviços públicos, além de serem executadas sem auxílio técnico especializado, por intermédio do sistema da autoconstrução (Abiko, 1995).

Por habitações precárias de periferias entendem-se aquelas nas quais

devido à inexistência de orientação técnica e de *[sic]* disponibilidade restrita de recursos financeiros para a aquisição de materiais de construção, o resultado obtido é precário. As unidades habitacionais assim construídas muitas vezes apresentam problemas de impermeabilização e estanqueidade relacionada com umidade ascendente do solo, conforto térmico, ventilação, estabilidade estrutural (Abiko, 1995, p. 15).

Por arquitetura vernacular, entende-se aquela cuja construção não requer a intervenção de arquitetos, ela é feita de materiais naturais próprios de uma região, tais como são as casas de madeira, taipa, bambu, com teto de barro, palhas das árvores nativas, fibras de cocos, sementes, barro, ou, por exemplo, de pedras de um local, sendo entendidas como autoconstruções sustentáveis (Jacques, 2011; Yázigi, 2002).

As expressões construções vernaculares, construções alternativas e construções populares são muito confundidas no Brasil, sendo a palavra “vernacular” inexistente na língua portuguesa, mas considerada as “manifestações

construtivas do povo” para o brasileiro, segundo Weimer (2012). Porém, segundo o dicionário formal, esse termo provém do latim *vernaculum* e significa, originalmente, “o escravo que nasce na casa do senhor” (p. XL). Para Weimer (2012) o termo estaria mal empregado, visto que define escravo, bobo, velho, e essas definições não estariam valorizando os aspectos construtivos que definiriam a arquitetura popular e o que lhe é próprio e mais relevante, ao contrário, considerariam apenas suas características plásticas. A conotação da palavra “vernacular” desconsideraria o sentido principal da expressão, que poderia ser melhor definida como “arquitetura popular brasileira”, que se refere ao que é “popular”, do latim *populus*, próprio das camadas intermediárias da população, excluindo tanto os privilegiados patrícios, que possuíam a arquitetura erudita para representá-los, quanto as pessoas da plebe, os menos afortunados, excluídos, e que atualmente moram nas chamadas “favelas” ou acomodações similares (Weimer, 2012).

Weimer (2012), pesquisador que resgata as origens culturais das construções brasileiras, diz que “a arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural. As interações entre as diversas culturas são difíceis de mensurar” (p. XXI). Para ele, a arquitetura popular no Brasil não integra a parte da cultura valorizada e estudada pelos arquitetos no País, como se evidencia em suas próprias palavras:

A arquitetura popular, de forma genérica, não faz parte do imaginário dos arquitetos. Os dados disponíveis, em sua maioria, provêm de levantamentos de outras áreas, especialmente as humanas. Os poucos escritos de autoria de arquitetos sobre nossas manifestações populares referem-se a casos particulares, os de determinada região, da periferia de alguma cidade ou de uma corrente de imigrantes específica. Desconhecem-se qualquer tentativa de abarcar o tema em sua forma mais ampla e geral (p. XXXVI).

Há muito a se estudar sobre arquitetura popular no Brasil. As características principais dos materiais construtivos de suas casas seriam a simplicidade/facilidade com que são obtidos e a adaptabilidade de seus criadores para utilizar com esse fim o que encontram disponível. Nesse sentido, “a forma plástica [que caracteriza essas construções] seria o resultado das técnicas e dos materiais empregados” (Weimer, 2012, p. XLII). Elas não imitam a arquitetura erudita, tendo, assim, mais autenticidade. Os limites existentes entre a arquitetura popular e a arquitetura de miséria estariam nos diferentes estilos de suas construções, que variam no nível de criatividade, de acordo com a demanda para a resolução de suas necessidades habitacionais a partir dos recursos que possuem (Weimer, 2012).

A solução construtiva dada aos barracos é desprezada por se entender que não passam de “mera” construção. Os conceitos de espaço público e privado das populações marginalizadas, por não se enquadrarem dentro dos conceitos da cultura dominante, são vistos como equivocados, quando não “degradados” (p.38).

A arquitetura popular pode ser uma opção relevante de estratégia alternativa para a habitação das pessoas no Brasil, que se caracteriza pela distribuição de renda muito desigual e pela implementação de políticas públicas que deixam as necessidades da população a desejar (Weimer, 2012).

Segundo o censo de 2000, do IBGE, 64,16% da população, sem contar com pessoas que são dependentes, recebe até 3 salários mínimos, 33,17% entre 3 e 20 salários mínimos e apenas 2,67% recebe mais de 20 salários mínimos. Em um país de cultura autoritária, as manifestações de arte popular são vistas com desprezo pelas classes dominantes (p. XLVII).

A valorização da autoconstrução tem importância para os moradores brasileiros e é possível identificar padrões de qualidade de vida admiráveis a partir da criação dessas pessoas, decorrentes do fato de que “o ser humano é um ser capaz de se adaptar aos mais diversos meios, até onde há má qualidade de vida e a sobrevivência parece impossível” (Weimer, 2012, p. 3).

As casas miseráveis sempre existiram nas cidades. Uma justificativa para a origem das favelas poderia residir, além de na libertação dos escravos, que no decorrer da história não tinham para onde ir, no trabalho desenvolvido por Oswaldo Cruz para purificar lugares de possíveis doenças infectocontagiosas, desalojando moradores dos cortiços e casas antigas precárias e realizando a sua demolição. Restava para os miseráveis a construção de barracos próprios nas encostas de morros de propriedade pública, solução que na verdade apenas mascarava o problema, então varrido para debaixo do tapete, até se tornar, como realmente aconteceu, de forma mais grave e severa para muitos (Weimer, 2012). Muitos desabrigados foram, então, mandados para o agreste nordestino lutar contra os fanáticos de Antonio Conselheiro, na Guerra de Canudos, que durou de 1896 a 1897, final do século XIX. Conta-se que um dos bairros possuía uma planta tipo urtiga, que irrita a pele, chamada “favela”, arbusto alto, com flores e espinhos, comum na região do Nordeste brasileiro.



FIGURA 1
Planta da espécie *cnidoscolus quercifolius* ou favela, termo popular.

Quando os combatentes voltaram, os morros ou bairros miseráveis passaram a ser chamados com o nome dessa planta, espécie de urtiga que lembrava a planta agressiva do agreste (Jacques, 2011; Weimer, 2012). No Rio de Janeiro, a partir do século XIX, com a ocupação do Morro da Providência e do Morro de Santo Antônio, principalmente pelos combatentes da Guerra de Canudos, ex-escravos e moradores de cortiços que na época estavam sendo demolidos começaram a chamar de favela suas moradias provisórias nesses morros, como referência ao local em que viveram em Canudos, conhecido por *Morro da Favela*. Em 1924, Tarsila do Amaral pintou um quadro intitulado com esse mesmo nome, *Morro da Favela*, difundindo ainda mais o termo que faz referência à vida nos aglomerados urbanos, ficando conhecido na década de 1920 por designar também outras moradias improvisadas que ocupavam morros (Jacques, 2011; Luci, 2012; Matos, 2010). Esse quadro (Figura 2), famoso no mundo inteiro desde a época de sua criação, no Movimento Modernista Brasileiro, encontra-se exposto na coleção João Estefano, em São Paulo (Matos, 2010).



FIGURA 2
Quadro *Morro da Favela*, de Tarsila do Amaral, 1924. Matos (2010).

Até a década de 1960 as habitações do tipo favela eram removidas, depois vieram estratégias para mantê-las e melhorá-las. Do início do século XX até a década de 1970, os debates sobre políticas públicas giravam em torno da remoção dessas construções e da urbanização dos espaços em que se encontravam (Luci, 2012).

Até os dias atuais alternativas são buscadas para melhorar mais a vida dos que vivem em situações marginalizadas. A solução poderia estar na centralidade dos projetos, com maior permeabilidade nas favelas. O Programa de urbanização das mesmas deve incluir mais espaços livres de lazer e equipamentos públicos nessas áreas, como centros culturais e esportivos, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam esses lugares, mantendo, sempre que possível, as comunidades em seus locais de origem e favorecendo o estabelecimento de diálogos entre população e governantes (França, 2014).

Os pobres, por não possuírem condições econômicas para se sustentar ou adquirir a casa própria, partem para as autoconstruções, feitas com limitações, sem arquitetos, segurança ou o refinamento que a tecnologia moderna já alcançou. As construções são, na verdade, carentes de planejamento, por isso não preveem calçadas, jardins ou espaços suficientes para passagens de carros, acessos para bicicletas, pessoas, etc. Improvisadas, vão se desenvolvendo à medida que os construtores recebem investimentos, materiais naturais, de reciclagem, reutilizando o que é antigo ou estava quebrado. A ideia dessas construções surge da necessidade imediata das pessoas menos favorecidas terem um local para se abrigar. Com o tempo, essas pessoas costumam aspirar a lugares mais seguros, saudáveis, confortáveis e também esteticamente mais bonitos. O local construído, então, é visualizado como moradia temporária, não permanente, que se

transformará à medida que seus proprietários tenham acesso a materiais mais resistentes e adequados, segundo o seu ponto de vista. A busca por esses materiais nunca termina. Inclusive o tempo, a chuva, o sol e outros fatores externos fazem com que seja necessária a substituição dos materiais utilizados nas casas com frequência, o que faz com que a construção vá evoluindo ou, em casos de miséria mais severa, se degradando ainda mais. Finalmente, a casa também não necessariamente adquire uma forma física específica ao ser finalizada, tanto por falta de verbas quanto por falta de planejamento, descuido que demonstra a falta de cuidados das políticas públicas com os moradores dessas regiões (Jacques, 2011; Yázigi, 2002). As características das construções pobres são preocupantes, visto se tratar de “sub-habitações feitas com restos de materiais, mal acabadas e mal resolvidas, sem infra-estrutura digna deste nome, ocupando imensidões urbanas em todo o território nacional” (Yázigi, 2002, p.12).

Nas favelas os sistemas de drenagem são insuficientes, ocasionando mais frequentemente enchentes. Problemas estruturais nas casas, como goteiras, rachaduras e infiltrações, podem resultar nos desabamentos de que tanto se tem notícia no País. Problemas de erosão do solo também podem ocorrer quando não é bem utilizado. A proliferação de doenças é uma questão recorrente nas favelas que podem resultar da falta de serviços básicos de saneamento que melhorem a qualidade do espaço entre outras dificuldades, decorrentes, principalmente, de falta de planejamento urbano. As favelas são abrigos caracterizados pela existência de becos, gambiarras (improvisações de materiais), falta de acesso adequado à água potável e a condições sanitárias, e pela insegurança na posse das casas (Luci, 2012).

Para conceituar e descrever as favelas, Jacques (2011) utilizou-se de três metáforas: primeiro, para descrever os barracos, usou o termo “fragmento”, sinalizando para a heterogeneidade dos materiais utilizados em sua construção, geralmente adquiridos de segunda mão ou consistindo em restos de outras construções; segundo, para conceituar a aglomeração dos barracos, usou a palavra “labirinto”, no esforço de traduzir e explicar essa formação de retalhos, improvisos e emendas, com seus corredores que se fecham, apertam, mudam o percurso e nunca estão alinhados de forma reta ou clara, seja com números, placas ou sinalizações internas por seus caminhos; terceiro, para designar a cidade formada pelo conjunto de aglomerados de barracos, a autora usa o termo “rizoma”, numa alusão à configuração de uma planta selvagem que, de forma natural e informal, cresce e se espalha pela cidade, principalmente em seus terrenos baldios (Jacques, 2011).

Dessa maneira, vê-se um estilo de construção improvisado que cresce de acordo com as imediatas necessidades de permanência de seus moradores. A intenção da “arquitetura” da favela para seus habitantes – os próprios construtores dessas moradas – é servir primordialmente de abrigo e não necessariamente a uma finalidade estética. Isso porque a necessidade de habitar fala mais alto do que qualquer outra aspiração que se possa ter. Não obstante esse fato, há que se destacar que existe uma beleza própria, original, na especificidade natural das construções das casas das favelas, revelada em uma arte mais livre e que inspira, inclusive, pessoas de outras culturas, quebrando, assim, o paradigma de que a forma de se construir deve ser tradicional e sempre igual como o que se conhece na maioria dos projetos arquiteturais contemporâneos. Há, ainda, que se registrar que há uma riqueza a ser descoberta também na complexidade das comunidades

urbanas precárias, não só no seu aspecto físico da autoconstrução, como nas artes culturais que lhes são próprias (Jacques, 2011). A favela, espaço desconhecido da maioria dos arquitetos e urbanistas, é uma região também de muita eficiência e frutuosidade tanto em criatividade quanto em comportamento humano-ambiental. As favelas, que são “construídas por não arquitetos, são uma não arquitetura” (Jacques, 2011, p. 15). Encontram-se à margem da sociedade, e ora são alvo de ações de reconhecimento de suas existências e culturas pelos Poderes Públicos, ora de por se tratar de construções sem respaldo legal, geralmente alvo de interesses dos investidores imobiliários privados, que buscam realocá-las em áreas mais distantes dos terrenos visados para não as terem como obstáculos às suas próprias construções, processo tido como “ato de normalidade” das cidades ou de “higienização urbana”, termo já popularizado que designa a retirada das pessoas de seu local de origem para um outro mais afastado, principalmente quando essa região de origem é a mesma utilizada pelas camadas mais ricas, ou pelos turistas, de uma cidade (Jacques, 2011; Sommer, 2011). Sobre a configuração específica das favelas, tem-se:

As favelas são elementos que saem da caixinha, daquilo que é padrão, igual, norma - e, por isso, uma chatice total -, não obedecem ao uso do solo, aos parâmetros estabelecidos pelos parâmetros dos discursos urbanos oficiais. A apropriação acontece em áreas não consentidas da terra, os bairros são resultados dos esforços cotidianos dos próprios moradores com seus amigos e familiares, as favelas são criadas à margem das políticas sociais e também fogem dos padrões comuns. Os assentamentos precários destroem aquilo que foi aprendido pelos arquitetos. Porém, esses esforços populares são importantíssimos e, embora indo contra os diversos padrões

sociais conhecidos, demonstram como as favelas podem ser consideradas formas legítimas de fazer parte da cidade, com espaços públicos adequados (França, 2014).

Todos os estudos de Jacques (2011) foram feitos levando-se em conta as ideias do artista Hélio Oiticica, da Mangueira, região da capital do Rio de Janeiro, com suas inspirações para o belo em retalhos, emendas, improvisações, labirintos e criações mais livres, tudo o que é próprio da favela. Jacques (2011), quando estudante de arquitetura, buscava conhecer as várias estéticas da vida, da sociedade, da arquitetura, da arte e da cultura das pessoas nas favelas, inicialmente fascinada pela espontaneidade encontrada na construção popular desses locais, realidade que se contrapunha à arquitetura rígida e racional estudada no Modernismo pela autora em sua faculdade, verificando, também, a identidade própria das pessoas em suas formas de habitar, valorizando o estilo “parangolé” próprio das favelas (Jacques, 2011).

Estilo parangolé, que significa “conversa sem pé nem cabeça”, designa o movimento artístico-literário que buscava um sentido na poesia, arte, música, cor e tudo que era considerado primitivo. Iniciou-se com o artista plástico Hélio Oiticica, a partir de suas experiências no Morro da Mangueira, e com o arquiteto Carlos Nelson, no Morro do Brás de Pina, ambos no Rio de Janeiro, na década de 1960, tanto com arte contemporânea quanto com um grupo de arquitetos, que deram suas contribuições à discussão sobre novas instituições, práticas, mudanças de redimensionamentos de territórios, valorizando formas de sociabilidade urbana, manifestações culturais, simbólicas e espaciais que formaram, dessa maneira, as primeiras urbanizações e recuperações de favelas, influenciando grandemente esse processo no âmbito dessas comunidades, inclusive o projeto “favela-bairro”. Os

estudos desenvolvidos proporcionaram a descoberta das riquezas e valores existentes nesses lugares, tais como o caráter “parangolé” de Oiticica, implícito nas favelas, muitas vezes despercebidos pela população que mora distante dessa realidade (França, 2014).

No imaginário popular dos que moram fora da favela predomina o entendimento de que as pessoas que habitam esses espaços vivem mal, são infelizes, ou vivem com medo, não têm paz, nem condições adequadas para viver de forma satisfatória. Porém, essa pode ser uma realidade que parte apenas do senso comum, existindo outras interpretações para esses estilos de vida.

Segundo pesquisa realizada pelo DataPopular (2014) essa ideia do senso comum foi desmistificada após a realização de estudos que mostraram resultados surpreendentes: duas mil pessoas foram ouvidas em 63 favelas no Brasil e 94% de seus moradores se declararam felizes; 73% consideraram que moram em lugar violento; 59% afirmaram ser alvos de preconceito; 66% não querem sair da favela; 70% recebem parentes todos os meses em casa; 36% promovem churrasco toda semana na laje da casa; 65% afirmam pertencer à classe média. Ou seja, existe uma interessante qualidade de vida que acontece nas favelas que parece ter sido perdida nas outras comunidades urbanas mais elitizadas das cidades, onde as pessoas não se encontram mais como antigamente, não se divertem como poderiam, nem se socializam como as pessoas das favelas fazem, como pôde ser visto nessa pesquisa. Nela, as pessoas da favela disseram se sentir mais seguras dentro da favela do que fora dela, então se divertem sem sair mesmo, sem gastar dinheiro, ouvindo *funk*, usando lugares com *videogames* para adolescentes, etc. Segundo essa mesma pesquisa, existem muitas festas dentro da favela, churrascos semanais, entre outros eventos, além da partilha de alimentos de quem tem com

quem não tem - quando acaba o açúcar ou algum alimento, eles pedem para o vizinho dividir com eles o que falta para alguém. Há um clima de família que é acolhedor no dia a dia das comunidades da favela. A pesquisa mostra, ainda, que as pessoas nas favelas do Brasil são amigas, elas interferem nas brigas dos vizinhos, demonstram carinho e cuidado uns para com os outros, o que não parece ser visto, muito comumente, em lugares fora das favelas.

Outra pesquisa também mostrou que dois terços dos moradores da favela não gostariam de se mudar de onde vivem, ainda que seus salários dobrassem, ou seja, a satisfação em estar lá é maior que qualquer custo financeiro. Há, inclusive, os que voltam a morar na comunidade após saírem por algum motivo, o que significa que existem as compensações, vínculos e valores positivos que os atraem de volta para o local. Segundo os entrevistados da pesquisa, os motivos de seu contentamento são entendidos de diferentes formas, como se evidencia nas seguintes frases: “estar feliz consigo mesmo é você chegar num patamar muito grande como pessoa”; ou, “a simplicidade te torna feliz”; ou, ainda, “a felicidade está na gente. Está na gente, está na família. É por isso que eu acho que gente pobre, se saber viver, acho que é mais feliz até em certos lugares” (Francisco, em matéria exibida no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão em 23 de abril de 2014 às 21h50).

Outro exemplo de vínculo e apego à favela ou ao lugar que possui condições adversas é o caso de um ex-pedreiro e pequeno empresário, de 44 anos, que falou sobre sua casa de 400m² e cinco andares, maior casa localizada na favela de Paraisópolis, considerada a segunda maior favela da cidade de São Paulo, com 70 mil habitantes, segundo a prefeitura. Como a maioria das pessoas na favela, ele não paga IPTU porque a prefeitura não cobra, e emprega 110 funcionários, dos quais

90% moram em Paraisópolis. Perguntado pelo jornal Folha de S.Paulo (Machado & Alencar, 2014) porque ele, ex-pedreiro e agora empresário, ainda morava na favela e não em outro local que não fosse irregular, respondeu: “porque aqui conheço todo mundo, me sinto seguro, se eu tivesse a mesma casa no Morumbi talvez já tivesse sido assaltado”.

A partir desses estudos percebeu-se que a felicidade das pessoas, mesmo em meio a ambientes com aspectos precários, está relacionada a aspectos mais sociais do que físicos. Nas favelas existem questões negativas, como as dificuldades materiais, que são comuns, e as questões positivas, que parecem ser os fortes laços afetivos existentes entre os vizinhos. As pessoas, quando têm afinidades, costumam se identificar umas com as outras por viverem no mesmo meio e por lidarem com os mesmos problemas e necessidades, o que ajuda ainda mais a manter o laço com o lugar. A cidade é um espaço democrático, onde as pessoas se desenvolvem, com suas histórias, famílias e culturas. Nas favelas os moradores sentem um bem-estar, que lhes dá sensação de proteção e segurança, sendo uma percepção diferente da do senso comum (França, 2014).

A visibilidade da população pobre se intensificou após a migração para as cidades, porque passaram a ocupar partes das cidades urbanas, com várias pessoas morando em um mesmo local. Proporcionalmente, a violência também se intensificou nessas áreas, muitas vezes delimitadas pela força da autoridade dos traficantes de entorpecentes. Há uma complexidade nas relações de interdependência entre o que é marginal e o que é formal dentro das favelas, visto que sua estrutura ainda não é valorizada, tampouco compreendida, ainda que as favelas possam ser “lugares ordeiros” (Weimer, 2012, p. 38), em que vivem muitos trabalhadores honestos cujas qualificações e salários, e, por isso, não têm outras

oportunidades para moradia os impedem de morar em melhores condições (Weimer, 2012). As favelas têm estrutura diferente da parte formal da cidade, a qualidade dos serviços que recebem é inferior, falta infraestrutura, etc. Porém, as rotinas dos seus moradores não são muito diferentes das dos “moradores do asfalto” (Luci, 2012, p. 58), que geralmente trabalham durante o dia e à noite ficam com a família, indo nos finais de semana para a praia (Luci, 2012). Ou seja, existem lados distintos no mesmo ambiente: o lado do trabalho e da honestidade e o lado da delinquência.

A miserabilidade e a violência são os grandes problemas identificados nas favelas, a primeira podendo ou não estar acompanhada da segunda. Vale indagar, também, que tipo de violência estaria sendo vivenciada por parte dos menos favorecidos, visto que é considerada subjetiva, mensurada a partir dos interesses e aspirações de cada povo, com sua realidade e cultura.

Há uma sensação de abandono e desrespeito que faz com que os moradores das favelas reivindiquem o “direito a ter direitos”. Nas favelas são suas próprias associações que agem na organização do espaço, tanto gerenciando conflitos como organizando serviços públicos de coletas de lixo, de fornecimento de água, de entrega de correspondências, etc. (Luci, 2012).

É visível que a identidade da forma urbana no Brasil pode ser dividida em dois modos familiares, a que não possui padrões formais de construção e a dualidade social que fragmenta um espaço socialmente, fazendo com que até as ruas possam ter um “lado nobre e o ‘resto’, sem um mínimo aceitável de unidade (hoje restrito aos condomínios mais elitizados) o caos formal se

reproduz em nível de aglomerações urbanas desconexas entre si” (Yázigi, 2002, p. 207).

Entende-se que, apesar de as desigualdades serem diversas, é “um dever curto e grosso de toda a sociedade: promover a inclusão social em todos os projetos” (Yázigi, 2002, p. 249), havendo trabalho e projeto de inserção do pobre com seus potenciais e dignidade dentro da cidade e não uma divisão cada vez mais heterogênea onde uns são muito mais beneficiados do que os outros.

Segundo França (2014), as pessoas não costumam fazer conexão entre os elevados índices de violência no Brasil e a problemática da habitação dos pobres, com sua falta de acesso ao saneamento básico, políticas públicas, lazer, educação, saúde, etc. Além de não terem acesso a nada, os pobres são expulsos de seus lugares - remoções acontecem sem limites e a violência cresce. Enquanto isso, as pessoas se fecham em seus condomínios e faltam políticas públicas para as cidades, como observa Yázigi (2002), segundo o qual “A miserabilidade, que se faz acompanhar de violência, tem como principal resposta dos segmentos abastados a proliferação de condomínios protegidos por fronteiras, como muralhas, grades, guaritas, fossos e armas” (p. 15). Sabe-se, no entanto, que a violência não está necessariamente atrelada à pobreza, embora esta primeira possa dizer da realidade das injustiças das desigualdades sociais, que maltratam com as fronteiras físicas, as diferenças de classes, as discriminações e rejeições, que infelizmente são próprias do contexto das desproporcionalidades. Não sendo reconhecida culturalmente, a solução construtiva das favelas faz crescer, aparentemente, uma ideia preconcebida do que elas sejam e do que acontece dentro delas, havendo apenas a ideia negativa em seu entorno, gerando, assim, uma forma de marginalização dessa tipologia habitacional, o que aumenta ainda mais o preconceito, que poderia ser

evitado, caso as pessoas tivessem possibilidade e oportunidade de conhecer a realidade dos mais necessitados de forma diferente e mais aproximada (França, 2014). Ainda segundo a autora o arquiteto tem como missão fazer casas e “coisas” bonitas, mas quem vai trabalhar no serviço público deve se preocupar ainda mais em ser maestro para fazer uma cidade melhor, mais justa e democrática (França, 2014), para que não haja grandes diferenças entre as classes sociais, nem muros ou realidades destoantes, e sim, maior valorização de moradia para todos.

Por sua vez, as políticas de apoio aos que vivem em condições de miséria teoricamente amenizam as diferenças sociais, característica marcante nas tipologias das casas que vivem à margem, tais como as favelas, a partir da aproximação com eles.

Capítulo 3 – Método

Buscou-se compreender a realidade dos moradores de casas situadas em uma favela, comunidade urbana chamada *31 de Março*, da cidade de Fortaleza, Ceará. A pergunta de partida deste trabalho foi: “Qual o significado da casa para moradores de habitações com estruturas precárias?”.

Caracterizada como uma pesquisa qualitativa com ensaio etnográfico, a pesquisa contou com avaliações de abordagem multimétodos para a coleta dos dados. Foi realizado um levantamento documental da história da comunidade onde as casas se situam, realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante com registro em diários de campo e utilização de gravadores para a coleta dos depoimentos. Foi aplicado, ainda, o instrumento de pesquisa chamado “poema dos desejos” ou *wish poem* (Sanoff, 1977; Rheingantz, Azevedo, Brasileiro, Alcantara, & Queiroz, 2009), no qual, de forma livre, por meio de palavras ou de desenhos, os moradores puderam mostrar as ideias que têm de seu local de moradia.

Fotografias não puderam ser feitas das casas visitadas, nem de suas fachadas, na parte externa, nem de detalhes de seus interiores, em respeito à ética do regulamento apresentado e concordado pelo pesquisado do “Termo de Consentimento Pós-esclarecido” (ver Apêndice E), que prevê a impossibilidade de identificação dos sujeitos pesquisados. Portanto, os nomes verdadeiros dos pesquisados também não serão utilizados aqui.

As entrevistas de campo ocorreram nos dias 11 e 27 de fevereiro e 5, 10 e 31 de maio do ano de 2014. Foram oito os sujeitos pesquisados, sete mulheres e um

homem, entre adultos e idosos, sendo as sete mulheres colaboradoras efetivas em todos os instrumentos de pesquisa. Porém, por dificuldades de horário, o oitavo pesquisado não pôde responder às perguntas da entrevista semiestruturada.

3.1 A Comunidade Pesquisada

O local escolhido para a realização da pesquisa foi a comunidade urbana de Fortaleza, Ceará, chamada *Comunidade 31 de Março*, situada no bairro Praia do Futuro II. Essa comunidade ficou assim conhecida por se localizar nas proximidades da Praia do Futuro e da famosa *Praça 31 de Março*, localizada no final da Avenida Santos Dumont, entre as avenidas Zezé Diogo e Dioguinho. No momento, essa praça está em reforma e mudará de nome no ato de sua inauguração, passando a se chamar *Praça Dom Helder Câmara*.

A Comunidade é beneficiada pela Obra Lumen de Evangelização há cerca de treze anos, com o projeto intitulado *São Bento*, que visa dar apoio social e psicológico às pessoas da localidade. O contato inicial foi feito por indicação de “Rosa”, conhecida moradora do local, professora e agente comunitária, e que me apresentou aos outros moradores como sua amiga pessoal e da Comunidade 31 de Março, visto que eu participei por alguns anos desse grupo.

De acordo com dados e tabelas do IBGE, a Comunidade 31 de Março possui 1.717 pessoas, sendo uma média de 3,37 pessoas por domicílio particular ocupado. Segundo outros dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), dos 195 aglomerados subnormais existentes em Fortaleza, a Comunidade 31 de Março encontra-se na posição 58 em número de pessoas, ficando à frente, por

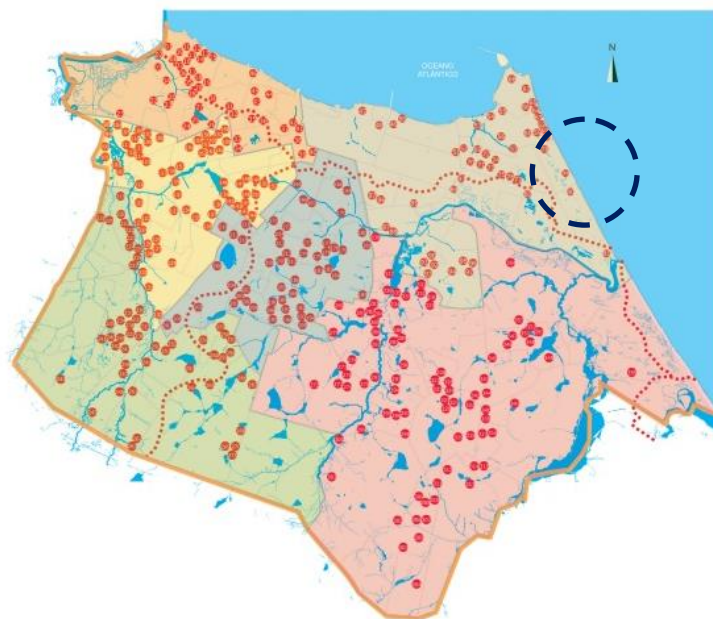
exemplo, da *Comunidade dos Cocos*, aglomerado subnormal urbano vizinho, que ocupa a 88ª posição, com, teoricamente, 1.282 pessoas (IBGE, 2010).

Fortaleza, quarta maior cidade do Brasil, possui cerca de 2.452.185 habitantes distribuídos por uma área de 314.930 km² (IBGE, 2010), com a média de 1.717 moradores da Comunidade 31 de Março acumulando-se em uma área de 313,8 km².

O valor da renda nominal média mensal das pessoas com 10 anos ou mais é de 510 reais, constatada pelo IBGE na área onde foi realizada a pesquisa, *Praia do Futuro I e II* (IBGE, 2010).

Segundo a SER II, de Fortaleza, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro da Praia do Futuro II, da Comunidade 31 de Março, é de 0,404, valor muito próximo ao encontrado em países da África como a Etiópia, que se encontra no 169º lugar do ranking com 0,406, segundo o censo das Nações Unidas (2007). Comparando-se, o melhor índice foi encontrado no bairro Meireles (0,916), semelhante ao de países como Alemanha e Eslovênia (Human Development Reports, 2007), favorecendo a percepção do grande desequilíbrio social existente em Fortaleza.

Na Figura 3, a seguir, vê-se o adensamento de favelas na cidade de Fortaleza no ano de 2011 segundo a Secretaria do Trabalho e Ação Social, Governo do Estado do Ceará (Mororó, 2010), onde se tem a área da Comunidade 31 de Março com círculo tracejado na cor azul.



Fonte: Governo do Estado Do Ceará - Secretaria do Trabalho e Ação Social.

FIGURA 3

Imagem com adensamento de favelas (vermelho) em Fortaleza-Ce. Secretaria do Trabalho e Ação Social, Governo do Estado do Ceará (2010).

A seguir, nas Figuras 4 e 5 serão mostradas vistas aéreas da região, onde se podem ver as casas com poucos recuos entre elas, ou seja, sem distâncias mínimas em relação aos limites de seus terrenos.



FIGURA 4

Vista superior da zona da Comunidade 31 de Março. Google maps (2013).



FIGURA 5

Marcação da Praça 31 de Março (azul) e Projeto São Bento (vermelho).

Localizados dentro do território da Comunidade 31 de Março, vista aérea. Google maps (2013).

A Comunidade recebe o apoio dos padres Martins e Eduardo, irlandeses, da Congregação dos Redentoristas, que moram na comunidade vizinha Luxou há mais de vinte anos e, mesmo idosos, atualmente ainda andam de moto e atuam na maioria das comunidades da Praia do Futuro, celebrando missas, realizando sacramentos religiosos e levando advogados e formações de estudos bíblicos para a população (Severo, 2014). Outra ação que se destaca desses padres é a posse de uma casa de apoio em cada uma das comunidades (ou aglomerados urbanos) da Praia do Futuro. Essas casas servem como ponto de apoio para eventos religiosos e também reuniões e formações mais politizadas em defesa dos direitos da comunidade. Do mesmo modo atuam na comunidade os membros da Obra Lumen de Evangelização, que também possui uma casa de apoio (vista nas Figuras 6 e 7), onde acontecem encontros com crianças, jovens e adultos sobre temas como sexualidade, família, formação profissional, trabalho, etc., além de também usarem a casa dos padres Martins e Eduardo.



FIGURA 6
Fotografia da casa do Projeto São Bento – Lumen.
Google maps (2013).

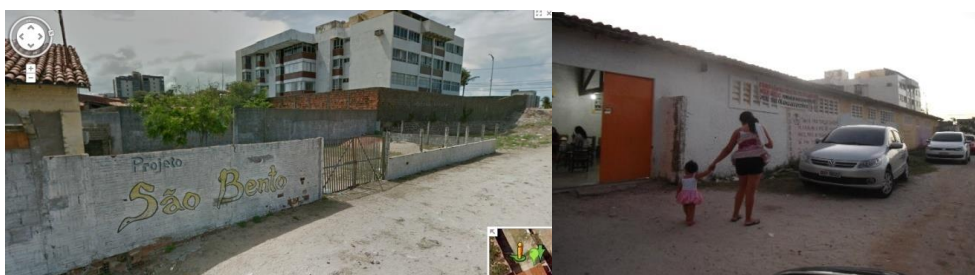


FIGURA 7
Fotografias² comparativas da casa do São Bento com vista para a Avenida Santos Dumont. Google maps (2013) e acervo pessoal do pesquisador (2014).

Logo na entrada da comunidade é possível ver, com acesso pela Avenida Santos Dumont, um campo de futebol (Figura 8), área livre utilizada para lazer em seu espaço carente de infraestrutura. Essa carência também pode ser visualizada na Figura 9. Outras imagens das casas da comunidade podem ser vistas no Apêndice D deste trabalho.



FIGURA 8
Fotografias³ comparativas do terreno situado na entrada da Comunidade 31 de Março, perpendicular à Avenida Santos Dumont. Google maps (2013) e acervo pessoal do pesquisador (2014).

² Primeira fotografia retirada do Google em setembro de 2013 e, ao lado, figura feita em maio de 2014 com carros de jovens estacionados para realização de trabalho voluntário na comunidade.



FIGURA 9

Vista da entrada da Comunidade 31 de Março. Ruas e casas sem infraestrutura. Google maps (2013).

A Figura 10 apresenta o mapa da Comunidade 31 de Março com acesso pela Avenida Santos Dummont, na mancha verde, e da Comunidade dos Cocos, sua vizinha, em mancha rosa.

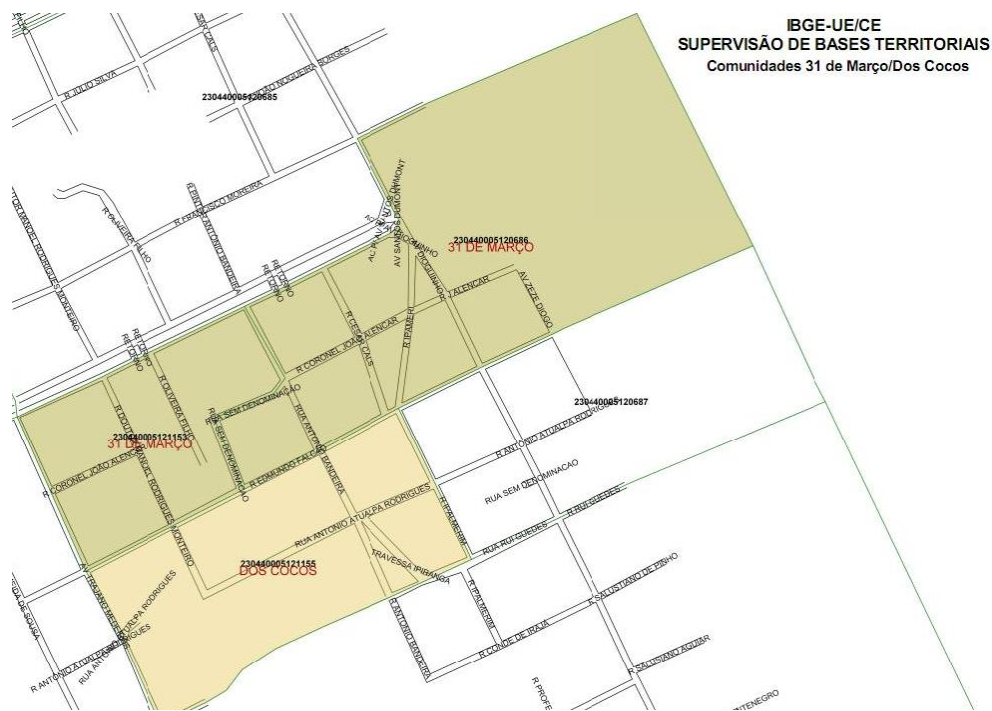


FIGURA 10

Mapa da Comunidade 31 de Março (mancha verde) e de sua vizinha *dos Cocos* (mancha rosa). IBGE (2013).

³ Primeira fotografia retirada do Google em setembro de 2013 e, ao lado, figura feita em maio de 2014.

Os limites entre a *Comunidade 31 de Março* e a *Comunidade dos Cocos* no mapa do IBGE (2013) não aparecem, portanto, de forma correta se comparados com a delimitação encontrada na realidade. Esses limites podem ser conhecidos como uma noção aproximada de medidas e referências, como experiência subjetiva, na qual o sentimento de identidade de lugar é o que conta como fator para determinar mais precisamente o que pode ser considerado como fazendo parte do limite de uma comunidade, ou não. Assim, de acordo com Yázigi (2002), “perguntar-se onde estariam os limites fisiográficos de uma região seria tão difícil quanto estéril” (p. 40). Portanto, apesar de no mapa do IBGE o limite ser bem demarcado, na prática essa delimitação é relativizada de acordo com as condições de cada morador.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são moradores da comunidade, tendo sido procurados no mínimo cinco pessoas, de ambos os sexos, entre adolescentes (com idade entre 12 e 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), adultos (com idade entre 19 e 59 anos) e idosos (pessoas acima de 60 anos, segundo o artigo 1º do Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007). Os critérios utilizados para sua participação da pesquisa foram morar na comunidade há pelo menos dez anos, ser indicado pelos próprios moradores, segundo a sua conveniência, e apresentar disponibilidade para falar sobre o que a casa em que habitam significa para eles.

A indicação das pessoas, que ocorreu por meio de contatos de uma rede de relacionamento, foi feita por moradores e frequentadores do local, apontando-se

como principal indicadora a “Rosa”, já mencionada em outro momento, considerada “líder” no local. Os outros participantes indicados são amigos de Rosa que, além de se mostrarem disponíveis, manifestaram interesse em falar sobre o assunto ou tinham histórias peculiares para contar, faziam parte da faixa etária desejada, e, principalmente, moravam no local há mais de dez anos, ou seja, tinham propriedade para falar do significado de suas moradias.

De início pensou-se em realizar a pesquisa focando unicamente nos jovens, público de interesse da pesquisadora. No entanto, com o desenrolar dos estudos teóricos percebeu-se a importância de se incluir os idosos e os adultos, em razão de suas vivências, experiências e histórias com as quais poderiam contribuir mais para o conhecimento do significado, bem como da identidade, apropriação, vínculo e apego existentes entre eles e suas casas e, como extensão do significado da casa, entre eles e sua comunidade, ficando-se finalmente apenas com essas parcelas da população. Coincidentemente, não existiram indicações de adolescentes.

A estimativa empírica de dimensionamento para esta pesquisa foi de “saturação teórica dos dados”, que acontece quando o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. Esse critério permite estabelecer uma validade do conjunto das observações (Glaser & Strauss, 1967), que torna relevantes as afirmações dos sujeitos.

Os entrevistados indicados que puderam realizar a pesquisa constam da Tabela 1, na sequência:

TABELA 1
Sujeitos da pesquisa

	Nome fictício	Sexo	Idade (anos)	Tempo Comunidade (anos)	Ocupação	Resposta aos instrumentos da pesquisa
1	Rosa	F	37	30	Agente de saúde	2
2	D. Margarida	F	53	24	Estudante e comerciante	2
3	D. Gardênia	F	47	24	Agente de saúde	2
4	D. Palma	F	63	24	Aposentada	2
5	D. Girassol	F	45	10	Empregada doméstica	2
6	Tulipa	F	20	10	Estudante	2
7	Hortência	F	37	10	Agente de saúde	2
8	Seu Jacinto	M	57	13	Garçom	1

Fonte: Pesquisa direta (2014).

A pesquisa foi aplicada com sete mulheres, cuja contribuição foi relevante para a pesquisa, visto sua atuação significativa dentro da comunidade, no desempenho de papéis importantes em sua realidade. O oitavo pesquisado, sem poder realizar a entrevista devido à impossibilidade de conciliar o tempo entre nós, respondeu apenas ao instrumento Poema dos Desejos. No entanto, sua contribuição foi reconhecida e o instrumento de pesquisa preenchido foi aproveitado para este trabalho.

Houve também o interesse de se fazer um grupo focal com os participantes desta pesquisa para melhor discussão de suas opiniões. Porém cada um dos pesquisados tinha um horário de trabalho que era incompatível com o tempo livre e/ou de trabalho do outro. As profissões variavam entre estudantes, empregadas domésticas, agentes de saúde comunitária, garçons e donos de comércio. Os encontros só poderiam acontecer aos domingos, mas ainda assim muitos alegavam que seria inviável ou por alguns também trabalharem nesse dia ou por ser o único dia de folga da maioria.

3.3 Estratégia e Técnicas de Obtenção de Dados

A pesquisa em questão desenvolveu-se numa abordagem qualitativa com ensaio etnográfico e se utilizou de entrevistas semiestruturadas, observação participante e do instrumento *poema dos desejos* como técnicas de coleta de dados, sobre as quais se escreve na continuidade.

Para Minayo (1996), a pesquisa qualitativa é uma opção quando há a pretensão de se oferecer respostas a algumas questões particulares, trabalhando-se com o universo de significados, motivos, aspirações, valores, e atitudes. Para Jorge (1997), a abordagem qualitativa da pesquisa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, de que tudo tem potencial para constituir uma pista que pode permitir uma compreensão mais esclarecedora do objeto em estudo. O método qualitativo não utiliza ferramentas da estatística ou da matemática para análise de suas informações. Ele pode usar a técnica da observação, como realizado neste trabalho, e pretende entender a natureza subjetiva de um fenômeno social (Leite, 2008). A pesquisa qualitativa “está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e à maneira como as pessoas compreendem o mundo” (Pope & Mays, 2009, p. 14).

Para a compreensão do sentido que a pesquisa qualitativa tem foi fundamental estar presente em campo, com os pesquisados, vendo e escutando seus depoimentos sobre suas vivências, opiniões e sentimentos perante o lugar onde moram. Este trabalho desejou, portanto, desde o seu início, apresentar as informações mais relevantes encontradas que pudessem acrescentar conhecimento sobre o tema do significado das casas para moradores de habitações precárias da

região pesquisada, bem como conhecer melhor sobre a habitação social na cidade de Fortaleza.

No campo empírico, viu-se que tão importante quanto fazer estudos teóricos sobre o assunto que se quer conhecer é estar presente em campo e captar as ideias que formam a realidade dos fatos. Essa prática de observação da realidade torna-se indispensável para o conhecimento, pois o “conhecimento é um discurso sobre o real e seu objetivo é dizer a realidade da maneira mais fiel possível. Precisamos observar o problema que nos interessa ao vivo, *in loco*, para podermos dar a nossa versão dos fatos” (Cavalcante, 2008, p. 54).

Evidenciaram-se algumas características da etnografia na pesquisa. No entanto, não houve muita permanência minha, enquanto pesquisadora, no local, tampouco a inserção total nas casas dos sujeitos, visto que o local de moradia é espaço privativo, que requer observação distanciada, não sendo facilitada a inserção de pessoas de fora (Elali & Pinheiro, 2013).

A etnografia é um processo no qual o pesquisador se insere em um contexto, sem fazer parte do mesmo, para avaliar e conhecer sua realidade. Dessa maneira, o pesquisador pode observar, conhecer e entender as relações que existem entre as pessoas e seus respectivos meios, e “tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (Magnani, 2009, p. 135). Essa abordagem da etnografia aproxima, portanto, o pesquisador dos seus sujeitos de pesquisa, fazendo com que sejam colhidas informações mais aproximadas da realidade. Sobre o olhar do arquiteto, Duarte (2013) diz haver a possibilidade de serem captados comportamentos e arranjos

espaciais diferenciados, podendo ser acrescentados dados importantes a partir de sua maneira própria de observar o mundo ao seu redor.

A aplicação da abordagem etnográfica na pesquisa em arquitetura seria um dos meios privilegiados para compreender tal relação entre usuário e seu espaço . . . É preciso frisar, no entanto, que não pretendemos dizer que os arquitetos são capazes de produzir etnografias, que é o ofício dos antropólogos. Acreditamos sim na possibilidade de acrescentar dados importantes, relacionados ao espaço construído, que podem somar-se à descrição densa produzida por eles. A etnografia é a escrita do visível (Duarte, 2013, p. 31).

A pesquisa tem o papel de entender as realidades, visto que “o significado é o conceito central da investigação, e a tarefa do pesquisador é buscar a compreensão da realidade humana vivida socialmente, aprofundando-se no universo dos significados das ações e relações humanas” (Minayo, 1996, p. 21-23). O método etnográfico, com os instrumentos de observação participante, entrevistas semiestruturadas e poema dos desejos puderam dar conta do entendimento dessa realidade, que uma vez entendida, pode propor possibilidades de maior qualidade de vida para as pessoas.

Os procedimentos utilizados foram, primeiramente, desenhos ou frases que manifestavam os desejos de como os moradores gostariam que fossem suas casas, e entrevistas que, em caso de concordância dos participantes, poderiam ter suas respostas gravadas, sendo-lhes garantido que todas as informações fornecidas ou conseguidas seriam utilizadas em segredo, apenas para esta pesquisa. Foi avisado, ainda, a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

que a pesquisa poderia causar-lhes desconforto, constrangimento ou sofrimento relacionados às possíveis dificuldades existentes no lugar ou ao seu estilo de moradia, ainda que mínimo, que poderia ser reduzido pelo cuidado da pesquisadora em evitar a exposição de seus dados e nomes verdadeiros, garantindo-lhes, ainda, a interrupção, o cancelamento ou reagendamento da aplicação de qualquer instrumento para outro momento ou horário, sem nenhum problema para os participantes, visto que sua participação é voluntária, o que implica a liberdade de não querer participar e poder desistir em qualquer momento, mesmo após ter iniciado os desenhos e entrevistas.

Foram seguidos, portanto, os seguintes passos no campo: explicação do objetivo da pesquisa aos entrevistados com leitura do TCLE; realização do *poema dos desejos*; efetivação da entrevista semiestruturada; gravação das falas dos pesquisados, em caso de aprovação dos mesmos; utilização de caderno de campo para anotações.

A análise do conteúdo foi feita segundo a perspectiva de Bardin (2009), para quem consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa obter, mediante o emprego de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, conhecimentos relativos às condições de produção, permitindo deduções pelo raciocínio e recepção dessas mensagens. A coleta de dados, segundo Bardin (2009), é feita até o momento em que as informações passam a ser repetitivas, ou quando não há mais grandes novidades nos resultados.

3.3.1 Observação participante.

Por observação participante entende-se a técnica de participação do pesquisador nas atividades cotidianas de um lugar, a partir de encontros, por um período de tempo, com um ou mais sujeitos analisados. As situações vivenciadas podem ser redigidas, bem como as ações e ocorrências testemunhadas. A observação participante, todavia, é um processo que mantém a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar pesquisa científica, ficando o observador face a face com os observados, participando de suas vidas e colhendo dados de seu cenário cultural, modificando e sendo modificado nesse contexto em estudo. A partir de um distanciamento, a observação participante consegue atingir seus objetivos de análise (Minayo, 1996).

3.3.2 Instrumento *Poema dos Desejos*.

O *Poema dos Desejos* (Rheingantz et al., 2009; Sanoff, 1977), tradução do inglês do termo *wish poem*, é um instrumento metodológico de pesquisa pelo qual as pessoas em um ambiente declaram, de forma livre, por intermédio de desenhos ou palavras, suas necessidades e sentimentos em relação ao lugar. Primeiramente, dão-se canetas, papel, lápis pretos e coloridos, borracha, prancheta e tudo que for necessário para expressar a criatividade e espontaneidade a cada um dos participantes e pede-se para que pensem em um poema, texto ou desenho que fale sobre a realidade de um local; depois, mostra-se um papel que tem como início obrigatório de afirmação a frase: “Eu gostaria que o meu ambiente...” (Rheingantz et al., 2009, p. 43), oferecendo-lhes a possibilidade de responder o que gostariam e desejariam manter em um local ou o que gostariam de ter e não tinham. O tempo de aplicação desse instrumento não deve ultrapassar vinte minutos. O ideal desse

instrumento de pesquisa é a possibilidade que oferece de se perceber os desejos do morador de uma casa, ou usuário de um ambiente, em relação às suas necessidades físicas e sociais. Respeitou-se a espontaneidade das respostas e o seu registro em um espaço em folha de papel da forma desejada pelo participante - desenhos, poemas, discursos, entre outras - que depois deveriam ser explicadas para o pesquisador.

Rheingantz et al. (2009) recomendam o *poema dos desejos* como forma de melhorar a qualidade das respostas dentro das entrevistas, como “atmosfera completamente permissiva” (p. 73), de forma que não haja influências, direcionamento de respostas, intimidação ou reprovação por parte do que faz a entrevista, nem antes, durante ou depois da finalização dessa atividade, que se dá com a explicação dos resultados, parte fundamental dessa ferramenta de pesquisa. Na análise dos resultados do *poema dos desejos* o observador “deve anotar e identificar com a maior fidelidade possível as observações e explicações de cada respondente relacionadas com os desenhos e seus significados” (p. 45), compreendendo, dessa maneira, todas as explicações e informações oferecidas pelo entrevistado imediatamente em seguida, para não haver dificuldade ou “interpretação equivocada das respostas” (p. 46).

Esses *poemas* costumam ter importância para ajudar no entendimento da relação pessoa-ambiente, ressaltando detalhes específicos de uma casa, ou de uma comunidade, mostrando expressões do que se gosta, se deseja e o grau de satisfação das pessoas com o seu local de moradia.

O Poema dos desejos é considerado um instrumento de grande utilidade para aprofundar o conhecimento e a compreensão dos valores, emoções,

afetos, simbolismos presentes nas interações pessoa-ambiente, além da importância e significado sócio-histórico-cultural para os diferentes grupos de usuários (Rheingantz et al., 2009, p. 49).

Esse instrumento constitui-se, então, de produções escritas, ou de desenhos construídos pelos sujeitos entrevistados, sendo como documentos que revelam sentimentos, crenças e desejos das pessoas, no caso, acerca de suas casas estudadas. Os resultados obtidos exerceram a função de validar o que foi coletado, ou de acrescentar informações ainda não obtidas, tanto nas entrevistas quanto mediante a observação participante (Martucci, 2001).

3.3.3 Entrevistas semiestruturadas.

Por meio das entrevistas semiestruturadas, com roteiro constituído de 17 perguntas (ver Apêndice C), buscou-se entender os pontos mais importantes sobre o tema do significado da casa.

As perguntas destinaram-se a entender como acontece a relação afetiva dos moradores para com a casa; como e quando foi a sua chegada ali; como ocorreu e acontece o processo de apropriação da casa; se eles gostam da casa tal como ela é, ou se a preferem diferente; do que gostam mais no local; do que não gostam; como os aspectos de infraestrutura, acessibilidade, mobiliários e urbanização da comunidade são vistos por eles, entre outros aspectos da temática coletados ao longo de seus discursos.

A análise do significado das casas inclui a análise do local ao seu redor, abrangendo o ambiente da comunidade no tocante à percepção dos moradores em relação aos equipamentos urbanos, espaços de lazer, áreas verdes, bem como ao

conforto ambiental e demais características físicas.

Nos momentos de entrevistas, os sentimentos de empatia e confiança eram necessários, manifestando-se por intermédio da escuta, da paciência, da tolerância, do respeito e da atenção no diálogo, para que houvesse uma boa troca de informações, naturalmente. As entrevistas aconteceram em forma de conversas intencionais, com base no roteiro, que não necessariamente precisou ser seguido de forma rígida, mas pôde ser adaptado segundo o desenvolvimento de cada conversa.

Capítulo 4 – Resultados e Discussões

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos durante as visitas ao campo, realizadas, de forma mais intensa, no primeiro semestre de 2014, entre os meses de fevereiro e maio, a partir de programações agendadas mediante contatos telefônicos, e aplicação de entrevistas pessoais com os moradores da Comunidade 31 de Março, seguidos de sua respectiva discussão.

4.1 Histórico da Comunidade 31 de Março

A Comunidade 31 de Março, localizada às margens da Avenida Santos Dumont e da Avenida Dioguinho, duas principais avenidas que se cruzam na Praia do Futuro, na cidade de Fortaleza, fica a cerca de 540 metros do mar, em uma área da cidade de Fortaleza que se caracteriza pela presença de prédios e terrenos ainda desocupados e evidencia-se rica em contrastes: de um lado, é visível o trânsito constante e intenso das camadas mais ricas e privilegiadas da sociedade, representadas pelos hóspedes e frequentadores do luxuoso hotel Vila Galé, situado a aproximadamente 250 metros da comunidade; do outro, constata-se a existência de uma camada da população que sofre com diversos problemas sociais, como a falta de segurança, de infraestrutura e de habitação, a violência exacerbada, a desnutrição, o trabalho infantil, o tráfico de drogas, etc., desassistida, em vários aspectos, pelo Poder Público, que não lhes proporciona o policiamento, os postos de saúde e as escolas, entre outros serviços de que necessitam e a que têm direito, nas proximidades e prestados de forma satisfatória.

Segundo relatos de moradores antigos da comunidade, constantes de documentos antigos arquivados com a representante dos moradores da 31 de

Março, “Rosa”, sua população chegou na localidade em busca de melhores condições de emprego, moradia e vida em território praiano. Sua formação se deu com a extinção do *Restaurante Luarada*, situado na Praça 31 de Março, que na década de 1970, era muito movimentado. Nas proximidades do estabelecimento, vendedores ambulantes começaram a construir suas casas com materiais reutilizados, iniciando a formação da atual *31 de Março*.

Desde o início, o meio principal de sobrevivência desses moradores foi a venda de coco, artesanato, camarão e peixes na praia. Com o crescimento da construção de barracas de praia, outros empregos também surgiram, tais como os de garçom, cozinheiro, faxineiro e segurança. No entanto, a venda ambulante na praia não continuou mais tão lucrativa como antes, fazendo com que as famílias procurassem outras ocupações, e a reciclagem tornou-se a fonte principal de suas rendas, a despeito dos riscos que apresenta, por se tratar de atividade cujos executores precisam lidar com produtos tóxicos, muitas vezes sem a devida proteção.

Dentro da Comunidade 31 de Março não há saneamento básico, calçamento, nem áreas apropriadas para lazer ou esporte, por exemplo, o que gera a ociosidade (Martins & Aquino, 2007), entendida como a ausência de trabalho e ocupações, que, unida à falta de condições adequadas em um lugar, pode levá-lo à estagnação ou ao sofrimento de danos, visto que o ambiente influencia na vida das pessoas e vice-versa (Moser, 1998; Pinheiro et al., 2004; Sommer, 1973; Valera, 1996). Como resultado do descaso do Poder Público, vê-se o aumento da criminalidade e do consumo de drogas. Mediante pedidos insistentes dos moradores, energia elétrica e água encanada foram fornecidas pela prefeitura. Os padres Eduardo e Martins,

líderes no local, apoiam os moradores em suas lutas por melhores condições de vida há anos.

Na entrada da comunidade existe um terreno baldio que os moradores utilizam tanto para a realização de jogos de futebol e de outras atividades de lazer quanto para o depósito de lixo das casas. Como esse terreno tem nível topográfico do solo mais alto do que o terreno das casas, os resíduos dos lixos podem descer, sendo levados para perto das moradias, contaminando a água subterrânea, que somente há poucos anos, como mencionado, é fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE). Antes, entretanto, as pessoas utilizavam água do poço, possivelmente contaminada pela poluição no solo.

A comunidade conta também com o apoio do Programa Saúde da Família (PSF), além do das comunidades religiosas, católicas e evangélicas, que exercem atividades com as crianças e com os jovens.

A Obra Lumen de Evangelização, por intermédio do Projeto São Bento, participa ativamente da formação das crianças e adolescentes em grupos que acontecem semanalmente, durante as manhãs e tardes dos sábados, promovendo educação sexual entre os jovens e prevenindo-os para que não entrem em contato com o mundo das drogas ou da delinquência. Entre os grupos de apoio que o *São Bento* desenvolve incluem-se, neste ano de 2014, os seguintes: aulas de capoeira, três vezes por semana; aulas de inglês, dança, reforço escolar e leitura infantil semanais; bazar periódico; grupo de pais; grupo de jovens; grupo “pré-jovem”; grupo infantil; preparação para a primeira eucaristia e a crisma; e pastoral da criança.

Na localidade há um trecho conhecido como *Comunidade do Carço*, em homenagem a um dos primeiros moradores, que foi cedendo seu quintal para outras

peessoas também morarem. Na época em que “Caroço” começou a morar na comunidade só havia areia e mata, e apenas carros do tipo *buggy* podiam passar, segundo levantamento nos documentos da comunidade. Esse senhor chamava-se Ângelo e era assim apelidado porque tinha um nódulo em seu rosto, e mesmo após realizar cirurgia para sua remoção seu apelido continuou. Ele morou na comunidade por mais de 26 anos e morreu em 2011 devido a complicações renais e problemas com álcool.

Algumas casas são feitas de tábuas de madeira; outras, dependendo das condições financeiras de cada família e de suas preocupações com a segurança das mesmas, são feitas de tijolos. Existem muitas grades utilizadas como “portas” para as casas, o que favorece a visibilidade de quem passa nas proximidades, de dentro para fora e de fora para dentro, demarcando territórios e protegendo os moradores das pessoas violentas. Esse cenário reforça a teoria de Oscar Newman (1972, 1996) sobre espaços defensáveis, assim considerados aqueles protegidos com o olhar das pessoas, razão pela qual apresentam maior sensação de segurança e conforto. Os muitos becos, vielas ou ruelas existentes dificultam a passagem das pessoas e quando há um desses mais largos, podem-se ver viciados em drogas usando crack, ou acúmulo de lixos depositados nos quais proliferam insetos, baratas, etc., segundo relatos. Os corredores longos e fechados, sem definição clara do que é público e privado, diminuem a visibilidade natural e tornam-se perigosos (Newman, 1972, 1996).

A maioria das casas foi construída tranquilamente, sem que houvesse resistência ou manifestação do dono do terreno no sentido de defender seu patrimônio ou enfrentamento policial. Dessa maneira, os moradores construíram ou compraram seus barracos por valores simbólicos e os possuem até hoje.

A *Comunidade 31 de Março*, na Praia do Futuro, é apenas uma das mais de vinte comunidades nas proximidades que podem ser consideradas como “aglomerado subnormal urbano”, a exemplo das comunidades *Luxou, Embratel, Maité, Caça e Pesca, Nossa Senhora Aparecida, Recanto, Roberto Pedrosa, Cocos*, só para mencionar algumas. As casas desses aglomerados são pequenas para a quantidade de moradores, a maioria é composta de dois cômodos e geralmente não tem banheiro ou divisões internas, remetendo, inclusive, a uma outra ideia de privacidade. As ruas e avenidas que demarcam a comunidade são João Alencar, Edmundo Falcão, Ipamerim e Atualpa Rodrigues, além das avenidas oficiais: Dioguinho, Santos Dummont, Cesar Cals, das ruas Antonio Bandeira (ou Rua Dr. Oliveira Filho), Rua Oliveira Filho (sem a abreviatura “dr.” como antecedente do nome), Rua Grito do Ipiranga e Avenida Trajano Medeiros, nomes oficiais da malha urbana. Em seu interior, as ruas são irregulares e foram nomeadas de forma improvisada pelos técnicos da Companhia Energética do Ceará (COELCE) com nomes de crianças moradoras da comunidade, tais como *Rua Cristina Ferreira, Rua Marcieli Lima, Rua Adriana Pinheiro*, algumas das quais já são adolescentes.

A Figura 11 reproduz o mapa da *Comunidade 31 de Março* feito pelos seus moradores em 2010, em quatro cartolinas, nas quais montaram os desenhos das ruas e das casas da localidade. Por conhecerem bem a comunidade, fizeram o desenho sem escala, de forma improvisada, sem conhecimentos arquitetônicos ou de urbanismo, primeiramente em tamanho ampliado com cartolinas, depois fotocopiado para folha A-4 e, finalmente, escaneado para imagem digital, que foi mostrada à prefeitura (Secretaria Executiva Regional II - Fortaleza). Esse mapa é utilizado pelos agentes de saúde em suas visitas às casas do local.

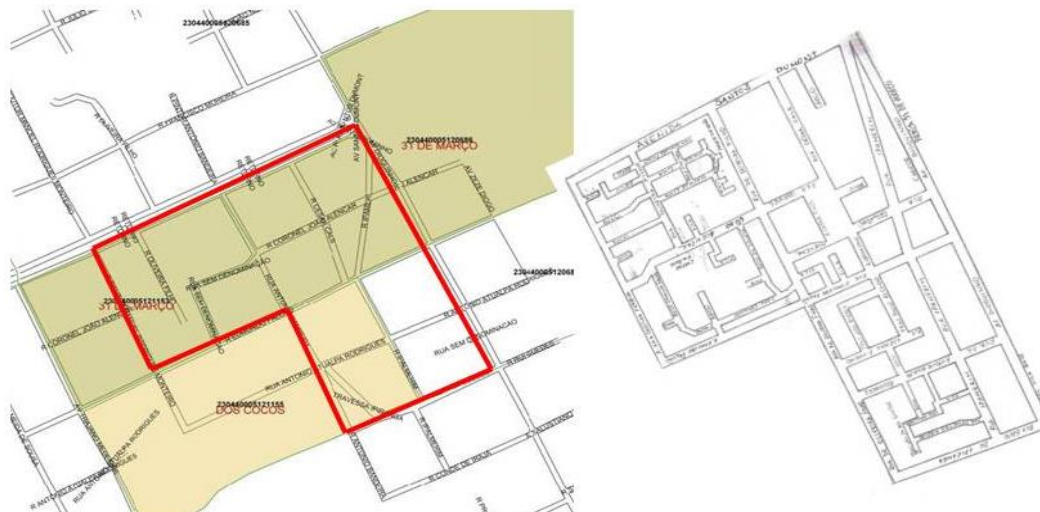


FIGURA 12

Projeção do mapa criado por moradores sob mapa do IBGE para representar a Comunidade 31 de Março. Fonte IBGE.

Em seguida, na Figura 13 será visto o mapa fotográfico do local, com a demarcação assinalada pelos agentes comunitários que fizeram o esboço do mapa e que conhecem as casas do local, mostrando o que na realidade é representado como Comunidade 31 de Março. O desenho do seu contorno é aproximado ao do mapa dos moradores, porém, com o acréscimo de um pequeno percurso radial que lhe escapa.



FIGURA 13

Exata delimitação em vermelho da Comunidade 31 de Março. Fonte: Google.

Vê-se, ainda, no mapa comparativo apresentado a seguir, na Figura 14, a partir dos mapas acessados, três perímetros diferentes como representação do mapa da Comunidade 31 de Março. O desenho feito pelo IBGE está contornado com linha tracejada branca. Já o esquema feito pelos agentes de saúde em 2010 corresponderia ao contorno de linha tracejada amarela. E o mapa final feito para este trabalho, em 2014, identificado e reconhecido, através da imagem de satélite, simultaneamente, pelas moradoras e agentes de saúde, está contornado com linha contínua vermelha. Vale ressaltar que a percepção desses limites acontece de forma variada, que também parece depender da apropriação do lugar e da identidade social urbana para seus moradores (Yázigi, 2002).



FIGURA 14

Projeção comparativa de três delimitações de mapas para representar a Comunidade 31 de Março: IBGE (cor branca), construção de moradores (cor amarela) e identificação dos agentes de saúde (cor vermelha) pelo mapa de satélite.

Durante a pesquisa, pude ouvir depoimentos de que as pessoas do Lumen têm acesso mais livre à comunidade por fazerem um trabalho de atenção, apoio e acolhida, principalmente às crianças do local. Mesmo as pessoas que usam drogas, fazem parte do tráfico ou atuam na ilegalidade defendem e protegem os membros desse grupo, por verem neles pessoas nas quais podem confiar e que estão na comunidade para ajudar e fazer o bem a seus filhos e familiares. Percebi essa acolhida e o respeito de todos para com a minha presença no local, tanto no abraço das crianças quanto na gentileza dos adultos. Em geral, há simpatia, pouca agressividade e pouco descrédito para com os visitantes, principalmente durante o dia, período em que os participantes do Lumen costumam visitar o local.

Conta-se uma única história de assalto acontecido a membros do Lumen, há mais de dez anos, dentro da Comunidade 31 de Março, quando um assaltante tomou a bolsa de uma adolescente que estava na região. Nesse mesmo dia, os próprios moradores foram em busca do rapaz, resgataram a bolsa da moça e brigaram com o indivíduo para que nunca mais fizesse isso. A conduta dos moradores é de cuidado para com os voluntários do Lumen, pois sabem que cuidam de suas causas e é de seu interesse que o projeto permaneça. Apesar de que o ideal é que ninguém se exponha com nenhum objeto de valor elevado, ficando suscetível à violência, os visitantes da comunidade geralmente têm mais probabilidade de serem respeitados nela do que fora, onde a violência acontece de forma elevada.

Atualmente, a Obra Lumen tem trabalhado e feito campanhas para arrecadar dinheiro para a construção de um Centro Social, em um terreno doado localizado na Rua Coronel João Alencar, dentro da comunidade, com cozinha, banheiros, copa, espaço para brinquedos, árvores e plantas, onde ocorrerão shows, missas, aulas,

palestras, entre muitos outros eventos. Há anos existem desejos de construção de um espaço próprio para o trabalho voluntário dessa obra, com capacidade para atender melhor às crianças e a seus pais nas suas atividades, pois a casa a que se tinha acesso estava carente de infraestrutura e não possuía espaço suficiente para atender à demanda que o grupo desejava. Com o projeto em mãos e o apoio de arquitetos, engenheiros e alguns patrocinadores, finalmente conseguiram dar início à estruturação deste Centro em junho deste mesmo ano (ver Figura 15).



FIGURA 15

Projeto Arquitetônico do Centro Social Obra Lumen de Evangelização em fase de execução no território da Comunidade 31 de Março. Início de obras em junho de 2014. Imagem de catálogo de arrecadação de doações para campanha do centro social (2014).

Já a Praça 31 de Março, inaugurada em 13 de setembro de 1976 e opção de lazer para os moradores, fica localizada próxima à comunidade. Após vários anos sem manutenção, em julho de 2009 começou a ser reformada, estando interditada desde então. Após a sua revitalização, no ato da inauguração deve receber formalmente um novo nome, *Praça Dom Hélder Câmara*, aprovado após publicação do Decreto Legislativo nº 635, de 15 de abril de 2014, proposto pelo vereador João Alfredo em 2009.

A obra, que foi suspensa em vários momentos, sob a alegativa da prefeitura de que as verbas do Ministério do Turismo não estavam sendo repassadas para a sua execução, possuirá equipamentos que estimularão o lazer, o esporte dos turistas e moradores da região e contribuirá com o policiamento no local, pois deverá haver mais pessoas utilizando a praça.

O local será arborizado e equipado com quadras poliesportivas pavimentadas, um campo de futebol de areia, ciclovia, pista de cooper contornando toda a praça, área de lazer para crianças e espaço para a realização de atividades voltadas para a Terceira Idade, além de posto da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (tendo a atuação do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Guarda Municipal). (Prefeitura de Fortaleza, 2014).

A entrega dessa nova praça estava prevista para até dezembro de 2013. Porém, segundo informação do jornal *Tribuna do Ceará* (Helton, 2014), em maio de 2014 a obra continuava sem perspectiva de conclusão. Fica o questionamento sobre se a dificuldade para a finalização de tal construção ocorre devido à resistência do Poder Público em beneficiar comunidades mais carentes, visto serem os grupos que se encontram localizados mais próximos dessa praça.

Durante pesquisa de campo fui informada de que a Comunidade poderia deixar de se chamar *Comunidade 31 de Março* para se chamar *Comunidade Dom Hélder Câmara*, pois o nome da comunidade é uma homenagem à praça existente nas suas proximidades. Porém, as opiniões dos moradores estão divididas e ainda podem mudar, a partir da realização de audiências públicas posteriores. Alguns gostam da ideia desse nome por representar um homem que foi defensor dos

direitos humanos durante o regime militar e o único brasileiro indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz; outros, ao contrário, têm resistido à mudança de nome, optando pela continuidade da denominação de origem, *31 de Março*, com a qual já estão habituados e familiarizados. No entanto, sabe-se que a comunidade só será chamada pelo que convier a seus moradores, como lhes seja mais representativo e simbólico.

Segue Figura 16 com a maquete eletrônica com vista superior da configuração da nova Praça Dom Hélder Câmara, com os novos equipamentos urbanos.



FIGURA 16

Vista superior do projeto urbanístico da nova Praça 31 de Março ou Praça Dom Hélder Câmara.

4.2 Diário de Campo / Observação Participante

A comunidade, assim como a casa, possui características que envolvem os sentidos humanos. Sobre os sentidos e sentimentos dos lugares, este trabalho elucidará o que foi mais constatado nas pesquisas, a fim de se compreender o

significado que a casa assume para os moradores de habitações precárias na comunidade urbana 31 de Março, em Fortaleza, Ceará.

Convém lembrar que a partir daqui as transcrições serão feiras em itálico e entre aspas. Nesses momentos, portanto, os relatos são dos pesquisados, que tiveram suas falas gravadas.

As casas da comunidade são caracterizadas pela aparência de simplicidade e precariedade. É possível visualizar reboco e buracos nas paredes, tetos e pisos; a textura dos móveis e espaços varia segundo os materiais com que são construídas; as sensações sonoras de quando eu estive no local eram de crianças brincando nas ruas, adultos conversando e algumas músicas populares tocando; quanto ao paladar, só tive experiência de tomar água no local, apesar das ofertas que recebi para tomar lanches e cafés, que recusei para não incomodar; meu sentido olfativo foi despertado passando perto da areia molhada e barrenta ou sentindo o lixo próximo nas ruas. A comunidade possui um cheiro característico que se deve, provavelmente, à presença de lixos nas redondezas unido à brisa da praia. Enquanto entrevistava Rosa, chegou uma amiga dela em sua casa, manicure, que chamou atenção para o cheiro de urina de gato no local: *“os gatos tão entrando na tua área? Eu to sentindo cheiro de mijo de gato, é igual na minha casa, lá todo dia eu lavo porque tem cheiro de mijo de gato. Eles devem entrar nessas brechas da grade da tua casa”*.

Após realizar contatos por telefone com Rosa, meio pelo qual sempre marcávamos os encontros, fiz a primeira visita ao local para começar os estudos em campo no dia 11 de fevereiro de 2014, uma terça-feira, a menos de três semanas para o carnaval de 2014, entre às 16h e às 17h30.

Conhecida em momentos anteriores, a comunidade foi (re)visitada e avaliada de nova maneira por mim enquanto pesquisadora, dessa vez sob o olhar dos estudos da relação humano-ambiental, dos conceitos da Psicologia Ambiental e mediada pelo interesse de conhecer o significado que a casa possui para seus moradores.

Nessa visita, Rosa me recepcionou e pude apresentar os objetivos deste trabalho de dissertação de mestrado. Por sua vez, ela me entregou materiais com históricos da comunidade e o mapa feito pelos moradores dos becos e quadras da região para auxiliar o trabalho dos agentes de saúde da prefeitura.

Rosa me falou ainda sobre a melhor maneira de abordar as pessoas da comunidade, reforçou a ideia do uso de vestimenta mais simples para que as pessoas se sentissem mais próximas e à vontade para conversar comigo, falando mais verdadeiramente sobre o que sentem, em vez de oferecer respostas aos meus questionamentos que imaginassem que eu quisesse escutar, ou “por educação”, como ela disse. Ao usar vestimentas mais simples eu poderia, inclusive, andar mais tranquilamente pela comunidade sem medo do estranhamento das pessoas novatas que estavam construindo abrigos novos. Senti-me recebendo uma aula de etnografia, porque, de fato, era importante eu estar inserida no local como um membro do Lumen, ou como alguém familiar para eles, usando roupas mais simples, tais como calça, chinelo ou tênis, blusa de malha com propagandas ou com mensagens religiosas, e sem nenhum acessório que pudesse chamar a atenção dos moradores que têm problemas com drogas ou são violentos, por exemplo. A partir dessas dicas, que já seriam evidentes, vi como resultado, de fato, principalmente o acolhimento das crianças pequeninas, com gestos de carinho, como se eu fosse uma voluntária em atuação nas aulas de “catequese” do lugar.

Nesse primeiro dia pude conhecer também Dona Margarida, outra pessoa de referência dentro da comunidade, considerada alguém de confiança que está sempre ajudando a todos, que gosta e cuida muito bem de sua residência no local há 24 anos. Dona Margarida, segundo Rosa e outras pessoas da comunidade, foi citada e apresentada como a moradora que podia me acompanhar nos momentos em que Rosa não pudesse. Nesse dia, Dona Margarida conversou um pouco sobre a sua relação com a casa e sua história com a comunidade.

No segundo dia de visita ao local, quinta-feira, dia 27 de fevereiro, o encontro aconteceu entre as 16h30 e às 17h30. Pude sentir o mesmo clima do encontro anterior - muitas pessoas ficavam nas ruas, passeavam, deslocavam-se de um canto para o outro, muitas crianças brincavam, correndo satisfeitas pelas ruas, e me cumprimentavam, mesmo sem me conhecer, e adultos se reuniam nas varandas das casas, conversavam, jogavam baralho e observavam o movimento das ruas da comunidade.

Visitar a comunidade com a Rosa, que é professora infantil e agente de saúde, me oportunizou visualizar e perceber a cumplicidade existente na localidade, visto que não só as crianças, mas os adultos e jovens também paravam para falar com ela, de forma familiar e espontânea. A maioria dos moradores parecia se conhecer, pois conversavam amigavelmente sobre seus problemas e pareciam ajudar uns aos outros em suas necessidades. O contar com o próximo pareceu uma realidade nas visitas que fiz, nas quais percebi amizade e preservação de uma fraternidade, na medida do possível, como se a comunidade fosse uma grande família.

Nesse segundo dia fui visitar Rosa para devolver-lhe o material da sobre a história da comunidade que me havia cedido em empréstimo, já fotocopiado, e entender o mapa feito em 2010 pelos moradores, comparando-o com o que existe atualmente na Internet (*Google*), obtido através de imagens via satélite.

Entendi que os limites demarcados pela prefeitura e as indicações de suas ruas não coincidiam com os delimitados no mapa sem escala feito pelas moradoras e agentes de saúde da comunidade, nem com algumas ruas indicadas pelo *Google Earth*. Comparando todas as informações verifiquei que o mapa da Comunidade 31 de março é, na realidade, um perímetro em formato de um “L” com uma linha radial que escapa ao plano desenhado por elas. Ou seja, não é marcado de forma retangular como o IBGE sugeriu, com limites retos, nem apenas como um “L”, como as desenhistas moradoras do local expressaram em desenho, conforme visto nas Figuras 13 e 14.

Por coincidência, nesse dia conheci Hortência, amiga de Rosa, também agente de saúde, que foi até sua casa lhe fazer uma visita e nos ajudou a identificar a comunidade no mapa. Quando informada de minha pesquisa, Hortência ficou muito entusiasmada e disse que gostaria muito de falar sobre o significado que a casa tem para ela, como um local que ela “*ama muito*”, no qual adora ficar, mais do que sair para outros lugares, e que considera como um “*cantinho sagrado*”, onde desenvolve várias atividades como estudos da bíblia e de outros livros, rendas, costuras, limpezas, e para onde leva material do trabalho para organizar, afirmando que “*sempre cuida para deixar o espaço mais agradável e confortável possível, pra que ela sempre tenha prazer em estar nele*”.

Ao fim desse depoimento espontâneo de Hortência, comentei que gostaria de ir visitá-la em sua casa e entrevistá-la mais profundamente sobre o assunto. Hortência disse que teria o maior prazer em me receber em sua casa, mas antes eu teria que avisá-la pra que pudesse arrumar a bagunça, e sugeriu outras pessoas para minha pesquisa. Gardênia, colega de trabalho das duas, foi um dos nomes que apontaram como sugestão, mas logo voltaram atrás, dizendo que não valeria a pena eu conversar com ela, visto que “*não*” gostava da casa precária que tinha, tampouco da comunidade. No entanto, lembrei que eu precisava de dados de pessoas que gostavam e que não gostavam da casa para poder fazer os estudos científicos. E Hortência concordou que, de fato, a “*vida não é feita só de coisas boas*”. Elas me contaram que Gardênia vendeu a casa dela na comunidade e foi morar com mãe e o casal de filhos em um apartamento, dentro da própria comunidade 31 de março, pagando aluguel. Conseqüentemente, meses depois conseguimos que Gardênia fosse entrevistada, testemunhando sobre o significado da casa da comunidade para si.

No terceiro dia de visita ao local, em 5 de maio de 2014, segunda-feira, passados carnaval, quaresma e até a semana santa no calendário brasileiro, voltei para realizar a pesquisa de campo, com o roteiro de perguntas semiestruturado preparado. Após manter contato com Rosa e combinar de ir até o local, cheguei à comunidade por volta das 16h. Rosa não pôde estar comigo na ocasião. Dessa vez, fui acompanhada por D. Margarida (53 anos), em sua própria casa, local que eu já havia visitado no primeiro dia, quando Rosa me apresentou a ela. Hortência também estaria na casa de Dona Margarida para conversarmos. Nesse dia a visita durou quase duas horas, com a maioria desse tempo (1h35) sendo destinado às entrevistas aplicadas formalmente a Dona Margarida, a Hortência e a Seu Jacinto.

Comecei a pesquisa formal explicando em que consistia o trabalho científico em questão, li o regulamento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o participante e expliquei que eles não precisariam se identificar para responder às perguntas, por isso, poderiam se sentir à vontade para dar suas respostas, visto que o interesse do trabalho é que toda declaração obtida seja verdadeira, com discursos honestos, independentemente de os aspectos relacionados à sua casa ou à comunidade serem bons ou ruins. Apesar de a especificação da profissão (ocupação) dos entrevistados poder indicar sua participação no trabalho de campo, escolheu-se manter essa informação por sua relevância para a compreensão dos dados. Iniciei a aplicação da pesquisa com o instrumento *Poema dos Desejos*, depois lhes expliquei que precisariam me esclarecer sobre o que quiseram dizer nos textos ou desenhos feitos. Em seguida, passei à aplicação da entrevista semiestruturada.

Dona Margarida disse que não se importava de se identificar, falando, inclusive, que para ela seria um orgulho que todos vissem seus escritos, pois queria fazer um livro com o seu nome destacado. Pedi que tanto ela quanto seu marido, Seu Jacinto, também morador da casa visitada, respondessem ao *Poema dos Desejos* ao mesmo tempo. Ofereci aos dois lápis de cor, caneta, prancheta e borracha e pedi-lhes que usassem a imaginação à vontade para expressar seus sentimentos livremente.

A filha de Dona Margarida, de doze anos, não quis desenhar ou escrever sobre a casa. Entreguei-lhe o papel do *Poema dos Desejos* (folha A-4, que está no Apêndice A), mas ficou só observando e nada fez. Seu Jacinto respondeu-me sobre o *Poema dos Desejos*, mas quando íamos partir para entrevistá-lo cedemos a sua vez para Hortência continuar a me dizer suas respostas, porque Dona Margarida

achou melhor que ela respondesse às perguntas antes do seu marido, apesar de ter chegado depois para a realização da pesquisa, pois, segundo sua fala, “*temos que nos colocar no lugar dos outros, e Hortência está muito cansada, com fome, querendo ir pra casa tomar banho e comer*”. Entrevistei então Hortência. Consequentemente, devido à dificuldade para sincronizar nossas agendas – Seu Jacinto (57 anos), como garçom, trabalhava bastante em escalas noturnas, período que eu tinha livre e disponibilizava aos encontros na Comunidade - não foi possível realizar com ele a entrevista semiestruturada desejada. No entanto, o que ele fez e explicou sobre o instrumento *Poema dos Desejos* foi devidamente aproveitado.

No quarto dia, 10 de maio de 2014, sábado, ainda na mesma semana, de 14 até às 17h, encontrei-me com Rosa, que se comunicou com mais pessoas que moram na comunidade há dez anos ou mais e que queriam ajudar a minha pesquisa. As primeiras a serem visitadas foram D. Girassol (45 anos) e sua filha Tulipa (20 anos). Ambas moram na comunidade há 14 anos, juntamente com o filho, o neto e a nora de Dona Girassol. Depois saí com Rosa para entrevistar Dona Palma (63 anos), idosa que está sem casa própria e mora com sua neta. Ainda na mesma tarde fomos até o prédio de Gardênia (47 anos), que fica em local mais afastado do aglomerado, em região imediatamente vizinha à Comunidade 31 de Março. Porém, apesar de atualmente residir em condomínio de classe média, Gardênia já mora na região há 24 anos, dos quais 21 anos no aglomerado subnormal. Dona Gardênia, em seu discurso, demonstra considerar o prédio como parte da 31 de Março, ainda que tenha infraestrutura suficiente para ser considerado como parte da região formal da cidade. Ela mora com sua mãe de 86 anos, um filho de vinte anos e uma filha mais nova. Quando cheguei à sua casa com Rosa, Gardênia avisou o namorado, com quem falava por *skype* em seu notebook, que

tinham chegado as “duas amigas” que estava esperando. Apesar de nunca tê-la visto antes, achei interessante ser considerada uma amiga por estar com uma pessoa de sua confiança e minha. Essa fala me alertou que a entrevista poderia ter uma boa fluidez, como de fato teve. Seu discurso, como esperado, disse muito sobre sua experiência com a casa antiga, precária, na Comunidade, visto que o foco da pesquisa está na compreensão do significado da casa precária da Comunidade 31 de Março para seus moradores e não da casa que possui infraestrutura adequada, como a em que ela habita atualmente, ainda que localizada próximo ao aglomerado.

No último dia de visita, sábado, dia 31 de maio de 2014, a moradora a ser entrevistada foi Rosa e a conversa fluiu de forma espontânea, inclusive com direito à presença de sua amiga manicure em sua casa, fazendo suas unhas enquanto ela respondia às minhas perguntas.

Um detalhe interessante observado em campo foi que, na medida em que eu perguntava, calava-me para escrever as respostas dos entrevistados, o que era bom e necessário porque eu pensava em suas respostas e já imaginava novas perguntas. Porém, com alguns pesquisados percebi que quando eu não ficava parando para escrever, e usava apenas o gravador para registro da conversa, o entrevistado parecia se sentir mais à vontade para falar o que queria, até porque não precisava conter as palavras para esperar que eu as escrevesse. O fato de eu “parar” para escrever em um papel tudo o que eles estavam dizendo pareceu limitar os seus discursos em alguns momentos, como se, ao falar menos, eles me poupassem do trabalho da transcrição, ou como se o ato de olhar fixamente para eles tornasse a interlocução mais fluida. Dessa maneira, muitas vezes, visto que o gravador estava ligado, eu não escrevia para não interromper o pensamento deles.

Em outros momentos, no entanto, a pausa se fez necessária inclusive para ajudá-los na formação e organização de suas ideias e síntese de seus pensamentos.

A partir da necessidade de cada entrevistado, portanto, a transcrição ou acontecia praticamente de forma completa e simultânea ou apenas como marcação de pontos-chaves. Coincidentemente, nas entrevistas em que eu não usei a alternativa da transcrição completa, a fala das pessoas rendeu mais, permeada de detalhes interessantes a partir de revelações pessoais, como nos casos de Rosa e Gardênia. Isso não invalida o conteúdo obtido a partir das informações dos outros participantes da pesquisa cujas respostas eu gravei e transcrevi em papel de imediato, tão valioso quanto, como nos casos de Dona Margarida, Hortência, Dona Girassol e Seu Jacinto (este último no ato de explicação do *Poema dos Desejos*). Com Rosa a conversa fluiu mais harmoniosamente, de tal forma que me permitiu eliminar quase que completamente a escrita de suas respostas em papéis do caderno. Porém, em todos os momentos o caderno de anotações serviu de alguma maneira para orientar a aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Os dados das entrevistas em campo, em síntese, foram coletados em cinco visitas, de oito sujeitos, escolhidos por indicação entre moradores da comunidade há no mínimo dez anos, por isso, com conhecimento e autoridade para falar sobre o significado que a casa tem para cada um deles, com seus aspectos positivos e negativos, retratando os processos de apropriação do espaço, lugarização, vínculo com o lugar (apego ao lugar), identidade de lugar e identidade social urbana, entre outros.

4.3 *Poema dos Desejos e Suas Revelações*

Para a realização do *Poema dos Desejos* foi entregue a cada participante uma folha de papel A-4 (Apêndice A), com espaço para que preenchessem a afirmação “eu gostaria que minha casa fosse...”, além de materiais para escrita e desenho. Nada mais foi dito, a não ser que ficassem à vontade para desenhar ou escrever o que quisessem.

As respostas poderiam caracterizar aspectos físicos, sociais ou ambos, de forma livre, de cada um dos pesquisados. Em sua maioria, revelaram o interesse prioritário dos participantes em obter estrutura física mais adequada tanto para a casa quanto para a comunidade, mediante a utilização de representações que chamaram a atenção para esse fato.

A primeira a responder foi Dona Margarida (53 anos, 24 de moradia na comunidade). Dois minutos após a explicação da atividade, Dona Margarida pediu borracha e disse que não estava “*com cabeça para desenhar*”, preferindo expressar os sentimentos “*com palavras, ao invés de desenhos*”.

Passados mais seis minutos ela completou a frase “eu gostaria que minha casa...” com o seguinte texto: “*fosse fora da favela ou que as autoridades, fizessem pavimentação nas comunidades, isso seria maravilhoso*”.

Para explicar o que fez no seu papel Dona Margarida disse:

É porque a gente mora num lugar totalmente abandonado, onde as ruas são de chão batido, e assim a gente acha que é um descaso muito grande, né? Porque nunca aparece, nem sobra, dinheiro pra fazer benfeitorias nas comunidades, sempre a gente vê que no período de eleição chega todo

mundo, promete, mas nunca, 24 anos que eu moro aqui, nunca foi cumprida nenhuma promessa. A única promessa que foi cumprida aqui próxima das comunidades foi a escola municipal, só, e uma UPA, só. Há 24 anos é tempo demais pra duas coisas só saírem de promessa né? Mas foi luta, muita luta das comunidades, fazendo caminhada todo mundo até onde tinha posto de saúde, ou uma escola mais próxima que era na Cidade 2000, pra que eles vissem realmente que aqui necessitava disso, né?

Seu Jacinto (57 anos, sendo 13 de comunidade) escreveu em seu *Poema dos Desejos* que gostaria que sua casa “*tivesse saneamento básico que fosse o lugar urbanizado [sic] e seguro*”.

Indagado sobre as razões para escrever essa frase no instrumento e o que quis dizer exatamente com ela, assim explicou:

Porque se a gente tivesse saneamento básico, a gente teria mais saúde, nera? Se fosse urbanizado, pudesse ter uma estrutura melhor, a gente ia ter uma participação maior na execução da comunidade. Se fosse um lugar seguro, a segurança aqui é muito difícil. As confusões com droga acabou [sic] mais, porque quem incentivava mais morreram e outros foram preso, então tá tendo mais paz, graças a Deus. A polícia só chegava aqui pra prender alguém. Mas pra fazer abordagem, veriguar droga, arma, não. Só entrava aqui quando morria alguém.

No seu *Poema dos Desejos* (Figura 17), Hortência (37 anos, sendo 10 de comunidade) fez um desenho colorido de uma casa, com chão, porta, janela, telhado e flores. E, completando a frase “*eu gostaria que a minha casa...*” ela

escreveu: *“tivesse uma estrutura melhor, me refiro as rachadura [sic] que no momento apresenta fora isso ela é o melhor luga [sic] do mundo.”*



FIGURA 17
Recorte feito no *Poema dos Desejos* de Hortência (37 anos) (ver Apêndice B). Pesquisa direta (2014).

Explicando seu desenho, que para ela é a representação da sua casa, Hortência descreve aspectos que considera bons: *“Desenhei essa plantinha porque gosto muito de planta, mas na minha casa hoje não tenho mais espaço pra plantar. Acho muito bonito. A porta é lilás porque gosto muito da cor lilás e o azul me transmite uma coisa boa”*.

Tulipa (20 anos, sendo 14 de moradia na casa) levou quatro minutos para fazer seu desenho (Figura 18), que foi respondido com a frase “fosse assim”, e desenhou uma casa com seu número, que, na imagem está coberto por “xx” para evitar a identificação da pesquisada. Do seu desenho saía uma pequena rua da porta de casa com um carro. Na porta, por sua vez, estava desenhado um trinco. No desenho também foi feito um telhado bem alinhado. O desenho é simples, monocromático, sem mais nenhum traço ou cor, foi preciso inclusive cobrir com caneta o traço leve a lápis da pesquisada e escanear o desenho. Antes, perguntei se ela queria pintar e ela disse: “não, já chega!”.

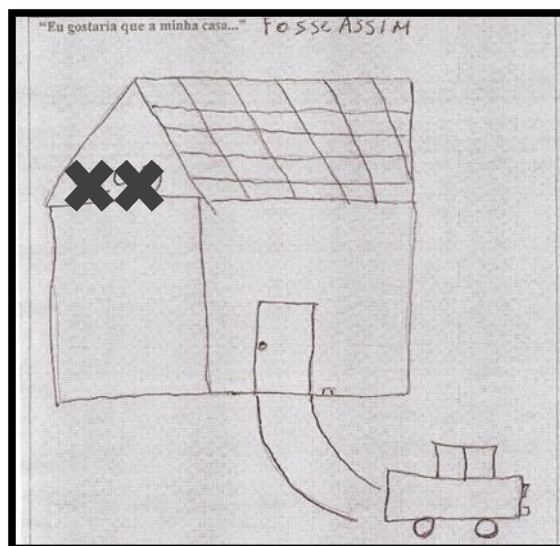


FIGURA 18
Recorte feito no *Poema dos Desejos* de Tulipa (20 anos) (ver Apêndice B). Pesquisa direta (2014).

Sobre o desenho, Tulipa explicou:

[risos] Aqui são as mudanças que quero que aconteça na minha casa. Aqui é uma estrada com meu carro aqui mais pra frente que a gente tá pagando consórcio. O consórcio primeiro é a moto, depois é o carro. O telhado aqui pra não ter mais goteira. A porta com fechadura, porque no desenho tem fechadura, mas aqui mermo num tem não. Esqueci a janela, mas é porque já tem a janela aí não desenhei, mas quero a janela também.

Em seguida, Dona Girassol (45 anos, sendo 14 de moradia no local), mãe de Tulipa e que mora na mesma casa da filha, em seu desenho (Figura 19) escreveu que gostaria que sua casa “fosse um pouco mais arrumada, passasse uma reforma para que ficasse mais agradável o que faz parte da felicidade da mulher”. E fez um desenho colorido de uma casa com teto, porta e janela, sendo a parede da fachada com várias cores.

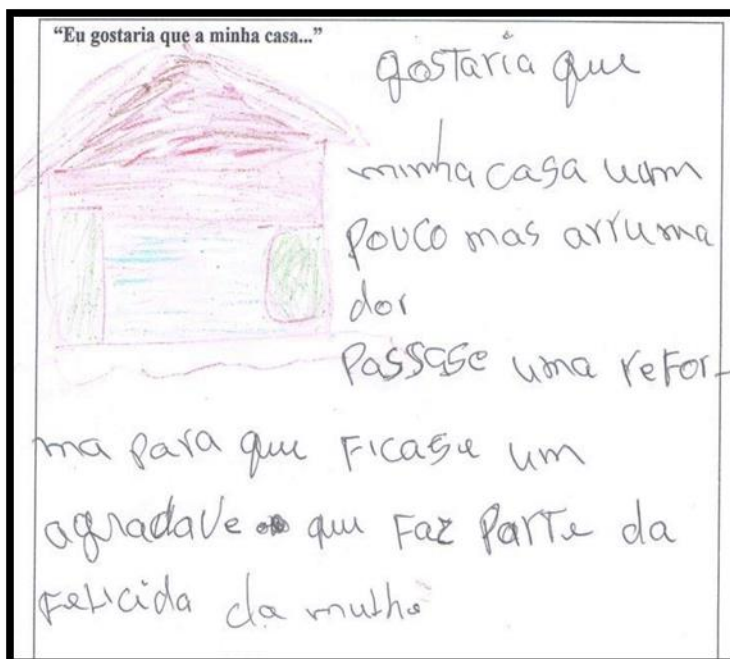


FIGURA 19

Recorte feito no *Poema dos Desejos* de Dona Girassol (45 anos) (ver Apêndice B). Pesquisa direta (2014).

Para explicar seu desenho ela disse:

Usei as cores da felicidade que é o verde, cor da esperança, o azul, que é a cor do mar, o marrom, que é a cor das telhas. São coisas alegres, toda mulher gosta de ter casa bonita, ter sofá, essas coisas, faz parte da felicidade, né?

Em um sábado, dia 10 de maio, Dona Palma (63 anos e que mora há 24 anos no local), após relatar por 25 minutos sua trajetória de vida, permeada por mudanças, viagens, perda de herança dos pais ricos, ocupações diversas (ex-professora, ex-ajudante da pastoral), problemas antigos e atuais de saúde, de visão (catarata, glaucoma) e de coluna, contou que teve duas casas próprias na comunidade, mas sofreu assaltos nos quais perdeu tudo que tinha em seu interior. Em seguida, vendeu as casas para os filhos e foi morar “de aluguel”. Novamente foi

morar com o filho, mas afirmou não gostar da situação, porque suas noras não a tratam bem.

No momento, Dona Palma mora com uma neta. Como ela não enxerga bem, pedi-lhe para completar oralmente a frase do *Poema dos Desejos* (Figura 22) enquanto eu escrevia, e ela completou que gostaria que sua casa

fosse linda, confortável, com jardim na frente, sala pra receber minha família de Belém, casa que não chova dentro de casa, uma sala com dois quartos, banheiro bonitinho pra eu não cair, cozinha, quintal com horta, pra eu comer fruta e verdura do quintal, com água encanada (tem quintal que não plantam nada [risos]).

Esta transcrição que ela pediu para eu fazer foi portanto autoexplicativa.

Gardênia (47 anos de idade, sendo 24 morando na Comunidade 31 de março) levou nove minutos para construir seu instrumento *Poema dos Desejos* (Figura 20). Ela fez um desenho bonito, como se fosse a planta baixa do prédio onde mora, com dois blocos de edificação, colorido com as cores dele, amarelo claro e verde, representou com números os prédios do condomínio com seus três apartamentos por andar, fez o portão de entrada, desenhou a cerca elétrica em três linhas, contornando todo o prédio, e escreveu a frase: “*cuidado, cerca elétrica*”, além de completar a frase –“eu gostaria que [em] minha casa...” da seguinte forma: “*não houvesse necessidade de viver presa por muros e cerca elétrica*”.



FIGURA 20

Recorte feito no *Poema dos Desejos* de Gardênia (47 anos) (ver Apêndice B). Pesquisa direta (2014).

Para o desenho que reforça a ilustração da portaria, cerca elétrica e apartamentos ela explicou:

Assim eu coloquei mais ou menos porque tu vê que a gente tá refém do medo, né? Nós tamo refém do medo, a gente vê tanto assalto, tanto roubo, que o bom seria, na realidade, onde eu vou passar os três meses agora, vou pra Portugal, a realidade lá é outra, as casas não tem nem muro, muito diferente das morada daqui. Eu chego do trabalho eu já não saio mais. Você desce lá embaixo, você tá ali embaixo, aí é os cara passando correndo pra assalto, com assalto, com tudo. Quem dera a gente morar num canto e não ser refém do medo, né? Porque na realidade aqui a gente se sente protegida, mas a gente se sente protegida por uma cerca elétrica, a gente aqui é prisioneiro, igual pássaro na gaiola com porta aberta, né? Se acostuma e não sai. Agora tá mais calmo, mas já teve tiroteio, que a gente não podia nem sair ai fora e nada, ai na rua envolvendo uma gangue de

tráfico de lá outra de cá. Então, eu fico morrendo de medo. Eu não fui assaltada não aqui, mas eu fui assaltada no centro. Mas bem aqui eu já fui feita refém num assalto que tava acontecendo, bem ali num prédio que é uma granja, porque a gente compra frango lá porque o frango é abatido na hora e ai eu cheguei mais uma amiga e ai quando abriu dois homens muito bem vestidos, quando eu entrei ele já disse “não olha pra mim, é um assalto”, era um assalto que já tava acontecendo, todo mundo tava deitado no chão e é horrível a sensação de ter uma arma apontada na tua cabeça, né? É muito ruim e foi no próprio bairro. Eu nunca imaginei que eu saísse da minha casa e fosse até ali num comércio aqui do bairro na minha mesma rua e passar por isso. Né? Então foi horas e horas, deixaram a gente trancado depois. Sabe? Ameaçando de matar todo mundo. É muito ruim. Então, faz uns cinco anos isso nessa rua, na área dos comércios. Então, quem passa por isso sabe bem o que é ficar refém do medo, né? Eu morava em outro prédio, morei lá seis meses. Lá era ótimo, nera, mãe? Sai de lá, pela violência porque meu filho chega onze horas do trabalho, ai ele tinha que percorrer essas ruas todinhas pra chegar em casa, ai começou essas brigas de gangue, esses tiroteio de um lado e do outro. Ai eu tive medo de uma bala perdida, ai a gente se viu obrigada a sair de lá. Mas lá era muito bom, muito maior do que aqui, nera mãe? Muito mais ventilado, mais conforto e tudo, né? Mas não tinha a segurança. E não tem dinheiro que pague a gente tá seguro, né?

Na realização do *Poema dos Desejos*, Rosa (37 anos e 10 de comunidade), última a fazer essa dinâmica, embora fosse a primeira com quem tive contato e que me serviu de ponte para os outros entrevistados, utilizou dez minutos, após ter dito

duas vezes que queria que sua casa fosse maior. Durante esse tempo ela disse que não sabia desenhar, perguntou se podia pintar e depois foi pedindo a borracha para caprichar no desenho.

Ao final, ela desenhou uma casa com uma árvore ao lado cheia de frutos, uma porta, uma janela com uma cortina e uma pessoa nela observando a parte externa, e me explicou que na casa dela não tinha janela, apenas a porta com grade por meio da qual se via a rua. A casa do desenho tinha teto, era toda colorida e tinha um cercado de madeira atrás (Figura 21).

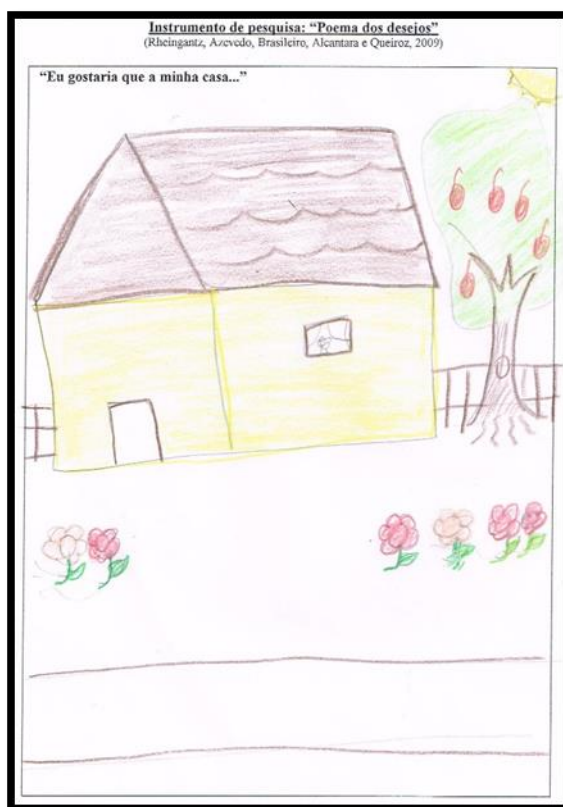


FIGURA 21

Recorte feito no *Poema dos Desejos* de Rosa (37 anos) (ver Apêndice B). Pesquisa direta (2014).

A explicação do desenho de Rosa foi a seguinte:

Eu pensei assim, eu queria que a minha casa fosse maior. Eu gostaria de ter um espaço maior porque você pode observar que meu espaço é bem

reduzido, então se eu for comprar um sofá eu tenho que ficar com o menor, o maior eu tenho que dar. O quarto só cabe a cama e o guarda-roupa, não cabe mais nada, eu não tenho nem espaço pra mim andar. Aqui eu não posso nem comprar um armário maior pra colocar as minhas coisas porque a casa é muito pequena, né? A verdade é essa. Então, eu queria um espaço maior. Mas, a minha mãe disse que se eu tivesse um espaço maior, esse espaço estaria cheio. Porque eu tenho muitos livros. Então, ela disse que quanto maior fosse meu espaço, mais eu estaria ocupando, né? Mas eu penso que eu com espaço maior poderia dar uma organizada melhor no meu ambiente. Poderia melhorar, organizar as coisas de uma forma que ficasse mais fácil d'eu observar, porque no momento ela está muito com o espaço pequeno. E eu gostaria também que quando aumentasse a casa a fachada ficasse maior, então eu poderia pintar, organizar mais do jeito que eu quisesse, ter uma área maior. Colocar umas cadeiras, colocar um espaço mesmo onde eu pudesse tá recebendo visita, eu queria plantas na frente da minha casa pra dar uma refrescada por conta do sol, eu gosto muito de flor, eu gosto muito de verde. Eu queria um espaço maior pra poder plantar aqui aquilo que eu quisesse. Você pode observar que aqui dentro da minha casa tem plantas, porque eu gosto. E com espaço maior eu poderia ter um quarto. Porque quando as pessoas veem na minha casa, eu tenho que colocar colchão no chão, elas vêm dormir nesse sofá. Na minha casa não tem janela, só tem a porta e o portão, queria uma casa com janela! Eu queria pra poder observar a rua. A parede da minha casa é das duas casas, minha e da minha mãe. A casa que tem janela é da minha mãe. A minha casa é separada da dela. Tudo meu é bem reduzido, a área é

reduzida, a cama é reduzida, o banheiro é reduzido, tudo é reduzido. O espaço é menor, não tem um quintal, pra mim lavar as coisas eu tenho que ir lavar lá na pia da minha mãe, que aqui não tem onde colocar uma pia. O sol poderia permanecer, não tem problema não, mas atrás das plantas pra poder dar uma sombrinha, né? Só ia ficar lá, mas ia ter uma sombrinha, um vento, porque como aqui não tem planta nenhuma na frente, não tem árvore, não tem ventilação. É sol quente mesmo, ao meio dia todo. A posição da minha casa eu gosto porque não é dentro dos becos. Eu gostaria que continuasse sendo aqui mesmo, na frente e nada de becos lá atrás. Gosto porque minha casa é seguro, é central, não é nos becos, isso traz mais segurança. Tem também a necessidade de entrar num transporte, nos becos não entra transporte e as casas sendo nas ruas elas são mais valorizadas do que nos becos, com certeza. Ah, na frente da casa eu gostaria que tivesse calçamento, porque não tem asfalto é o areial ai na frente ai quando chove fica tipo uma lagoinha ai na frente. Eu mesma já não mandei colocar cimento ai na frente porque ia ficar carros parados ai, como já ficam, mesmo com areial. Ai eu não ia poder entrar nem sair. Ficam os carros da igreja universal, os carros mais potentes eles param ai. Ai tem dias que eu não consigo nem sair, fica o impensado de carro, moto, parado. Ai se eu tivesse feito o cimento por minha conta mesmo, ai é que taria... mas, mesmo assim eu penso em botar pelo menos um cimentozinho na frente da minha casa.

A partir das considerações principais feitas neste primeiro instrumento, segue a Tabela 2 que apresenta uma síntese do que os entrevistados disseram que gostariam que a casa fosse ou tivesse.

TABELA 2Resumo dos *Poemas dos Desejos* dos pesquisados

<u>Temas abordados no Poema dos Desejos</u>
1) Dona Margarida: Desejo de a casa ser fora da favela ou que seja transformada por meio de benfeitorias na comunidade.
2) Seu Jacinto: Desejo de ter saneamento básico na comunidade para que os moradores tenham mais saúde. Desejo de haver mais policiamento, envolvendo mais vistorias para localização de drogas e armas no local, para que tenham mais segurança também.
3) Hortência: Desejo de casa com estrutura melhor, sem rachaduras, fora isso sua casa já é o “melhor lugar do mundo”.
4) Tulipa: Desejo de ter pavimentação, acesso melhor de carros, maior organização das casas. Desejo de ter seu telhado consertado sem goteiras e desejo de ter porta com fechadura para ser trancada.
5) Dona Girassol: Desejo de ter a casa reformada, mais arrumada e com cores alegres para felicidade, esperança e alegria do lar.
6) Dona Palma: Desejo de ter a casa com jardim na frente, conforto, espaço para visitas. Desejo de ter boa cozinha e banheiro adaptado para idosos não caírem. Desejo de ter quintal com plantações e desejo de ter telhado protegido para não chover dentro de casa.
7) Gardênia: Desejo de ter segurança nas casas, sem necessidade de ter cercas elétricas, nem fechaduras para trancar as portas.
8) Rosa: Desejo de ter uma casa maior para organizar e guardar melhor seus objetos, ter uma janela, quintal, mais espaço para receber visitas, banheiro maior e manter a casa na rua principal, fora dos becos, porém com asfalto no chão, para evitar “areal” e “lagoinha” quando chove, que se formam na frente da casa.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Como resumo dos temas abordados nos poemas dos desejos, viu-se a predominância - nos desenhos, nos escritos e nas explicações faladas - de referências a aspectos físicos, tais como queixas de espaços pequenos dentro das casas ou da falta de espaços para jardins e quintais; queixas sobre presença de

goteiras no teto, rachaduras nas paredes, falta de revestimentos nos pisos, falta de pintura nas paredes das casas, de pavimentação nas ruas, de adaptações para idosos; falta de arborização nas ruas e de regularização fundiária. Além disso, reclamaram da necessidade de maior privacidade para os moradores, dentro das casas e nos becos, considerados lugares escondidos e desvantajosos (vulneráveis) quanto à segurança. Ao mesmo tempo, foi frequente o discurso da casa como “melhor lugar do mundo” para se viver, segundo eles.

Como resultado do instrumento foram retratados elementos e aspectos desejados e que não existem nas casas; e outras expressões, reveladas em desenhos de flores - com cores ou com escritas e falas -, que indicavam satisfação com o lugar, independentemente de sua estrutura física, fazendo alusão ao afeto com a casa e com a comunidade.

4.4 Entrevistas Semiestruturadas e Categorias Temáticas

Para análise dos resultados, primeiramente buscou-se compreender a história da comunidade analisada, bem como seus ambientes e as condições socioeconômicas de seus moradores. Em seguida, debruçou-se sobre as exposições dos pesquisados visando vislumbrar uma específica significação cultural própria do grupo. Tomaram-se as entrevistas, suas transcrições, os registros da observação participante, como o diário de campo, e os documentos analisados e, em seguida, foram organizados e classificados os temas evidenciados como constatações feitas no campo. A análise de conteúdo realizada neste trabalho aconteceu segundo a perspectiva de Bardin (2009).

Pôde-se verificar, então, como foco das categorias temáticas, os seguintes temas elaborados: 1) chegada dos moradores às casas e seus problemas estruturais; 2) vínculos afetivos: valor simbólico da casa e da comunidade; 3) privacidade: relação com a porta e com a vizinhança; 4) identidade de lugar e identidade social urbana - favela *versus* comunidade; 5) problemas de segurança na comunidade - drogas e violência; 6) lazer e políticas públicas; 7) a casa ideal.

O objetivo das entrevistas, bem como da análise dos resultados do *Poema dos Desejos*, foi descobrir o significado das habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza para seus moradores. Dessa maneira, analisaram-se as casas segundo suas características físicas e relações sociais de seus moradores, buscando compreender qual o significado atribuído a elas por seus habitantes.

As pessoas entrevistadas, escolhidas com base no critério de no mínimo dez anos de moradia no local, vivem na Comunidade há mais de dez, 14, 24, ou 30 anos. As pessoas que se mudaram vieram de lugares pequenos, onde viviam de favor, em lugares emprestados, nos quais não gozavam de privacidade ou autonomia, ou pagavam aluguel, o que não era viável para suas condições financeiras. Viram no assentamento a possibilidade de independência, privacidade e melhor condição de vida.

4.4.1 Chegada dos moradores às casas e seus problemas de estrutura.

Nas entrevistas, os moradores contaram sobre suas chegadas à comunidade, explicando de onde vieram, e como e porque foram para lá.

Dona Margarida (53 anos), por exemplo, logo no primeiro dia começou contando sobre sua chegada à comunidade há 24 anos, no dia 1º de maio de 1990. Antes, separada e mãe de cinco filhos, morava em um quartinho pequeno pagando aluguel no Edson Queiroz, onde não tinha água e o banheiro era comunitário para 18 quartinhos. Nesse tempo, ela contou que comprou o barraco no local por 200 cruzeiros, e se mudou para lá *“porque consegui comprar esse lugarzinho, esse quartinho, e era melhor do que pagar aluguel”*. Não obteve nenhuma documentação do barraco porque sabia que a área em que fora construído era ilegal, mas como pagava um aluguel caro antes e tinha cinco filhos para criar, na falta de melhores condições, aceitou comprá-lo e se instalar no local como estava. O barraco era formado por tábuas, coberto por uma lona preta, fechado por uma porta de geladeira e apoiado sobre um piso de areia, segundo descrição de Dona Margarida. Durante o período em que morou no barraco ela conta que ficou muito satisfeita por ter tido um canto para abrigar seus filhos e chamar de seu *“aconchego”*, esforçando-se para tratá-lo como seu abrigo, pois como diz Tuan (1930), precisa-se de sensibilidade para construí-lo.

Já Rosa (37 anos) contou que chegou ainda criança na comunidade, *“por volta dos sete, oito, nove anos, não me recordo”*, uns treze anos antes de Dona Margarida. Ela contou que as casas eram bem mais precárias do que hoje em dia, construídas com material reaproveitado, a maioria sem banheiro e que os carros se desviavam da Avenida Santos Dumont e passavam dentro da comunidade. Disse também que morava antes em uma casa boa no bairro Papicu, mas como seu pai perdeu alguns bens que tinha, como casa e carros, levou a família para a comunidade há cerca de 37 anos. Rosa e seus três irmãos foram com seus pais para a 31 de Março, que não tinha água, luz, e como diz Rosa, *“era só um barraco,*

ele colocou a gente aqui e aqui a gente começou nossa vida em uma condição sub-humana”.

Hortência (37 anos) contou que morava com os donos de uma casa onde trabalhava como empregada doméstica e queria um canto para ter independência. Então pediu para seu irmão alugar um local, mas ele comprou uma casa dentro da Comunidade 31 de Março. No começo ela morava com o irmão e a cunhada, depois quis um canto para morar só, como se visualiza em suas próprias palavras: “*depois eu tive outra necessidade de comprar meu próprio canto porque eu precisava ter uma vida mais independente.*” Após sua mudança, saiu do emprego e ficou estudando até passar em um concurso de agente de saúde.

Tulipa (20 anos), que mora com sua mãe, Dona Girassol, contou que chegou na comunidade ainda criança: “*Morava na Praia do Futuro, no ‘Verdes Mares’, saimo de lá porque era muito pequena, só era um compartimento, não cabia todo mundo, eram quatro pessoas.*” Dona Girassol (45 anos) confirmou que foi com a família com poucas condições para a comunidade: “*A gente morava só num quartinho emprestado. Era eu, meu marido e meus dois filhos. A gente se mudou porque lá não era nosso e aqui a gente conseguiu fazer essa casinha pra gente.*”

A partir das experiências pessoais, a casa tornou-se para esses moradores um “lugar” no mundo, assim como a comunidade, assumindo, dessa forma, importância simbólica, visto que o espaço se transforma “em lugar à medida que adquire definição e significado” (Tuan, 1983, p. 151).

Já Gardênia (47 anos) sempre morou na região da praia do futuro e diz estar há 24 anos na Comunidade 31 de Março, tendo sido uma das primeiras moradoras do local. Porém, há aproximadamente três anos mudou-se de uma casa de dentro

do aglomerado urbano para um prédio de classe média que fica vizinho à comunidade. Gardênia contou que o motivo principal para sair de sua antiga casa e se mudar para um lugar mais seguro, com portaria, cercas elétricas, entre outros aparatos destinados à proteção dos moradores, foi o fato de ter sido assaltada algumas vezes e a exposição de seu filho adolescente a riscos quando voltava à noite do trabalho para casa. Ela e seus amigos continuam considerando seu novo lar como sendo da região da Comunidade 31 de Março, visto ter morado a vida inteira no local e o prédio se situar dentro do mapa da região, apesar de que em alguns momentos ela chama o lugar não de *31 de Março*, mas de *Praia do Futuro*. Em seu apartamento moram ela, seu filho, sua filha e sua mãe idosa.

Todos comentaram as condições precárias das casas quando chegaram à Comunidade. Rosa e Dona Margarida, por exemplo, contaram que sofreram muito com as condições físicas precárias da sua casa. Na época de suas chegadas não havia energia elétrica nem água encanada, só água de poço. Eles usavam vela e lamparina para iluminação. Dona Margarida imediatamente conseguiu um emprego como auxiliar de serviços gerais no prédio ao lado da comunidade e começou a economizar dinheiro para a reforma da casa desde então. Começaram, então, as reformas com tijolos e foram criados mais dois compartimentos com banheiro, tudo feito sem estrutura boa, de verdade, com “*base oca*”, como ela chama. A construção era provisória, mas como a casa estava evoluindo, ganhou aspectos externos mais seguros. Atualmente a casa é grande, com piso, reboco, pintura, telhado, tudo aparentemente adequado. Hortência também contou sobre a casa dela: “*era de uma estrutura bem menor e também alagava, aí a gente teve que fazer um alicerce bem mais alto pra se livrar do alagamento aqui na comunidade.*” Rosa contou sobre como era a casa que seu pai comprou para ela, sua mãe e seus irmãos: “*Quando a*

gente chegou já tinha esse barraco. Ele comprou esse barraco caindo por cima da gente. Esse terreno era bem maior". E conta que a família dela foi cedendo partes do terreno para pessoas que precisavam mais.

Rosa contou ainda que ela e a irmã se encheram de "bichos de pé", piolhos e até pulgas. A mãe dela só faltou enlouquecer na época: "*a minha irmã mais velha pegou pulga até aqui nos cotovelo dela, que era demais, pulga aqui era muita pulga. O chão era terra, não tinha revestimento*". Rosa falou do sofrimento pelo qual passaram: "*Dizer assim que viemos por livre e espontânea vontade, não foi, aqui a situação não é boa*". Dona Margarida também passou por situação semelhante. Um dia ela levou os seis filhos com os pés muito inchados para o pronto socorro com "bichos de pé". Ela contou que ficou com muita vergonha, porque aquilo era doença ocasionada, segundo ela, por uma pulga, que ela não conhecia, mas que poderia ser evitada, se não fosse a falta de estrutura física em sua casa.

Quanto à estrutura da comunidade foi melhorando aos poucos. Dona Margarida disse que a estrutura das casas melhorou, juntamente com as condições de trabalho dela, e que a Comunidade também teve melhorias, como escola e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) nas proximidades do bairro, água encanada e energia elétrica, aumento na quantidade de casas e construção dos prédios ao seu redor. Rosa, Hortência, Dona Palma e Dona Girassol concordam com essa afirmativa. Rosa disse que muitas coisas mudaram na Comunidade desde que ela chegou ao local, tanto em relação à estrutura das casas quanto ao material utilizado em sua construção. O calçamento foi feito pelos próprios moradores. Antigamente eles se uniam para construir as casas uns dos outros, contudo hoje isso não é mais visto. Segundo Rosa, "*são muito mais de 500 casas aqui, atualmente. Mudou muito. Mudou pra melhor*", mas chama atenção para mudanças negativas com o

crescimento dos usuários de droga. Hortência também falou que a sua condição financeira e de sua casa melhoraram: *“Na comunidade terrenos foram invadidos, a minha condição financeira melhorou, o local onde a gente mora também melhorou, porque antes inundava, hoje não inunda mais, isso é bom pra gente”*. Já Dona Palma (63 anos) contou que houve algumas melhorias na Comunidade e em algumas casas: *“Antes era só barraco, mas agora pelo menos tem energia, melhorou”*. Dona Girassol também comentou sobre as melhorias nas casas ao longo dos anos, mas disse que acredita que ainda tem muita mudança a ser feita no local: *“As casas eram tudo de táuba [sic] quando nós chegamos aqui, porque aqui é terreno invadido, né? Agora já é de tijolo. Mas tem diferenças pra fazer. Tem que mudar”*. Apenas Tulipa, de início, achou que não havia tido mudanças; ao longo de seus dez anos de moradia, e quando perguntada sobre o que mudou respondeu: *“Nada (risos). Se bem que as casas era a maioria na tábuia. Agora a maioria é tudo de tijolo. Aí tem os prédio que tão fazendo, dos terrenos, fazendo obras aí fora.”*

De acordo com esses depoimentos e conforme se observa na literatura, é sabido que as pessoas das favelas constroem seus barracos com materiais improvisados, naturais, de reciclagem, reutilizando o que é antigo, ou que estava quebrado, a partir da necessidade imediata de ter um local para se abrigar. Porém, com o tempo, a tendência dessas pessoas é aspirar a lugares mais seguros, saudáveis e confortáveis, nos quais buscarão mecanismos para se adaptar e se sentir cada vez melhor (Jacques, 2011; Luci, 2012; Sommer, 2011; Tuan, 1930; Weimer, 2012; Yázigi, 2002).

Rosa contou que gostaria de fazer uma reforma em sua casa, porque além de o espaço estar pequeno para as suas necessidades, *“se tornou perigoso, como aterraram, minha casa ficou muito baixa, então eu tô correndo risco aqui com essa*

casa baixa... Com a água que vinha do morro, o areal que vinha de lá ficou aqui". Mas complementou dizendo que gosta de estar em casa, *"apesar da quentura, porque é muito baixo, muito apertado, eu me sinto bem, quando eu vou pras outras casa eu fico doida pra voltar pra minha, rapidinho"*. Indagada, ainda, sobre se sua casa tem tudo de que precisa, respondeu:

Dentro das minhas condições financeiras, tem. . . [e completa] Eu vou tentando me moldar no espaço. Às vezes eu coloco a televisão mais pra cá, eu vou mudando né? Não fica no mesmo lugar não. Vou tentando mudar, mesmo porque a antena aqui é péssima, não quer pegar, já comprei várias antenas, aí a única que deu mais ou menos certo foi essa aqui, improvisada. Vou me adaptando da melhor maneira possível.

Pelo que Rosa conta, as necessidades, o bem-estar, a segurança e o valor simbólico da casa são identificados por ela, o que corresponde às características dos processos do apego ao lugar (Elali & Medeiros, 2011), consistente no laço afetivo que deseja manter proximidade com o lugar (Giuliani, 2003; Scannell & Gifford, 2010), demonstrando também o conceito de apropriação com o mesmo, entre outras relações afetivas com o lugar (Bomfim, 2010; Cavalcante & Elias, 2011; Pol, 1996).

4.4.2 Vínculos afetivos: valor simbólico da casa e da comunidade.

Para os moradores entrevistados a casa é tida como o bem mais importante, aquilo que todas as pessoas deveriam ter para viver, só não é mais importante que Deus, segundo os discursos de Dona Margarida, Dona Girassol e Dona Palma. Em geral, os moradores disseram gostar de suas casas e sentirem-se confortáveis

nelas, e que não eram vaidosos, nem desejosos de muito conforto, valorizando mais a independência, a “sombra”, o abrigo, a proteção, a privacidade, a liberdade, a autonomia, o fato de não ter o aluguel para pagar. Eles costumam respeitar as experiências já vividas no local, sentem-se guardados e protegidos no lugar que construíram para si, acham o lugar tranquilo, sem violência absurda, mas não gostam dos problemas estruturais (goteiras, rachaduras, reboco aparente, falta de revestimentos no piso, paredes, etc.), acham o lugar discriminado, mas gostam da convivência familiar e com os amigos da localidade.

Lembrando que o conceito de significado consiste na relação de estima, reconhecimento, apreço, valor e importância atribuída por alguém a outro alguém ou algo (Houaiss, 2001) e no processo que liga o pensamento à palavra, que pode ser mutável e inconstante (Brandão, 2012; Vygotsky, 2001), essas concepções mostram em parte o significado que a casa tem para eles.

Dona Margarida aproveitou para falar do seu sentimento de apego pela casa, que considera sua “mansão”, e disse que não há preço que a pague, que gostaria que houvesse regularização fundiária para já com posse do lugar, adquirir a propriedade formal do terreno onde mora e permanecer nele legalmente para o resto da vida. Seu Jacinto, pesquisado que realizou o exercício do *Poema dos Desejos*, mas não respondeu às perguntas da entrevista semiestruturada, também chamou a atenção para a regularização do terreno da casa. E Hortência também cita o desejo de ter esse documento formal:

Se eu tivesse condição de construir e comprar um terreno nessa comunidade, com um terreno próprio, que eu sonho com um terreno próprio, eu compraria aqui, porque apesar das dificuldades que a gente encontra,

principalmente da violência, aqui tem muita gente boa, tem muita gente amiga, tem muita gente que me ajuda muito, então é uma comunidade que eu já tô acostumada, trabalho dentro dela, como agente de saúde, e a gente já vê muitos frutos do nosso trabalho, então, eu não me vejo saindo daqui. Fico triste só em pensar em ter que um dia sair daqui, gosto nem de pensar. Gostaria de morar aqui pro resto da minha vida.

O interesse na regularização fundiária também simboliza a questão da apropriação que as pessoas, com suas experiências de vida, costumes e tempo de moradia, exercem sobre suas casas. “Apropriar-se significa exercer domínio sobre um espaço e objetos” (Cavalcante & Elias, 2011, p. 63), como pode ser visto na fala de Dona Margarida:

Minha casa não é própria, minha casa é terreno apossado. Mas eu tenho muita vontade, como eu te falei, que seja feito esse reconhecimento de regularização fundiária. Tenho muita vontade que isso aconteça, porque a gente tá tendo nossas casas como nosso bem, né?

O vínculo desses pesquisados com a casa e o desejo que manifestam de permanecer no local, ainda que sem a segurança que o título de propriedade proporciona e sofrendo com a discriminação dos outros moradores das partes formais da cidade e com a instabilidade da edificação da casa remete à afirmativa de que “a forma urbana está impregnada de muitos significados. Os espaços ocupados pelos assentamentos humanos são resultantes de processos acumulativos de experiências” (Sommer, 2011, p. 24). Ou seja, os significados que o lugar produz passam pelas experiências, histórias e vivências das pessoas nos locais.

Dona Margarida comenta a ampliação que sua casa teve, chamando-a de “mansão” e “palácio”, diz que cuida muito bem dela e que quer morar sempre na comunidade:

A minha casa também mudou. Antes era um compartimento e hoje é a minha mansão. Hoje eu amo tanto a minha casa que eu falo que é a minha mansão, o meu palácio. Porque eu acho ruim quando eu escuto que alguém fala que vai vender a casa. Eu acho que a casa da gente não é um objeto a ser vendido. É aquilo que você adquiriu pra morar.

Dona Margarida contou que não se sente morando em outro local, que se um dia tiver que sair de lá, vai sair chorando. E não é pelo apego material, mas porque aquele local representou várias conquistas para ela, como quando saiu da situação de aluguel e passou a ter sua casa “própria”, ainda que em situação irregular e em forma de “barraquinho”, como diz. Sem pagar aluguel, seus filhos começaram a passar menos necessidades em comparação ao que viviam antes. Foi morando lá que ela conheceu seu novo marido, Seu Jacinto, ela como vendedora de coco e ele como garçom na praia. Ela se define da seguinte forma: “*acho que a pessoa mais apaixonada por essa comunidade sou eu*”. Ela diz que gosta de tudo na sua casa, porque já se acostumou a morar lá, acha a região calma, conhece as pessoas e se dá bem com elas, trabalha no local, sua história de vida passa por ali, “*tudo na minha casa eu gosto! Gosto de morar aqui, acho que porque já me acostumei, foi o lugar onde eu consegui comprar a minha moradia. E também acho tranquilo aqui. Conheço todas as pessoas. Tem a praia*”, que considera área boa para emprego e diz que já se acostumou com o local, mesmo com violência, porque acha que os outros lugares são piores. Dona Margarida explica, ainda, que o apreço que tem por sua casa se deveu às dificuldades de encontrar um lar com aluguel que pudesse

pagar para poder fixar-se com seus filhos e chamar de seu e esclarece que muito do sentimento de apego ao lugar que possui, juntamente com o valor que dá a casa, decorre de suas experiências com outras moradias e da segurança que o novo lugar lhe proporcionou.

Eu gosto mais da questão de morar aqui há 24 anos, então, você se acostuma e não se imagina nem morando em outro lugar. Porque já são muito tempo, é uma vida, né? Acho um lugar calmo, não tem coisa que faça a gente querer sair não. Porque tem lugar às vezes que existe aquele pânico, aquele pavor, que você é obrigado a largar a casa, mas aqui, graças a Deus, não. . . . Quando eu vim sossegar foi quando eu vim pra esse lugar, por isso que eu amo tanto esse lugar. Não tem um preço, porque acho que a minha casa tem um preço que vale muuuuito mais que algum preço que alguém chegar e oferecer, eu acho que sempre ela vale mais pelo que ela simboliza na minha vida, então ela vale muito mais. Eu não tinha onde morar com as crianças e aqui foi quando eu consegui dizer que posso deitar e sossegar porque eu sempre tava morando de aluguel e mês eu podia pagar o aluguel, mês eu não podia e ia mudando de um lugar pra outro, procurando um aluguel mais barato. Então, isso pra mim é um desassossego de uma família. Num ter aquela família, aquele chefe de família, ou só um homem ou uma mulher, não ter aonde deitar a cabeça pra dizer “aqui, que nós vamos criar nossos filhos”, não tinha, e foi aqui nesse lugar que Deus deu essa chance de comprar, ainda que numa comunidade carente, mas é esse apego, não é um apego em si, de um objeto “casa”, mas é pelo que simboliza na minha vida, pelo sossego que me deu.

Sobre o valor da casa, Dona Margarida também falou que tem importância fundamental para as pessoas, assemelhando-se ao valor de “Deus”, e chamou-a de “berço” e “lar” para sua família.

Hoje minha casa é o meu berço, o meu lar, né? Meu aconchego, pra mim a casa, ela é abaixo de Deus, né? Lógico. Mas, assim, é muito importante na vida do ser humano, a casa. Porque é o aconchego é tudo, aqui na terra é tudo. Aqui na terra é tudo, a gente tendo saúde e a casa, já é rico, pra mim é. Eu acho que a casa é nosso bem maior, se é pra gente morar, a gente tem que zelar, não é objeto de venda, eu acho assim que, por exemplo, eu não acho que na minha casa, alguém bote um preço que eu acho que seja [sic] aquele preço.

Dona Girassol, assim como Dona Margarida, também falou da casa como abrigo de valor quase divino.

A casa é um lugar importante, que muita gente não tem. Mesmo não sendo bonita, muita gente deixa de comer pra pagar o aluguel. A casa, tirando Deus, que é a pessoa mais importante da vida da gente, é uma coisa muito importante. Porque você tá embaixo dela, guardado do sol, da chuva, de alguma violência que vem lá de fora. Porque eles atacam nas casas, mas de qualquer maneira, é esse o objetivo da casa é deixar protegida, né?

Dona Palma também falou da casa como importante lugar de abrigo: “É a coisa mais importante, principalmente eu que tô velha na vida”. Ela falou sobre a importância do apoio que a casa oferece e que gosta da comunidade por ser mais sossegada, por ela ser conhecida e querida. Ou seja, apesar da violência que existe no local, ela se sente bem na região. No momento, ela está sem uma casa própria e

está morando de favor com uma neta, em uma casa alugada, mas deve se mudar em breve.

O mais importante em uma casa não é tanto o conforto, o importante é ter sombra, fazer minha higiene, ter um teto sossegado, ter repouso, está acomodada. Gosto da comunidade, sou benquista, sem inimizades. Já teve assalto, arrombaram e levaram tudo que tinha no meu barraco, mas sei que tem canto que é pior e mais perigoso. O aluguel que tô aqui é cem reais, e já pediram a casa.

Como possui pela primeira vez sua própria casa, Hortência valoriza essa condição de autonomia e independência, dizendo que a casa é “o local que todo mundo deveria ter”. E, assim como Dona Margarida e Dona Girassol, Hortência também passou muitos anos sem ter um lar próprio e se sente muito feliz em poder dizer que tem uma casa somente para si:

Uma casa é um local que todo mundo deveria ter. É um local bom. É uma coisa que lhe traga felicidade, lhe traga segurança, lhe traga paz. Porque tem muita gente que tem uma casa, mas que não tem paz, não tem segurança. O que traz paz em casa eu acho que são as decisões que são tomada nela. Porque as vezes os moradores tem uma casa até boa, mas aí algumas decisões ruins, as contradições que os moradores possam ter, que traz uma falta de paz.

Hortência disse ainda que a casa dela “é o melhor lugar do mundo”, já que nela encontra paz e segurança, e acrescentou: “eu não abro mão de tá na minha casa por qualquer coisa. Não. Eu me sinto muito bem estando na minha casa. Ela é, digamos, meu porto seguro”. A moradora disse que em sua casa ela possui tudo de

que necessita: *“Eu acho que tudo que eu tenho nela é suficiente pra mim. Eu não sou vaidosa de ter sofá novo, não sou vaidosa de ter uma cama nova, minha cama é muito confortável, geladeira também, táí, minha geladeira funciona”*. Ela diz que gosta de tudo na casa: *“É tudo tranquilo... Eu gosto de tudo nela, tudo nela eu gosto”*, exceto da estrutura precária, aspecto de que menos gosta: *“É a única coisa que me preocupa na minha casa são essas rachadura, infelizmente, a minha casa não tem uma estrutura boa”*. Apesar desses problemas, ela disse gostar da sua casa, relatando que precisa dela, que nela gosta de morar e tem mais autonomia.

Rosa também, como Hortência, fala da casa como “porto seguro” e a cita como seu “castelo”: *“A casa pra mim é um lugar de segurança. Meu porto seguro é a minha casa. Aqui eu me sinto a rainha. A minha casa é meu castelo.”* Essas metáforas remetem às palavras “palácio” e “mansão” também faladas por Dona Margarida.

Tulipa não sabe muito o que falar sobre o assunto, mas identificou-se indicação de vínculo afetivo com o lugar na sua fala: *“Vixe, maria, uma casa é sei lá, é meu lar, é onde eu moro.”* Ela disse, ainda, que também não pensa em se mudar, que gosta muito da comunidade e tem orgulho em dizer que mora nela: *“Falo pra todo mundo, tenho orgulho de morar aqui. Acho que a comunidade é diferente das outras. Não tô pensando ainda em me mudar não”*.

Já Gardênia disse ver a sua casa como ponto de relações sociais, apoio familiar e local de segurança, onde acontecem relações pessoais de cuidado, afeto, atenção, entre outras:

Casa pra mim não engloba só estrutura física não. Casa pra mim engloba uma estrutura familiar, que você tem, que graças a Deus, na minha casa eu

posso dizer que a minha casa é um lar. Mas é um local que tu passa tua vida, que tu vem do trabalho, que tu dorme, convive com as pessoas que são tua família. Casa pra mim é um contexto disso tudo. Não são só paredes, não é só um teto, é isso tudo. Eu vejo casa como isso. É um lugar que você se sente bem, é confortável, sente vontade de voltar quando sai do trabalho. Porque tem muita [gente] que quando sai do trabalho não tem vontade de voltar pra sua casa, né? Eu, não. Eu saio do trabalho a minha vontade é de vir pra minha casa que é onde é meu lar. Porque a gente tem que aproveitar os momentos que a gente tem com a família, né? E no mundo que tá hoje, amiga, você vai pra onde? Você tem que voltar pra segurança do seu lar, mermu.

A partir desses discursos recordam-se os estudos de Bachelard (1984), segundo o qual “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (p. 25), independentemente se é grande e luxuosa como um palácio ou um castelo, ou se é simplesmente uma casinha humilde, mas que oferece proteção e abrigo. A noção de “primitividade do refúgio” (p. 47) indica que não parecem ser necessários grandes recursos materiais para que uma casa seja vista como morada ideal, posto que “num palácio não há um cantinho para a intimidade” (p. 47), ao contrário, em uma casinha humilde parece haver tanto apreço como um palácio poderia ter. Na pesquisa de Billig (2006), na região da Faixa de Gaza, são encontrados depoimentos afirmando que “minha casa é meu castelo”, evidenciando que mesmo em condições de violência, insegurança ou precariedade, realidades presentes no ambiente da pesquisa desse autor, as pessoas podem apegar-se ao lugar em que vivem em razão do que representa como proteção, experiência sagrada, vínculo, etc.

Ou seja, o valor afetivo que a experiência proporciona é então reconhecido na psicologia ambiental por afetar as percepções e sensações dos ambientes (Valera, 1996).

Os outros entrevistados disseram gostar da casa e senti-la como um lar, mas lembraram dos detalhes estruturais que apresentam falhas e isso parece ser problema administrado, porém, relevante.

Tulipa falou que gosta muito da sua casa, que se sente bem, “guardada”, acha o lugar tranquilo, sente-se confortável nas condições que a casa oferece, acha a comunidade mais segura do que as outras, sente-se protegida, abrigada, gosta do clima praiano da região, tem sua cadelinha, mas não gosta muito das goteiras da casa. Já Dona Girassol, mãe de Tulipa, que mora na mesma casa da filha, falou que gosta da casa por não precisar pagar aluguel, por cada filho ter seu canto, a casa ter um bom espaço, ser mais calmo e silencioso do que os outros lugares, mas também chamou atenção para os detalhes estruturais da casa, que ela diz deixarem a desejar.

O que eu num to gostando é o piso que nós não conseguimos fazer, o reboco de alguma parte, não podemos fazer. Mas, eu me sinto feliz, é minha casa, a gente não paga aluguel. . . . Gosto de morar aqui. No Papicu (bairro) era muito barulhento, serestas, bares, aqui também tem. Mas as dez horas, todo mundo tá de porta trancada. Eu gosto de morar aqui. . . . Olhe, eu gosto de ficar no meu quarto. Quando eu chego do trabalho eu gosto de colocar a bolsa no sofá quando eu chego e ficar deitada vendo a tv, e é de lá para o quarto. . . . Como eu morava em algo que não era meu e esse lugarzinho que eu consegui é meu. Então, tem um significado, não vou

pagar o aluguel, a casa é minha. Na verdade, eu não tenho vontade de me mudar daqui. Aqui é um lugar calmo, não tem barulho, às vezes tem lugar que você mora que é som de um lado, de outro, isso me incomoda muito, mas aqui não tem. Alguma vez que acontece alguma festinha por aqui é até divertido pra gente, por a gente não ter muito. . . . Eu gosto da minha casa, do tamanho dela. Cada um dos meus filhos tem seu quarto. Eu gosto dela, mas eu queria poder arrumar mais ela.

Nesses casos, mesmo diante da constatação de problemas estruturais na casa, as outras características de harmonia social e de segurança identificadas pelos moradores prevalecem, e percebeu-se o ambiente físico, influenciando, porém, sem poder de determinar os comportamentos das pessoas, como vislumbraram Ittelson et. al (1974), pois, mesmo tendo condições precárias, Dona Girassol, Tulipa, Rosa, Dona Margarida, Hortência e Dona Palma disseram gostar muito do local nas entrevistas.

Gardênia, que se mudou da casa na comunidade para um apartamento por medo de violência, falou das suas atividades na casa, da tranquilidade atual, do convívio familiar e da privacidade de que goza, valorizando isso. *“Eu me sinto bem. Ah, eu gosto de tudo. Não tem um gostar mais ou um gostar menos não. Mas a gente fica aqui refém do medo”.*

Para se sentirem mais envolvidos com a casa, os entrevistados falaram o que fazem para cuidar melhor de seus espaços. A maioria respondeu que limpa e arruma a casa a seu modo. Tulipa, Dona Girassol, Dona Margarida, Rosa, Hortência e Gardênia responderam igualmente que a “limpeza” é o cuidado maior que têm com suas casas. Dona Girassol disse que gostava de ter tudo arrumado, limpo e

com espaço para se movimentar dentro de casa. Gardênia contou que sempre muda os móveis de lugar, que cuida da casa e que tem flores na casa porque a mãe gosta de cuidar delas. Hortênciã falou da sensação de bem-estar que sente quando limpa a casa, com cada detalhe, como se a casa fosse uma pessoa, visto que ela cita que a casa precisa de cuidados com sua “saúde”. Já Rosa contou:

Eu sei que quando tá sobrando um dinheirinho eu pago uma pessoa pra cuidar da casa e limpar. Já fui muito de cuidar da casa, mas não porque eu gostasse. Já que todo mundo gosta eu vou aprender a gostar dessa casa. Mas eu fazia por fazer, eu vou na casa da mãe, faço o que tem que fazer, venho pra cá, faço, mas dizer que eu gosto de cuidar de casa eu não gosto não. Eu gosto de arrumar. Gosto de botar flores, gosto de trocar colcha de cama, de colocar um quadro, coloco uma coisa diferente, mas limpeza mesmo, não, não é meu forte. Rosa.

Questionei-a por ter falado a frase “aprender a gostar da casa” em vez de “aprender a cuidar da casa”, o que seria mais apropriado, já que ela estava falando sobre o cuidado com a casa e não sobre o gostar dela. O cuidado representa “uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (Boff, 1999, p. 33), sendo fator atuante, portanto, não apenas nos aspectos físicos, mas também nos aspectos afetivos em um lugar, pois indica preocupação com a casa e com os que moram nela (Boff, 1999). Respondendo então à minha dúvida sobre se ela gostava de fato da casa, por ter falado que iria “aprender a gostar” desta, Rosa complementou:

Eu gosto de ter meu lugar. Eu gosto do meu cantinho, de entrar na hora que eu quiser na minha casa, de não ter que tá atrapalhando ninguém, ninguém

tá me atrapalhando, eu gosto do meu espaço. Tenho um lugar pra dizer que é meu, né? Não é alugado, não é emprestado. É emprestado assim, né? É emprestado da prefeitura, no dia que a prefeitura quiser vim tirar (risos)... Eu gosto da minha casa.

Vê-se, no entanto, a importância da experiência com os lugares, visto que as vivências interferem na maneira como as pessoas se relacionam com os mesmos. A falta de segurança ou de um valor simbólico em um lugar pode fazer com que as pessoas queiram deixá-lo. Apesar do discurso de que gosta muito da casa e da comunidade, Rosa assumiu:

Só tem uma coisa assim, tem uma coisa que, depois que eu me separei, a casa pra mim, se eu pudesse eu não morava mais nessa casa, por mim eu teria trocado de casa, depois que eu me separei. Porque ela lembra os momentos bons e principalmente os momentos ruins. Mas, fazer o quê, né? Continuo vivendo na casa. Gosto da minha casa. Mas houve uma época assim que eu não queria entrar nessa casa era de jeito nenhum. Porque ela me fazia lembrar muitas coisas ruins. Quando eu melhorar ela aí eu vou me sentir melhor ainda.

A revelação de que Rosa, tanto na época de sua separação quanto nos momentos de conflitos e insegurança vividos na comunidade, questão que ainda será discutida neste trabalho, pensou em sair de casa, juntamente com o fato de ter dificuldades com a composição física que sua casa possui, por ser pequena para suas necessidades, explica que o apego ao lugar acontece a partir dos aspectos físicos e sociais, sendo o vínculo com o lugar considerado mais social do que baseado nos fatores concretos do lugar em si (Scannell & Gifford, 2010), pois o

propósito de sair de sua casa intensificou-se mais nos momentos de crises nas relações sociais do que nos momentos em que precisou se adaptar aos problemas físicos de forma concreta. Vê-se que o significado que a casa possui ultrapassa as condições físicas de satisfação ambiental, mas apresenta características do vínculo com o lugar, que somente serão entendidas a partir das experiências pessoais de cada um, sejam elas relacionadas ao sentimento de segurança, de bem-estar ou de valor simbólico (Elali & Medeiros, 2011; Giuliani, 2004).

O vínculo afetivo parece prevalecer na vontade das pessoas de permanecer em suas casas mesmo em meio aos riscos vivenciados diariamente, segundo depoimentos de moradores da Faixa de Gaza, o que mostra que a experiência de moradia em lugares de risco faz as pessoas desenvolverem mecanismos para aprender a lidar com o medo, a fim de gostar do local de moradia, visto que ela possui valor simbólico para eles (Billig, 2006).

De acordo com Hortência, “vivemos na comunidade porque não temos condições de viver num lugar melhor”. Essa afirmação recorda Weimer (2012), para quem as favelas, apesar de poderem ser “lugares ordeiros” (p. 38), onde vivem trabalhadores honestos, são espaços geralmente procurados por aqueles que, em razão das baixas qualificações e salários, não dispõem de outras oportunidades para moradia. Dessa maneira, as pessoas aprendem a conviver com o espaço de que são possuidores ou ao qual têm acesso, permanecendo em um lugar por não ter outro para ir ou porque a partir do apego que sentem lutam para ficar e só desistem em casos mais graves de insegurança ou em situações em que as emoções negativas passam a ser uma constante, superando os valores simbólicos do lugar.

4.4.3 Relações de vizinhança: a porta (privacidade) e a solidariedade.

Os moradores entrevistados disseram gostar da casa e da comunidade. Eles disseram achar o lugar calmo, quando comparado com outros mais intranquilos. Como disse Rosa, quando perguntada sobre o sentimento que teria se tivesse que sair para outro local, o gostar da comunidade parte da ideia de segurança no lugar e de apego à vizinhança:

eu teria que ir no outro lugar, ver as pessoas, saber um pouco da história do lugar pra mim poder ir pra esse lugar e ainda assim, ainda ia triste, né? Porque eu gosto do ambiente, eu gosto das pessoas, eu gosto do lugar. Eu me sinto segura, não é porque eu gosto, é porque eu me sinto segura. Também tem isso. Hoje em dia segurança é quase tudo, viu?

Esse apego, no entanto, não dispensa a presença da porta, tida como um regulador de segurança e privacidade em relação à vizinhança:

Às vezes eu saio daqui meu portão fica desse jeito aí, fica sem cadeado, às vezes eu vou trabalhar, aí os meninos quando eu chego: “tia, eu tranquei seu portão, viu?” aí eu: “tá certo”. Às vezes eu durmo com essa porta aberta, aberta não, encostada. Porque ninguém sabe, mas essa porta não tem chave. Tem cadeado no portão, mas às vezes eu me esqueço. Um dia me falaram: “tu é doida, é? Teu portão tava aberto.” Eu me esqueço de conferir se eu tranquei o portão.

Quando questionei Rosa sobre se ela esquecia e deixava a porta aberta porque confiava na vizinhança, e por isso não se preocupava com a segurança, ou se agia assim por “falta de amor à vida”, respondeu: “[risos] Não, não. Ô vida

maravilhosa!!! [risos]'. Ou seja, parece haver um sentimento de confiança e segurança na casa em que ela mora na comunidade.

Já Hortência citou que tem as chaves da porta de casa como ícone de independência:

A minha vida, sem uma casa, seria muito difícil, como eu já morei muito em casa, por ser doméstica, hoje ela me proporciona a independência que antes eu não tinha. Eu morava na casa dos outros. Então, na casa dos outros você não tem a independência que na sua casa você tem, de sair, ter sua própria chave.

Dona Margarida mencionou a porta como componente da casa que ajuda a conferir privacidade às pessoas, organizando a convivência com os vizinhos. Diante de atitudes deles que desagradam, como por exemplo, colocar lixo nas ruas, ela disse: *“A gente fecha o portão e esquece que existe isso, né?”*.

A funcionalidade da porta como elemento que proporciona sensação de proteção foi citada por Tulipa em resposta à indagação sobre se achava sua casa segura: *“Mais ou menos, né? Porque a porta, ela não fecha direito. [risos]. Se fechasse teria mais um pouquinho de segurança, não é totalmente, mas, mais um pouco”*.

Gardênia, que atualmente mora em um prédio, falou que na sua casa atual se sente muito segura, e mais uma vez citou a porta como indicador da sensação de segurança. Como a portaria já possui fechadura e a cerca elétrica está presente ao redor do prédio, ela deixa a porta de seu apartamento aberta o dia inteiro.

É o que eu te disse. Eu desenhei (poema dos desejos) pra você ter uma ideia: a minha porta não é nem fechada, a Rosa sabe, que ela passa o dia assim, só à noite mesmo que a gente passa a chave. Mas durante o dia ela é quase 24 hora fechada só no trinco, mas nada de passar a chave. Já basta as chaves lá nos portões.

A porta, que carrega em si o sentido de mudança e proteção, como uma “ameaça latente de transformação” (Cavalcante, 2004, p. 135), modifica uma realidade, um sentimento, uma situação e transmite sensação de segurança. Sobre ela, diz-se ser um elemento que “permite ao indivíduo se autorregular, manter a coerência e a autoestima” (Cavalcante & Mourão, 2011, p. 211).

Já no tocante ao que vem a ser privacidade Rosa falou:

Privacidade eu não tenho. Privacidade pra mim é assim: eu tenho que fechar a minha casa, tenho que sair pra casa de alguém, porque se eu ficar aqui é direto, telefone, direto, não tem horário, às vezes, cinco hora da manhã, o povo tá me ligando, o povo batendo na minha porta, sábado, domingo, ninguém tem horário. Ai o pessoal pensa que toda hora pode. Não tem essa história. Uma vez eu coloquei um cartaz ali: “funcionando só na segunda-feira”, ainda assim, o povo gritava: “rosa, rosa!!!” Não é nada não, queria só te fazer uma pergunta, ai quando a gente vai ver é quase uma carta. Às vezes a pessoa quer alguma coisa, alguma informação, que não tem nada a ver com área da saúde, que é mais particular, questão financeira, ai quando eu tô assim mermu, uma pilha, ai eu me mando, vou pra algum lugar. Que eu fico, não não dá pra eu ficar aqui, porque se eu ficar não tem como.

A partir dos depoimentos obtidos, percebeu-se que a vizinhança, parte constituinte da comunidade, assume, entre outras especificidades, um papel importante que produz unidade e proteção para todos. Os mecanismos de convivência são fatores atrativos da casa e da comunidade em questão. A boa relação com a vizinhança pode ser um fator que consola e indica unidade e proteção em um lugar, fortalecendo a ideia de que a “minha casa é o meu castelo” (Billig, 2006, p. 260).

A casa de Rosa não é das maiores da comunidade, é como se fosse uma ramificação da casa de sua mãe, como um cômodo desta última, porém independente. As águas do telhado são contínuas na fachada, a parede é a mesma, apenas a casa da sua mãe tem janela, cozinha e área de serviço, e a filha compartilha desses ambientes. A porta de entrada da casa de Rosa é uma grade que, com proteção de madeira colada até o meio de sua altura, aparenta criar uma janela e dá visibilidade ao ambiente externo. A casa de Rosa é uma das mais visitadas porque ela é uma pessoa muito atenciosa que dá apoio às crianças, adultos e idosos: *“Tem dia que tá cheio de menino aqui que eu não sei nem onde é que eu entre quando eu entro no portão, onde é que eu fico. São os meninos da comunidade.”*

Rosa contou que sua relação com os moradores é muito boa porque já os conhece há muito tempo e seu trabalho é com o cuidado com o outro. Em relação aos vizinhos que se mostram mais ameaçadores Rosa mostrou respeito e disse: *“eu sei que tem os meninos ai que são envolvidos (em drogas), mas eles não tão mexendo com a gente, eles tão mexendo com quem mexe com eles, né?”*

A forma de Rosa gostar da casa passa pelas vivências com a comunidade e pelas relações de amizade que estabeleceu nesse ambiente, que inclui a solidariedade dos vizinhos:

Eu gosto da minha casa por estar morando na comunidade, gosto. Muitas vezes perguntam por que eu não saio daqui, por que eu não procuro um lugar melhor pra mim. Meu receio é, se o povo me pedir ajuda, eu vou continuar fazendo a mesma coisa que eu já faço aqui [risos]. E meu receio é ir prum lugar aonde eu não conheça as pessoas e as pessoas possam querer me assaltar, podem querer fazer alguma coisa comigo, eu não conheço ninguém, aqui eu conheço todo mundo, eu me sinto segura aqui. Tenho receio, sim, de entrar tarde da noite aqui, eu não vou mentir, não por mim, mas por quem possa tá me trazendo. Quando a pessoa diz assim: “Rosa, to passando ai pra passar em tal canto”, eu não tenho receio por mim, não, eu tenho receio pela pessoa. Eu digo: “não, vamo deixar pra amanhã!” Porque, assim, pra mim até as 22h da noite eu permito que a pessoa venha me pegar, porque assim eu não penso na minha segurança, porque eu moro aqui, mas eu não penso na segurança da pessoa que vai voltar. Porque se eu tô entrando na comunidade e os cara não tá vendo que eu tô entrando junto com outra pessoa e aquela pessoa tá comigo ai quando a pessoa for saindo, tá sozinha, se o cara não tiver lembrando que entrou comigo, você não sabe o que se passa na cabeça de um cara desses, drogado, porque ele não respeita nem a mãe dele, vai respeitar outro? Se ele bate, espanca, violenta a própria mãe.

Hortência disse que gostaria de morar na comunidade pelo resto da vida, também pelo fato de que no local tem bons amigos, generosos e solidários com ela como nunca viu antes.

Aqui eu encontrei muito boas amizades, que você pode dizer assim, essa pessoa é minha amiga e em outros bairros que eu morei eu não tive essa oportunidade de conhecer pessoas assim, humildes, pessoas que realmente se interessam por você. E aqui eu encontrei durante todos esses vinte anos, aqui eu encontrei pessoas assim. Pessoas que a gente pode dizer, ah, essa é minha amiga, essa é uma pessoa que te ajuda. Por exemplo, uma vez minha mãe tava internada e eu tenho uma amiga aqui que ela se disponibilizou de passar um dia com a minha mãe, são pessoas que chegam pra você, dentro do possível de cada uma, né, lógico, acho que ninguém pode fazer comparação e te ajuda mesmo. São pessoas que se você tiver precisando de ajuda, elas se unem e ajuda. Então, é nesse sentido.

Já Dona Margarida, também reconhecida por ser uma vizinha amigável, tem sua casa localizada em um ponto privilegiado da comunidade, em frente a um terreno desocupado de propriedade privada que é mantido e cuidado. A vista dela e de sua família é, portanto, para uma área livre e ventilada, com clima praiano na rua principal da comunidade. Na sua varanda, que possui uma grade, sempre se podem encontrar moradores conversando e vizinhos que vão visitá-la, como um ponto de encontro, seja para ouvir violão, tomar café ou conversar. Em relação às diferenças com a vizinhança, ela falou como lida:

A comunidade é calma acho que por conta do respeito com as pessoas que a gente não concorda com as coisas que fazem, mas a gente não concorda, mas também não discorda, a gente fica neutro, a gente passa e fala, vê e finge que não viu, ou se ouviu, finge que não ouviu, e a gente vai tocando a vida desse jeito. Acho que é a maneira melhor que a gente tem de tá lidando com algumas coisas que a gente não gosta, né? E acho também por a gente ser pessoas de comunidade, que a gente liga para o bem de todos, como a gente tá numa comunidade que a gente procura fazer o bem a todos, eu acho que as pessoas também veem a gente dessa maneira, pra terem um respeito maior pela gente.

Dona Margarida contou que os vizinhos não são mais os mesmos desde que ela chegou na Comunidade e que antigamente os laços de amizade eram mais fortes. Atualmente há os que são considerados amigos mais próximos e os que são mais distantes e não podem ser considerados como tais: *“tem as pessoas que são mais voltadas pra outras coisas que a gente não concorda, então a gente fala, mas não são aquelas pessoas que a gente considera amigo”*. Ela disse, ainda, que a maior dificuldade que sente no relacionamento com os vizinhos é nos momentos de lidar com suas atitudes que interferem com aquilo que é comum à Comunidade: *“só tem umas coisas que a gente discorda: a limpeza do lugar, que alguns limpam, outros não, ai isso dificulta um pouco, mas é aquilo que dá pra suportar”*.

Hortência disse que poucos vizinhos mudaram nos dez anos em que mora no local e sobre os novos moradores que estão construindo barracos no local ela disse: *“tem também que acolher eles, né? Conhecê-los. Tem que ver o histórico, a gente que é agente de saúde tem muito isso, de ver da onde vem, a família, a estrutura da família, essa questão de saber mesmo”*. Sobre esses novos vizinhos, Rosa diz que

são os próprios moradores da 31 de Março que estão construindo para sair das casas alugadas. Ela acrescenta que os novos moradores precisarão saber conviver com a comunidade e ter cuidado para não se envolver com as pessoas que usam drogas, porque se acontecer algum problema como dívida de droga, por exemplo, eles não poderão ficar lá por muito tempo, mas, caso contrário, “*eles moram ai a vida inteira*”.

Tulipa contou sobre os conflitos que existem entre alguns vizinhos e a sua família.

Por coisa de criança, eles (vizinho de lado) fizeram confusão quando eram pequeno. O filho dela tem raiva do meu irmão e geral. Fica só jogando lixo ai na frente, ai. Nós não tem nada contra ninguém não, elas que têm contra a gente. . . . A vizinha tem inveja ai faz tudo que nós faz. É verdade. O que nós faz, ela vai e faz também. Nós aumenta a casa ela vai e aumenta também.

Sobre a “competição” que ela percebeu partir do seu vizinho e se evidencia nas mudanças promovidas na casa em que mora, aponta-se a necessidade que o homem tem de ter a casa não só como seu abrigo, mas também como forma de disputa, apropriação, identidade, de demonstrar valores, gostos, condições financeiras e também poder (Amérigo, 2000; Tuan, 1930).

Hortência conta que se sente muito protegida na sua casa: “*Eu sei que eu tenho segurança na minha casa, mas não sei te dizer porque, porque infelizmente o imprevisto acontece com todos, né?*”, mas sabe que nenhum lugar é seguro e que deve se sentir dessa forma por nunca ter acontecido nenhuma situação de violência na casa dela.

A presença dos vizinhos, além da segurança da fechadura da porta, já citada, foi considerada importantes aliada do desenvolvimento do sentimento de segurança e de privacidade sobre o lugar. Esse sentimento de apoio uns aos outros que a Comunidade busca desenvolver dentro de seu território remete ao que diz a teoria sobre o pertencimento à Comunidade como sistema organizado (Góis, 2008; Scannell & Gifford, 2010).

4.4.4 Identidade de lugar e identidade social urbana (Favela *versus* Comunidade).

A identidade de lugar, que está relacionada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas e é assimilada internamente por esses indivíduos, fornece proteção à própria identidade pessoal, considerada a alma de um lugar, que quando estendida a um grupo que a compartilha, como uma área, bairro, cidade ou categoria urbana, torna-se uma identidade social urbana (Cavalcante & Mourão, 2011; Mourão & Bomfim, 2011; Valera, 1997; Yázigi, 2002). Os lugares são facilitadores das relações sociais e da formação da identidade de grupo das pessoas, que remete ao conceito de identidade do lugar onde cada morador parece assumir a identificação de seu lugar. Nesse caso, a identidade de lugar une-se à identidade das pessoas (Hidalgo & Hernandez, 2001). Esse conceito pode ser visto quando se define: “*você é comunidade dos cocos, você é comunidade 31*”, frase dita por Rosa sobre a convivência dos moradores dessas comunidades. Durante uma época de conflitos entre a Comunidade 31 de Março e a dos Cocos, os entregadores das farmácias ou taxistas que entravam na 31 eram abordados e assaltados pelos moradores delinquentes da comunidade vizinha, até que não quiseram mais entrar no local, que ficou com fama de lugar perigoso, segundo Rosa.

Como outro exemplo que elucida o tema de identidade de lugar e identidade social urbana, que relaciona a identidade das pessoas ao lugar, espaço comunitário, em que vivem, tem-se a resposta de Tulipa, que quando perguntada se seus vizinhos eram bons, respondeu: “só os do lado de lá, os daqui né não”, referindo-se aos vizinhos da 31, preferidos aos da *Favela do Carço*.

Outro dado também encontrado neste trabalho, justificável no âmbito de conhecimento da Psicologia Ambiental e que faz explanações sobre a identidade do lugar e a identidade social urbana diz respeito ao título que denomina a Comunidade 31 de Março.

Existe uma dúvida que se coloca sobre sua denominação ou qualificação, evidenciando-se que os moradores preferem que a localidade seja chamada de *comunidade* do que de favela, apesar de não possuírem líder comunitário ou associação de moradores formal e se considerarem desunidos para a reivindicação por melhorias.

Em suas respostas, os moradores da 31 foram unânimes em afirmar não gostar da palavra “favela” para denominar o lugar em que moram, primeiro por ser o nome de uma planta grande e com espinhos, e segundo por se tratar de um termo pejorativo, estereotipado, carregado de discriminação, que remete a favelados como pessoas que moram em lugares miseráveis, cheios de bandidos e palco de acontecimentos negativos. Disseram já ter sentido na própria pele discriminação oriunda de policiais, chefes e patrões, inclusive nos lugares de contratação de empregados, com pessoas que moram em favelas.

Segundo a teoria, o termo comunidade faz referência à sociedade com mais organização: “as companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a

comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa” (Bauman, 2003, p. 7). Dessa maneira, a identidade de lugar, como relação afetiva que existe entre a identidade das pessoas e um lugar, quando relacionada à comunidade é vista diferentemente da identidade ligada ao termo “favela”. Neste último caso, seus moradores serão considerados favelados, nem sempre bem aceito, visto que pode gerar um rótulo que provoca reação preconceituosa e acaba por segregar a imagem das pessoas.

Como as favelas, ou aglomerados subnormais urbanos, são consideradas lugares de violência, pobreza e miséria, espaços maus cuidados em que prevalece a ausência de infraestrutura, entre outras imagens negativas que povoam o imaginário popular da cidade de Fortaleza, nem o fato de se referir a uma árvore, que por essência é bonita e resistente, pode tornar um lugar que receba uma denominação de favela um local agradável para se morar, como se evidenciou nos resultados desta pesquisa.

A partir dessa fundamentação sobre identidade de lugar e identidade social urbana, pode-se ver como oportuna a opinião de Dona Girassol, empregada doméstica, sobre o que acharia de as pessoas chamarem a 31 de “favela”, numa alusão à conotação positiva desse termo vista na famosa letra de *funk* carioca: “*eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci*”, e se ela gostaria de usar esse termo para definir sua comunidade em Fortaleza. Incomodada com o termo favela, ela alega que as pessoas da 31 não são unidas, não constroem nenhum projeto juntas e não têm líder comunitário, ela diz que não teria porque ter orgulho de usar esse termo para denominar seu lugar, que em alguns lugares pode remeter a motivos positivos como unidade. Se alguém diz que mora na favela se chama de favelado, para ela isso não é bom:

Me incomoda quando as pessoas colocam “favela” e “a favelada”, se a favela é nós, se nós sair daqui, todos tirarem sua casa, sai a favela. Então, a favela é nós. Por isso, quando as pessoas falam favela, se criticam a si mesmo. Aqui a cultura é diferente. Não é pra ter preconceito, porque eu vejo que tem muitos adolescentes que gostam de funk, gostam de reggae, eu acho que não é uma cidade que tenha muita gente que faça esse tipo de música. No Rio de Janeiro, tem muita gente que faz esse tipo de música, mas aqui não tem, eu não conheço, que tenha grupo unido, que fique conhecido, aqui não tem nenhum líder comunitário.

Dessa maneira, Dona Girassol parece preferir usar a palavra comunidade a fim de ressaltar as características positivas do seu lugar, demonstrando esperança com o seu desenvolvimento.

Já Rosa, quando indagada sobre como chama o local em que mora, respondeu: *31 de Março*. Mas quando questionada sobre o que sente quando chamam a *31 de Março* de favela explicou que considera esse termo uma forma de se menosprezar uma pessoa. Em suas palavras:

Eu não gosto. Sinceramente, eu não gosto. Eu trabalho muito com as pessoas. Aqui se você disser pra uma pessoa: “olha, você mora na favela tal”, dá vontade de olhar assim: “eu não moro em favela”, dá pra pensar que tá menosprezando a pessoa, diminuindo. Eu não gosto que chame assim, a gente vem trabalhando muito com as pessoas, antes eu não tinha isso não, sabe? Que chamasse do que quisesse. Mas ai depois quando a gente se envolve nos movimento de igreja, nos movimento de caminhada, de movimento estudantil, aquela coisa toda, a gente vai ver, a própria parte da

sociologia vai explicando, né? Que a gente tem que se valorizar e a partir do momento que vai se trabalhando a comunidade, não é mais favela. As pessoas vão se trabalhando, tem a questão da organização, mais ou menos organização, mais ou menos, organizada. Porque aqui é um “fartura de nada, farta (falta) tudo” [risos]! Você vê que nem uma associação de moradores aqui tem.

Dona Margarida falou que chama o lugar ou de *31 de Março* ou de *Comunidade 31 de Março*, mas conta que o termo favela a incomoda muito, que ela não gosta que chamem assim, pois remete a coisas ruins, às comunidades que têm muitos problemas de violência, além de ser o nome de uma planta muito alta na qual ninguém sobe e é cheia de espinhos.

Aqui a gente chama de 31 de Março, o outro lado que foi criado depois o povo chama de a Favela do Caroço. Aqui eu não aceito chamar Favela do Caroço, é a 31 de Março. Da Coronel João Alencar pra cá é a 31 de Março e pra lá é o Caroço. E, quem colocou esse nome de caroço foi até a polícia, né? O caroço mora ali, ai começou a chamar a Favela do Caroço. Ele era uma pessoa boa, que tinha um cisto bem grande no rosto. Quando tinha problema a polícia vinha e falava dessa maneira. Então, o primeiro assassinato que teve lá a polícia veio e colocou na imprensa ai pronto, pegou. . . . Chamar favela me incomoda demais por causa da discriminação. É na Favela do Caroço porque só mora bandido, só tem droga, e a gente tem que ver que tem tanta família boa morando, povo trabalhador, pessoas de bem mesmo morando nesse meio que as pessoas discriminam. Se você chamar a farmácia, a farmácia não vem porque é a Favela do Caroço, se você chama o táxi, o táxi não vem. É todo jeito de discriminação, e isso me

incomoda bastante. O que me incomoda não é chamar Favela 31 de Março, que chama também, o que me incomoda é chamar Favela do Carço. Isso é que me incomoda. Sempre eu tô falando pras pessoas: “gente, por que em vez de falar favela não fala comunidade?” Eu conheço favela, no meu interior, no sertão, no interior de Madalena tem essa planta. Favela é uma planta, é uma árvore, cheia de espinhos. Então, eu acho que favela é coisa muito boa não. Porque uma árvore que não tem quem suba nela, porque é completamente composta de espinho. Então, eu falo pras pessoas: “gente, por que não falar comunidade 31 de Março?”. A favela é uma planta enorme, muito alta, bem fininha, ela quase não tem galhos, tipo eucalipto, que não espalha muito. Mas ela tem tanto espinho que você não consegue subir, que ela é mesmo cheia de espinho. Quando você bate nela, ela solta um leite que parece leite da seringueira, tipo latex, que prega na gente e fica coçando. É por isso que eu acho que favela não é uma coisa muito boa. É uma coisa cheia de espinho mesmo.

Hortência falou que as pessoas chamam a comunidade de *31 de Março* e ela gosta desse nome, mas não gosta do termo “favela” por ser carregado de discriminação, que generaliza todas as pessoas da comunidade como praticantes de delitos, e a localidade como espaço de pobreza extrema ou de venda de drogas, embora considere que a favela não é somente isso.

Eu gosto desse nome: 31 de março. E, também eu sou de março, então eu gosto dele. Quando alguém fala favela eu não gosto. Porque favela tá discriminando, e na favela não existe só pessoa ruim, existe também pessoas muito boas. São pessoas que não têm nada a ver com o que acontece. Vivemos na comunidade porque não temos condições de viver

num lugar melhor. Tem gente que tem condições de viver num lugar melhor, mas vive aqui. E favela discrimina. Prefiro dizer: “ah, eu moro na 31 de Março”. Não gosto quando falam “a favela”. Porque acham que na favela só mora gente muito pobre, pessoas que usam, vende droga, mas isso não é verdade.

Tulipa também fala sobre como chamam a região onde mora, que é *Favela do Caroço*, dentro da *Comunidade 31 de Março*, mas que prefere o termo “comunidade” ao termo “favela”, visto que este segundo “*lembra coisa ruim*”:

Aqui o nome mesmo que a negada chama é favela do caroço. Mas comunidade é 31 de março. Pra mim tanto faz. Só não gosto de favela. Pode até ser comunidade caroço. O nome favela, sei lá. Incomoda. Lembra coisa ruim.

Dona Palma disse que não gostava do termo favela, pois lembra lugar de bandidagem, mas a *Comunidade* para ela é tranquila e diz que as freiras também preferem o termo “comunidade”:

Não gosto de negócio de favela. Favela pra mim só mora bandidagem. Aqui é calmo. Só não é quando alguém vem de fora fazer besteira, mas a comunidade é tranquila. As irmãs também não gosta que chamem de favela não, elas querem que a gente chame de comunidade.

Gardênia revelou o porquê de cada região ter recebido um nome e da má impressão que o termo favela causou em seus moradores. Ela conta casos de discriminação que, empregadores, policiais e outras pessoas tiveram em relação a quem mora em favelas. Seu filho, que atualmente mora no prédio de classe média

com ela, já foi preservado de uma abordagem policial entre seus amigos da Comunidade por não ser um morador desta.

Na realidade aqui tudo é praia do futuro. Ai as pessoas foram dividindo, o caroço é por conta de um morador que tinha um caroço no rosto, a 31 é por conta da praça 31 de Março, a dos cocos, que é a comunidade seguinte, é por [que] lá tem muito coqueiro, muito ambulante que vende coco, não é que tenha coqueiro, coqueiro, é porque tem muito ambulante, vendedor de coco. Aqui não gostam que falem favela não. É porque aqui as pessoas não gostam, aqui tem um diferencial, partindo até da própria segurança pública, entendeu? Por exemplo, ó, o meu filho, quando a gente morava em outro local, o meu filho já foi vítima da policia, ai o meu filho, que já sofreu uma batida policial, foi e disse: “aqui que eu moro” (no prédio de classe média), ai o policial falou: “então, entra”, ai ele entrou e o policial nem encostou nele, totalmente diferente dos outros meninos, que tavam na parede, entendeu? Então, é assim: “onde tu mora?” - “Na favela” “- Ah vagabundo”, então, é todo tempo esse termo vagabundo, marginal, então o povo aqui não gosta muito, não, amiga... [risos]. A polícia, as empresas que vão contratar pra trabalho também. A gente tem um bairro conhecido por Serviluz, mas na verdade, ele agora, tentaram colocar no endereço como bairro Vicente Pinzón. Porque os jovens, as pessoas em geral, chegavam num emprego, ai diziam: “onde você mora?” “- Ah, no Serviluz”, “ - vixe no Serviluz só tem gangueiro, só tem bandido! ”Ai eles acabavam dando outro endereço, ai partindo dai mudaram o nome pra Vicente Pinzón, que engloba tudo, as outras casas também. A gente que mora aqui no condomínio eles já fazem um diferencial do que outros que diz, na favela o povo não gosta, porque é

exatamente por isso, porque são discriminados, eles generalizam. Então, o povo manda dizer bairro? Praia do Futuro.

Vê-se dessa forma que o lugar que se mora indica identidade também reconhecida pela sociedade.

4.4.5 Problemas de segurança na comunidade (drogas e violência).

Geralmente não há assaltos na comunidade. Quando Rosa foi assaltada por um morador da comunidade vizinha, pessoas de sua região foram tomar satisfação com o assaltante, segundo ela:

Aqui se protege. No lado de fora é que se faz o mal. Aqui dentro é seguro. Porque as pessoas que vêm aqui, vem ajudar. Eles não admite assim, porque eles acham assim, que tem os grandes que tem condições financeiras, então porque eles tão assaltando os moradores da comunidade? Então, a lei não permite, a lei deles não permite, não é? Eles mesmos fazem as leis deles, eles julgam, eles condenam. Aqui as pessoas não admitem que tenha assalto, quando acontece que eles descobrem quem fez, eles vão atrás, vão fazer o julgamento, tomar providência, eles vão buscando de um por um pra saber quem foi que fez. A pessoa tem receio e vai apontando quem foi que aprontou porque não vai levar a culpa por uma coisa que não fez. Olha, faz muitos anos que tem o projeto aqui (São Bento) e eles nunca mexeram com ninguém do projeto. Às vezes a gente esquece de fechar a porta do projeto, deixa só o ferrolho, e quando chega tá do mesmo jeito. O projeto tem doze anos.

Durante os momentos de conflitos entre gangues é que a insegurança se mostrou maior, fazendo com que os moradores quisessem sair do local para não sofrerem violência, como explicou Rosa sobre esses acontecimentos:

O que me faz sentir desprotegida é quando tá tendo os conflitos entre as comunidades dos usuários. Houve um tempo que era a comunidade dos cocos contra a comunidade 31, duas comunidades tão próximas, ai o cabeça de lá brigou com o cabeça daqui ai pronto, ninguém podia ir pra lá, ninguém podia passar praqui, ai pronto. Ai nesse tempo eu fiquei insegura, muito. Muito ansiosa mesmo, tanto é que até hoje eu não vou lá nos cocos. Porque assim, como eu andava muito nas casas lá e andava muito nas casas aqui, ai uma colega minha falou: “Rosa, para! Não vai mais, porque senão depois eles podem achar que tu ta levando e trazendo”. E eu nem tava, tava era fazendo meu trabalho de agente de saúde, nera? Com uma colega aconteceu a mesma coisa, pediram pra ela não passar pra lá, porque era daqui, pediram pra ela ficar por aqui.

Rosa contou que as confusões aconteciam como uma guerra de faroeste:

Tinha tiro, tinha sim, eles tinham um horário que eles marcavam pra todo mundo entrar pra dentro de casa, porque só eles que eram errados que ficavam na rua, né? Porque era uns contra os outros. Ai os de lá mandavam todo mundo entrar, ai os daqui mandavam todo mundo entrar. Ai pronto, eles ficavam entre eles mesmo na rua, brigando na rua. Ai era assim: “tal horário vai acontecer conflito, entrem pra dentro”. Ai eles passavam, alguém passava avisando, começava o zunzunzum, ai tal hora vai acontecer isso, todo mundo tem que entrar, ai pronto. Às vezes eles avisavam e a gente

ficava assim, será que vai ser verdade, eles trocavam tiro entre eles, marcavam um horário pra trocar tiro entre eles. Morreram pessoas, eram entre eles. São pessoas que não têm amor à vida deles, porque como é que você vai ligar pra outro cara da outra localidade e marcar tal lugar pra se encontrar, parecia o faroeste. Ainda tinha uns deles que falavam assim: “a gente não avisou, que era pra todo mundo tá dentro de casa, que ia ter tiroteio? Vocês fica na rua, querem levar bala??” Eles ficavam brigando com quem não acreditava que ia ter tiroteio. Eram tudo adolescente, muitos dos que morreram também.

Outro problema que vem afetando em grande escala a Comunidade é a droga e o uso do crack, que aumentou, pois os chefes do tráfico se utilizam do desânimo e da pobreza da comunidade para oferecer drogas a seus jovens, que, quando viciados, entram para o mundo da violência. Esses chefes moram em lugares melhores e só vão à Comunidade para receber o dinheiro das drogas. Com o aumento desse vício entre as pessoas da Comunidade aumentou também o índice de violência na região.

Aumentou a questão dos usuários de crack né? Crianças se envolvendo, muita criança envolvida com droga, roubando nessa praia pra comprar o craque. Isso ai também mudou muito, a questão da violência por conta do craque, da droga, né? Porque aqui é mais o craque mesmo, né? Porque daqui a uns dias a gente não vai mais ver crianças andando, vai ter um monte de zumbis andando Aqui falta oportunidade Pois é, pois aqui não tem uma praça, não tem uma área de lazer, não tem uma área de esporte, não tem nada. Você vai fazer o quê? Vêm o outro usando droga, o traficante ali lhe oferece droga, você vê ele ostentando, porque a gente sabe

que tem isso, o cara com um carrão, muito chique, um cordão de ouro no pescoço, anel, relógio, mulheres bonitas, as crianças vão vendo aquilo ali, vão se empolgando os adolescentes, e o olheiro dele, ele também vai dando oportunidade pro olheiro dele, dá um cordão pro olheiro dele, vai dando oportunidade pro olheiro dele, melhorando as condições da vida do olheiro, pra poder ganhar usuário, ai oferece droga pra criança se viciar, ai depois diz: "pronto, agora não te dou mais, agora vai lá e rouba, tu quer, não tem como trabalhar, tai a praia, vai lá e rouba", é assim que acontece, é a oportunidade que eles têm aqui dentro. Se eles tivessem uma área de esporte, alguma coisa, se tivesse uma cultura, não tem nada, o que é que tem nesse ambiente aqui? Qual a visão que a gente tem aqui. Às vezes eu fico olhando assim: "meu Deus, se o futuro do mundo for essas crianças, meu Deus, nós já tamo perdido, porque o próprio Brasil não tá dando oportunidade pra um futuro melhor. A escola das crianças, tá tudo precário, tudo. A qualidade de ensino é péssimo, tudo tá precário. O mundinho deles é isso aqui, é esse mundinho aqui, pronto, limitou, fechou, a mente deles é só isso aqui. Quando a gente vai oferecer algo melhor, eles dizem: "Não, não tenho mais condição não, não tenho mais cabeça pra isso não." Quando a gente vai falar de algum projeto, alguma coisa, que não é dentro da comunidade. Ai eles dizem: "Quem é que vai? Não vai dar certo não. Pra mim não dá." É sempre assim. Porque o mundinho deles é isso aqui. Desse jeito que tá a situação, e acho que não só aqui, mas em todo lugar. Aqui é só uma amostra, né? Toda comunidade que você for, não só nas comunidade, a gente vê também, em classe média, classe alta. Ai a gente pergunta: "na classe média? Na classe alta? Qual é o motivo? Eles têm

tudo”. Mas na classe média, classe alta, o que que falta neles? O amor na família. Porque eles têm tudo, mas não têm o amor, ai aqui nas comunidades, eles não têm amor, eles não tem dinheiro, eles não têm, muitas vezes, comida pra comer, os traficantes vêm, oferecem um lanche, fuma aqui esse baseado pra se sentir bem, cheira aqui esse pó que tu vai se sentir bem” .

A política de conscientização do não uso das drogas deve ser mais convincente. Esse fato lembra o discurso da arquiteta França (2014) de que as pessoas não costumam fazer conexão entre os elevados índices de violência no Brasil e a problemática da habitação dos pobres, com sua falta de acesso ao saneamento básico, políticas públicas, lazer, educação, saúde, etc., e lembra que, além de não terem acesso a boas condições de vida, as pessoas são expulsas de seus lugares de origem como nas remoções, que acontecem sem limites. Enquanto a violência cresce, as pessoas se fecham em condomínios e faltam políticas públicas para as cidades. Ela lembra que o arquiteto tem como missão e responsabilidade, ao trabalhar no serviço público, preocupar-se ainda mais em fazer uma cidade melhor, mais justa e democrática (França, 2014). As diferenças entre as classes sociais, com muros, realidades destoantes, e a falta de valorização do direito de todos à moradia, bem como das necessidades humanas, geram “a miserabilidade, que se faz acompanhar de violência, [e] tem como principal resposta dos segmentos abastados a proliferação de condomínios protegidos por fronteiras, como muralhas, grades, guaritas, fossos e armas” (Yázigi, 2002, p.15).

Dona Girassol também comentou o problema da ociosidade que estava levando os jovens para, segundo ela, *o mundo cruel* das drogas. Gardênia justificou o problema da criminalidade na omissão dos órgãos públicos, na falta de política

para os jovens e na desestrutura familiar: *“não tem um trabalho voltado presses jovens, não tem um curso, não tem nada disso aqui. A ociosidade, amiga, faz se fazer o que não presta. E também tem a parte da desestrutura familiar, né?”*, numa alusão à ausência dos pais, que, por precisarem sair para trabalhar, deixam os filhos, crianças e jovens, soltos: *“Os pais deixam muito as crianças solta ai, os meninos se torna ai presa solta pra traficante, drogado, viciado.”* Como não recebem cuidados da família e do governo, resta a essas crianças e jovens o vício das drogas: *“a política mesmo é a maconha, é o craque, é a política deles, é o lazer que eles têm”*.

4.4.6 Lazer e políticas públicas.

Os moradores da *Comunidade 31 de Março* se queixam de não haver espaços destinados ao lazer e ao tempo livre na localidade. A praia é o ponto de referência mais lembrado por seus moradores, tanto como referência para trabalho quanto para lazer. Rosa citou a praia como lugar que oferece oportunidade de renda e lazer para as pessoas; já Gardênia comenta: *“para o lazer, alguns usam a praia, alguns usam a praia de modo certo e alguns usam de modo errado. Porque a praia ela também é um atrativo para o viciado, é um atrativo pro viciado roubar pra comprar a droga”*.

Dona Girassol falou que não existem projetos de lazer ou de ocupação para as crianças e adolescentes e isso pode ser justificativa para o uso de drogas, os crimes e a violência na região:

A criança não tem lazer, não tem um campo de futebol, praça pra conhecer novos amigos, se não tem nada pra fazer, ai vão pro mundo cruel. Se a

criança tem um projeto pra fazer ou se tá ocupado, então não vai ter tempo pra passar pro outro mundo.

Rosa concorda com essa ideia, acreditando não haver apoio de espaços físicos e outros projetos para as crianças.

Aqui não tem um lazer, não tem esporte, não tem nada pra essas crianças. Se tivesse um entretenimento pra essas crianças, se tivesse um ambiente, não aqui vai ter uma área de esporte, porque você ver que que essa falta gera muita ociosidade, aqui não tem. Pra não dizer que não tem nada, tem o São Bento, dia de sábado e à noite que a gente fica com aquelas poucas crianças na sala de leitura, se pudesse abrir pra mais ia ter muito mais, mas a gente não pode, porque não dá conta, né? Duas pessoas pra vinte crianças, não dá.

Segundo Hortência, em um lugar onde não há equipamentos urbanos, as crianças costumam brincar de pipa, de *esquibunda*, nas dunas próximas, ir às barracas próximas, aos *shoppings* conhecidos da cidade, além de frequentarem eventos religiosos - de católicos, evangélicos e de testemunhas de jeová. No caso dela, especificamente, ela costura, faz renda, lê, assiste a filmes, participa de eventos de sua religião, que é testemunha de jeová. Esses tipos de lazer lembram a riqueza escondida a ser descoberta na complexidade das comunidades urbanas precárias, nas artes culturais que lhes são próprias e que desenvolvem a parte criativa das pessoas (Jacques, 2011).

Existem ainda os bares e churrascarias próximos a 31 de Março, com música ao vivo, opção de lazer que os moradores têm. Pessoas de fora também frequentam esses locais, que no início era "*ambiente mais respeitável*", mas depois "*virou essa*

baderna”, segundo Rosa, que diz que *“geralmente eles vão ali pro bar e pra churrascaria, que tem forró ao vivo, tem seresta, eles vão pra lá, tem tudo que eles querem lá. Tem droga, tem a prostituição, tem tudo fácil lá”*. Como existem poucas opções de saída durante a noite no local, Rosa conta que *“metade da comunidade tá de um lado e a outra metade tá do outro”*, referindo-se ao bar e à churrascaria existentes nas proximidades.

Tulipa, em sua entrevista, primeiro falou que não via as pessoas fazendo *“nada”*: *“não vejo eles fazendo nada não. A senhora vê, mãe? Tempo livre? Só se for festa, ir pra casa dos parentes. Aqui não tem nada marcado”*. Depois comentou que as pessoas iam às festas, às casas dos parentes, às vezes para algum lugar em que tivesse música e que reunisse as pessoas, mencionando o mesmo bar próximo à comunidade que Rosa havia apontado como espaço de lazer, atualmente menos calmo e palco de muitos assassinatos de pessoas do local. Ela falou também de sua participação quando criança no Projeto São Bento e que agora está voltando a participar: *“vou pras coisas da São Bento ai. Vou pra missa no mês e vou começar ai pra crisma semanal”*.

A prática de sentar nas calçadas parece não ser mais muito realizada. Dona Girassol conta que não tem nada para fazer na comunidade, que nem nas calçadas as pessoas ficam mais, em razão dos períodos de mais violência vivenciados no local, que os fizeram perder esse costume: *“o povo perdeu o hábito de ficar nas calçadas, então as pessoas ficam mais dentro de casa, nos seus cantinho”*. Mas ela conta que gostaria que pudesse existir na comunidade um local onde as pessoas pudessem ir, levar as crianças, conversar e se divertir, relacionando esse novo espaço como possível motivo de melhoria da autoestima dos moradores: *“as pessoas se sentem mais inferior aos outros, por não ter um lugar pra tipo uma praça*

que você se senta e conhece muita gente, onde se comunicam mais, aqui cada um fica na sua casa”. E completa falando da necessidade de saneamento básico e equipamentos urbanos para as pessoas da comunidade e principalmente para as “crianças se desligarem do mundo da violência”:

Essa comunidade necessita de todo saneamento básico, praça, jardim. Pra ter um espaço que a gente sente, bata papo, pras crianças se desligarem do mundo da violência, hoje só o que a gente ve é as crianças partindo pro lado do tráfico que tem muito dentro da comunidade, não tem lazer, então as crianças passam muito pra esse lado. É a única coisa que tem pras crianças mesmo é o Projeto São Bento, as obras das outras igrejas evangélicas. Acho que eles dão graças a Deus quando chega o sábado porque se reúne todas as crianças pra brincar na São Bento, os tios muito amorosos que dão muito amor pra eles. Faz diferença, porque se você fica sozinho em casa, de repente você tem algo pra conversar, não tem com quem converse, você fica angustiada.

Dona Margarida contou que as pessoas costumam ir à praia, às festas nas barracas de praia, e ela, por ser católica, frequenta muito as reuniões da igreja. Falou, ainda, que tem o sonho de ver o Centro Social do Lumen construído.

Em relação às políticas públicas da Comunidade 31 de Março, Rosa disse que acha que as pessoas estão desanimadas porque já foram muito enganadas por falsas promessas, principalmente de políticos, mas ela acha que a comunidade poderia reivindicar mais os seus direitos à infraestrutura, a melhorias, etc., se seus moradores fossem mais unidos. Sobre a inauguração da nova Praça Dom Hélder Câmara, por exemplo, falou que seria uma alternativa boa, com quadras, espaço de

lazer, mas contou que o que se sabe é que as obras estão paradas porque a verba não foi repassada para o governo continuá-las, e que inclusive a 31 de Março está sem policiamento:

Até o GPM (Guarita da Polícia Militar) foi tirado por conta da construção da praça, nós não temos mais o GPM aqui. Nós não temos mais policiamento. Tinha a guarita lá dos policiais, era tipo a delegacia da qual eles não saiam de lá, quem precisasse é que tinha que ir lá. Era bom porque eles acionavam se precisasse de algo, eles ligando vem, nós ligando não vem, desse jeito. Ai por conta da reforma da praça teve que sair ai eles tão lá no Serviluz. Ai tá a do Serviluz e a daqui no mesmo local. Quem nos protege? O chefe deles [tráfico]. Aumentou a quantidade de usuários, aumentou a quantidade de roubos na praia, mas aqui mesmo eles ainda têm receio. E quando eles não tiverem mais esse receio do chefe? Ai pode se virar contra nós, moradores? Eles têm receio do chefe, do que o chefe possa vir a fazer se eles quiserem vir assaltar as casas, os moradores, mas eu digo assim, quando esse receio acabar, quando eles não tiverem mais esse receio? O que será de nós? Porque não tem policiamento, eles não vão mais obedecer ao chefe, que comanda eles. Mas a ordem vem do chefe, que não mora aqui e o chefe vem sempre aqui, porque ele tem que levar o dinheiro. Na verdade, o que eles não querem é a policia aqui dentro. Quando começarem a roubar aqui dentro, os moradores vão começar a chamar a polícia. Polícia aqui dentro não é bom pra eles, é essa a lógica do traficante. Por quê? Muitas vezes ele não é usuário de droga.

Perguntados sobre o que pensam das políticas públicas, Dona Girassol foi incisiva dizendo que valem nota zero, pois as pessoas não olham para suas

necessidades: *“Zero, pode colocar zero. Na saúde também não tá bem. Esse é o pior ano. Eu costumo dizer que essa é a comunidade que o povo não olha pra nada, não existe líder comunitário”*. Gardênia disse que quanto à política *“deixa muito a desejar”*, que não há cuidados, nem proteção para eles. Em relação a como cada morador vê sua comunidade em relação aos aspectos de infraestrutura, acessibilidade e mobiliários urbanos, a resposta de Dona Margarida foi que o governo não se manifesta, mas a iniciativa de um grupo de oração vai tentar melhorar a qualidade de vida na comunidade: *“O Lumen quer fazer o centro social. Mas aqui quase não tem planta, não tem nada”*. Rosa disse que a comunidade, quanto ao Centro Social do Lumen e à Praça Dom Hélder Câmara, *“com certeza, só vai ter a ganhar”*. Hortência falou dos serviços que têm na comunidade e dos equipamentos que não têm, o que faz com que as pessoas tenham que se deslocar para longe (Bairro da Cidade 2000) para obter serviços de farmácia, banco, entre outros. No tocante à mobilidade, considera boa.

Tulipa falou da falta dos equipamentos urbanos dentro da comunidade, mas antes perguntou:

Infraestrutura é o quê? Ah, Praça nunca teve, campo, área de lazer nunca teve. Precisa. Aqui não tem nada pra gente fazer. Só esses projetos ai (São Bento) e nada mais. Participo desde quando cheguei aqui com sete, oito anos. Alguns não participam mais.

Dona Palma falou da carência e da pobreza da comunidade e que o apoio com o qual contam é o das freiras, que as pessoas da comunidade cooperam pouco com essa ajuda filantrópica e que muitas dessas “irmãs” já estão velhinhas:

Aqui falta tanta coisa, tem muita gente pobre, mulheres envolvidas com droga, falta de acompanhamento das crianças, aqui não tem o que fazer, as freiras que ajuda são velhinhas, quem ajudava elas têm um contrato, as irmãs que ficam mais pra ajudar a instituição filantrópica, as mães da comunidade não ajudam elas e ainda falam mal. O governo não ajuda as irmãs.

Gardênia, como agente de saúde, comentou que conhece muitos aspectos de infraestrutura que faltam na 31 de Março:

Falta tudo, é uma comunidade carente, que falta saneamento. É uma comunidade de “área de risco um”, que a gente (posto de saúde) considera a parte estrutural, você vê que tem muitos barracos, tem drogas, famílias desestruturadas. Risco um a gente fala pra mostrar todos esses problemas, risco dois já é uma área mais amena, aqui corre risco até de alagamento, não tem saneamento, não tem pra onde a água escoar, tem tempo aqui que chove, que não tem nem como sair de casa, a gente sofria muito quando ia em visita domiciliar, pra visitar uma pessoa doente, porque não tinha por onde passar, aí bota umas pedrinhas, é barra.

4.4.7 A casa ideal.

A casa ideal parece ser um apanhado de tudo que foi considerado positivo pelos moradores em detrimento do que foi motivo de queixa.

Perguntada sobre o que a casa ideal deveria ter se tivesse que sair da casa atual, Rosa respondeu que precisaria fisicamente de espaço maior, mais bem

planejado, mais natureza, árvores, áreas culturais e de lazer, além dos vizinhos que já tem e dos quais gosta muito:

Deveria ter um espaço maior, vizinhos legais como os meus são, que, graças a Deus, pelo tempo que eu moro aqui, nunca tive atrito com nenhum deles. Eu acho também que não deveria ter beco, acho que deveria ser rua, como em condomínio de casa, mais ou menos isso aqui. Se pudesse levar os vizinhos juntos, seria bom, com área de lazer, espaço cultural.

A natureza também foi elemento citado pela maioria dos moradores pesquisados, e sua presença pode ser considerada combustível da alma, enquanto faz com que as experiências ocorridas em seus ambientes diminuam os sentimentos de desânimo e de depressão, oferecendo aos moradores estímulo para reflexão e relaxamento (Manzo, 2005).

Em resumo, muitos dos pesquisados disseram gostar de morar na região por causa do clima praiano, dos vizinhos que, em geral, são um apoio para eles, da calma, das experiências vividas, do que representa a comunidade para eles como símbolo de conquistas. Eles afirmaram gostar muito da comunidade, declararam-se inclusive apaixonados por ela. No entanto, deixaram claro que precisam de políticas públicas que proporcionem melhorias à localidade, abrangendo mais segurança, policiamento, mais infraestrutura, escolas, áreas de lazer, principalmente para os jovens e crianças se ocuparem e fiquem livres do tráfico de drogas, e regularização fundiária, para que possam adquirir a propriedade de seus imóveis legalmente, comprovando-a por meio de documentação formal devidamente registrada em Cartório de Registro de Imóveis.

Mesmo faltando estrutura física adequada e com a proliferação da violência, representada, entre outros aspectos, pelos assaltos que costumam acontecer nas proximidades, o que é visto com tristeza pelos moradores da Comunidade 31 de Março, eles disseram gostar muito de suas casas e do local onde estão situadas, tendo-as como “*o melhor lugar do mundo*”, e não pensam em sair de lá. A casa ideal é vista, portanto, como uma representação de uma melhor moradia possível para eles.

Capítulo 5 – Considerações Finais

Apesar das limitações enfrentadas, o trabalho evidenciou descobertas, acertos e respostas interessantes e consistentes em relação ao significado da casa, explicitados por meio de conceitos da Psicologia Ambiental, tais como vínculo afetivo com o lugar ou apego ao lugar, experiência com o lugar, apropriação, identidade de lugar e identidade social urbana, entre outros, que podem motivar futuros estudos abrangendo outras metodologias, explorando novas perguntas, seja coletando dados entre diferentes faixas etárias e classes sociais, seja comparando pensamentos de pessoas que vivem em condições de risco diferentes, a fim de continuar compreendendo o significado que a casa assume nas relações interpessoais.

O trabalho justificou-se pela relevância que assumiu para a ampliação da compreensão das relações pessoa-ambiente, bem como da temática da moradia popular. Seus resultados poderão ser utilizados por gestores, construtores e população em geral para melhor avaliação e estruturação das habitações sociais, a fim de se promover melhorias para as transformações sociais necessárias no Brasil.

A casa, percebida como unidade independente onde as atividades humanas diárias acontecem, é vista como um ambiente que se separa muitas vezes do restante da comunidade através da porta. Ao mesmo tempo, é considerada associada à sua comunidade por meio de suas redes de amizade e solidariedade, necessárias em um ambiente no qual se evidencia uma grande carência de infraestrutura, coleta de lixo deficitária, iluminação insuficiente e acessos difíceis.

Em meio à essa precariedade excessiva, que se contrapõe à riqueza dos relacionamentos, a comunidade interfere no modo como as pessoas veem a casa.

Se um lugar não tem condições adequadas de infraestrutura que cooperem para o desempenho das atividades pela população, ele tende a se estagnar ou a sofrer danos. O ambiente é fator que influencia na vida das pessoas, bem como é influenciado pelo comportamento delas. Além da deficiência dos serviços básicos, primordiais para a satisfação das necessidades dos moradores, não foram identificados equipamentos culturais (de lazer e de esporte), necessários ao entretenimento e desenvolvimento da comunidade. Compreendeu-se, assim, a reivindicação dos entrevistados por praças públicas, quadras esportivas, centros culturais, considerados necessários para uma melhor qualidade de vida e para a elevação de sua autoestima.

A tolerância, por sua vez, parece caminhar junto com a vida dos moradores estudados, até como estratégia de sobrevivência, em um meio no qual a realidade é difícil. Ocupações como praticar furtos, usar drogas, aliar-se ao tráfico dessas substâncias são propostas com as quais os chefes do tráfico acenam constantemente, principalmente para jovens e adolescentes da comunidade. Manter-se ao largo dessa vida requer força de vontade, mas também alternativas que os ocupem, enquanto que o respeito aos que aderem a esse modelo de vida se faz necessário para a boa convivência entre todos.

Percebeu-se, ainda, a importância do suporte emocional que Padre Martins e Padre Eduardo, a Obra Lumen de Evangelização, as demais instituições religiosas engajadas no local e o PSF proporcionam aos moradores da comunidade estudada.

Teoricamente, existem programas governamentais no Brasil que podem ser postos em prática, visando melhorias para as habitações estudadas. Por exemplo, o PMCMV, citado neste trabalho, apesar de ser um projeto existente, costuma apresentar problemas estruturais em sua concepção, suas edificações não refletem a identidade de seus moradores, e a maioria delas é construída em áreas segregadas da cidade. E, finalmente, foi visto que é um programa que ainda demorará para apresentar benefícios para todos que o buscam.

Com relação ao significado que a casa assume para seus moradores e à forma como é entendida, que passa tanto por sua constituição física quanto simbólica, foi possível clarificá-los a partir da utilização de dois instrumentos de pesquisa: o *Poema dos Desejos* e a entrevista semiestruturada.

Como sugerido pela literatura, evidenciou-se uma complementaridade nos resultados destes dois instrumentos. No *Poema dos Desejos* foi atribuída maior relevância aos aspectos físicos da casa, enquanto que os aspectos psicológicos e sociais foram mais destacados nas entrevistas, evidenciando-se assim a importância de mais de um instrumento de pesquisa.

Sete dos oito pesquisados pelo instrumento *Poema dos Desejos* demonstraram necessidade de ter uma estrutura física melhor. O oitavo colaborador demonstrou uma menor reivindicação em relação à melhoria dos aspectos físicos. É importante destacar que este sujeito há três anos não mora mais na comunidade, mas em seus arredores, desfrutando de condições físicas adequadas, apesar de ter vivido na 31 de Março durante 23 anos.

É interessante notar que apesar da precariedade de suas habitações, os entrevistados gostam muito de suas casas, e, a princípio, não as trocariam por

nenhuma outra casa, nem por outra comunidade. Com efeito, reconhecem a necessidade de melhorias na infraestrutura, pois admitem as carências do lugar. Todavia a precariedade física pareceu tornar-se menor frente à sua função de teto, abrigo, proteção, pois muitas vezes a casa foi descrita como símbolo de refúgio, calma, privacidade, etc. Assim, o vínculo afetivo com as casas pareceu atenuar os problemas que elas apresentavam.

Ademais, observou-se que os moradores não perdem a esperança de terem melhores condições tanto na casa quanto na comunidade em que habitam.

Um dos motivos do apego dos moradores da Comunidade 31 de Março a suas casas está no fato de elas poderem ser consideradas casas próprias, na medida em que a maioria deles, antes de lá chegar, não tinha um local onde morar que pudesse chamar de seu. Isso representou uma conquista e deixou marcas, passando a fazer parte de suas histórias de vida. Com efeito, uma casa, seja ela luxuosa ou precária, sintetiza as vivências construídas ao longo do tempo nela vivido, assumindo, por consequência, importância emocional.

Outro aspecto relevante observado e que fortalece o vínculo dos moradores com seu lugar de vida refere-se às relações sociais existentes entre os vizinhos. O convívio solidário e a ajuda mútua são responsáveis pelo sentimento de comunidade.

Esses dados estão de acordo com outras pesquisas sobre moradores de favelas que se disseram felizes, sociabilizando-se mais com os vizinhos e sem interesse de sair de suas moradias (Machado & Alencar, 2014).

Em conclusão, é possível dizer que o significado psicológico e social da casa é indissociável de seus aspectos físicos, visto que os lugares são considerados importantes para as pessoas quando elas têm possibilidade de pensar, sonhar e crescer neles junto com aqueles que lhes são significativos (Giuliani, 2003; Hidalgo & Hernandez, 2001; Manzo, 2005; Scannell & Gifford, 2010; Sommer, 2002; Stedman, 2003).

A partir dos estudos realizados, tendo em vista o que foi descoberto, viu-se a importância de se levar em consideração os aspectos físicos e subjetivos no planejamento arquitetônico e urbanístico dos lugares.

Referências

- Abiko, A. K. (1995). *Introdução à gestão habitacional* (Texto Técnico/Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12). São Paulo: EPUSP.
- Amérigo, M. (2000). Ambientes residenciales. In J. I. Aragonés, & M. Amérigo (Orgs.). *Psicología Ambiental*. Madri, Spain: Edições Pirâmide.
- Anastaki, D. (2014, 23 de abril): Palestra do Arquiteto e Urbanista Demetre Anastaki. In *XX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Centro de Eventos de Fortaleza (Sala 3), Fortaleza, CE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).
- Chair, M. (2012). *Manual de Publicação da APA, American Psychological Association*. Porto Alegre: Penso.
- Bachelard, G. (1995/1984). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bangs, H. (2007). *O retorno da arquitetura sagrada: a razão áurea e o fim do modernismo*. São Paulo: Pensamento.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2010). *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bergoglio, J. (2010). *Sobre o céu e a terra*. São Paulo. Schwarcz.
- Billig, M. (2006). Is my home my castle? Place attachment, risk perception, and religious faith. *Environment and Behavior*, 38, 248–265.

- Bizarria, V. (2013). Nação e cultura na pós-modernidade. In A. Mourão, N. Pereira, & P. Ribeiro (Orgs.), *Caleidoscópio de nações: reflexões teóricas a partir de um mapa da questão nacional*. Fortaleza: EdUECE.
- Bock, A., Furtado, O., & Lourdes, M. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bomfim, Z. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.
- Brandão, I. (2012). *Afetividade e transformação social: Sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Sobral, CE: Edições Universitárias.
- Brown, B., & Perkins, D. (1993). Disruptions in place attachment. *Human Behavior & Environment: Advances in Theory & Research*, vol. 12, p. 279–304
- Cavalcante, S. (1982). *Psychosociologie de la porte: outil d'une topologie variable*. (Tese de doutorado não publicada, Université Louis Pasteur, Strasbourg, França).
- Cavalcante, S. (2004). A porta: objeto dos espaços humanos. In H. Gunther, J. Pinheiro, & R. Guzzo (Orgs.), *Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. São Paulo: Alínea.
- Cavalcante, S. (2008). A produção científica em sala de aula. *Revista Percursos*, Florianópolis, FAED, 9(2), 50-58.

Cavalcante, S., & Elias, T. (2011). Apropriação. In S. Cavalcante & G. Elali (Orgs.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.

Cavalcante, S., & Mourão, A. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante, & G. Elali (Orgs.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.

Cohen, S. C., , Bodstein, R, Kligerman, D. C., & Marcondes, W. B. (2007). Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 191-198. Recuperado em 16 novembro, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100022&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-81232007000100022.

DaMatta, R. (1997). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco.

Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. (2007). Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Recuperado em 20 setembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm

Decreto Legislativo nº 635, de 15 de abril de 2014. (2014). Denomina a Praça 31 de março, localizada na praia do futuro, de Praça Dom Hélder Câmara, na forma que indica. Fortaleza, CE.: Câmara Municipal. Recuperado em 20 junho, 2014, de http://216.59.16.201:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3796_texto_integral

- Deutsch, N. (2005). A second home. In B. J. Hirsch (Ed.). *A place to call home: after-school programs for urban youth* (pp. 41-56). Washington, DC: American Psychology Association.
- Duarte, R. C. (2013). Moldagem do lugar; remoldagem do olhar. In R. Duarte, & R. Villanova (Orgs.), *Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, de arquitetura a antropologia*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Duarte, R., & Villanova, R. (2013). *Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, de arquitetura a antropologia*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Elali, G., & Medeiros, S. (2011). Apego ao lugar. In S. Cavalcante, & G. Elali (Orgs.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- Elali, G., & Pinheiro, J. (2013). Analisando a experiência do habitar. In S. Villa, & S. Ornsteins (Orgs.), *Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação* (pp. 15-32). São Paulo: Ofitexto.
- França, E. (2014, 24 de abril). Palestra da Arquiteta e Urbanista Dra. Elizabete França. In *XX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Centro de Eventos de Fortaleza (Sala 5), Fortaleza, CE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).
- Freitas, C., & Pinho, V. (2012, 6-9 de maio). Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza: caracterização e indicação de vulnerabilidade através do sistema de informação georreferenciado. In *IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação* (SIMGEO, pp. 1-7). Recife, PE: Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação do Departamento de Engenharia Cartográfica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Fried, M. (1963). 1977. Grienving for a Lost Home. In L. J. Duhl (Ed.), *The Urban Condition*. Nova York: Basic Books.

Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR). (2014). Direito à moradia. Recuperado em 30 maio, 2014, de <http://www.fortaleza.ce.gov.br/habitafor/pelo-direito-moradia>

Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In E. Tessara, E. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs), *Psicologia e Ambiente* (pp. 89-106). São Paulo: EDUC.

Giuliani, M. V., Ferrara, F., & Barabotti, S. (2003). One attachment or more? In G. Moser et al. (Eds.), *People, Places, and Sustainability* (pp. 111-122). Göttingen, Germany: Hogrefe & Huber.

Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory*. New York: Aldine Publishing.

Góis, C. (1993a). *Psicologia Comunitária, atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Góis, C (1993b). *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza. Edições UFC.

Góis, C. (1994). *Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.

Góis, C. (2008). *Saúde Comunitária - Pensar e Fazer*. Fortaleza: Editora Hucitec

Hall, E. (2005/1969). *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes.

Helton, X. (2014). Obras da Praça 31 de Março na Praia do Futuro estão atrasadas. *Tribuna do Ceará*. Recuperado em 15 maio, 2014, de

<http://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro-1o-edicao/obras-da-praca-31-de-marco-na-praia-do-futuro-estao-atrasadas/>

Hidalgo, M., & Hernández, B. (2001). Place attachment: conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 273–281.

Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Hummon, D. M. (1992). Community attachment: local sentiment and sense of place. In I. Altman, & S. M. Low (Eds.), *Place attachment* (pp. 253-278). New York: Plenum.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2007). *Censo 2007*. Recuperado em 20 setembro, 2013, de <http://censos2007.ibge.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo 2010*. Recuperado em 20 setembro, 2013, de <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2051&t=censo-2010-aprimorou-identificacao-aglomerados-subnormais>

Instituto de Arquitetos do Brasil - Ceará (IAB-CE). (2014, 26 de abril). *Carta de Fortaleza: uma agenda sobre arquitetura e desenvolvimento urbano*. Recuperado em 1º maio, 2014, de <http://iabce.org.br/?view=topic&page=1002>

Ittelson, W., Proshansky, H., Rivlin, L., & Winkel, G. (1974). *An Introduction to Environmental Psychology*. New York: Holt, Rinehart and Winston Inc.

Jacques, P. (2011). *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra Produção Editorial.

Jorge, M. S. B. (1997). *Indo em Busca de seu plano de vida: a trajetória do estudante universitário*. Florianópolis: Papa-Livro.

Kasarda, J. D., & Janowitz, M. (1974). Community attachment in mass society. *American Sociological Review*, 39, 328–339.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Recuperado em 20 setembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011. (2011). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Recuperado em 20 setembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Lopes, A., França, E., & Costa, K. (2010). *Cortiços: a experiência de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo.

Low, S. M., & Altman, I. (1992). In I. Altman, & S. M. Low (Eds.), *Place attachment* (pp. 1-12). New York: Plenum.

Luci, F. (2012). *UPPs, Direitos e Justiça. Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Machado, L., & Alencar, V. de (2014). *Paraíso Vertical*. Folha de S.Paulo, 20 de abril de 2014. Recuperado em 30 setembro, 2014, de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/162182-paraíso-vertical.shtml>

- Magnani, J. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, 15(32). Recuperado em 20 setembro, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832009000200006&script=sci_arttext&lng=ES
- Manzo, L. (2005). For better or worse: exploring multiple dimensions of place meaning. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 67-86.
- Maricato, E. (1997). Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, 11(1-2), 113-130.
- Martins, C., & Aquino, C. (2007, setembro). Ócio, Lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, 7(2), 479-500.
- Martucci, E. (2001). Estudo de Caso Etnográfico. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 25(2), 167-180.
- Matos, J. (2010). As estruturas do cotidiano brasileiro na obra de Tarsila do Amaral. *Historiæ*, Rio Grande, 1(2), 85-102.
- Minayo, M.C. (1996). *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abraco.
- Ministério das Cidades (2005). *Política Nacional de Habitação*. Cadernos MCidades nº 4. Brasília.
- Ministério das Cidades (2006). *Déficit Habitacional do Brasil 2005*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.
- Ministério das Cidades (2010). *Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação.

Ministério das Cidades (2014). Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Recuperado em 25 março, 2014, de http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf

Moore, R., & Graefe, A. (1994). Attachments to recreation settings: the case of rail-trail users. *Leisure*, 16, 17–31.

Mororó, M. (2010). *Habitação progressiva autoconstruída: caracterização morfológica com uso de gramática da forma*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil: Estruturas e Construção Civil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil).

Moser, G. (1998). Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.

Motta, L. D. (2011). *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade* (Texto analítico). Minas Gerais: UFMG. Recuperado em 15 maio, 2014, de: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana - A questao da habitacao no Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf)

Mourão, A., & Bomfim, Z. (2011). Identidade social urbana. In S. Cavalcante, & G. Elali (Orgs.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.

Newman, O. (1972). *Defensible spaces: crime prevention through urban design*. London: MacMillan.

Newman, O. (1996). *Creating defensible spaces*. Recuperado em 24 outubro, 2014, de <http://www.huduser.org/portal/publications/pubasst/defensib.html>

Norberg-Shultz, C. (1985). *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture*. New York: Rizzoli.

Pequeno, L., & Freitas, C. (2011, 23-27 de maio). Desafios para implementação das Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. In *XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR): Quem planeja o território? Atores, arenas, estratégias*. Rio de Janeiro: Cinco programas de pós-graduação filiados à associação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense.

Pequeno, R. (2014, 23 de abril). Palestra do Arquiteto e Urbanista Dr. Renato Pequeno. In *XX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Centro de Eventos de Fortaleza (Sala 3), Fortaleza, CE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Pesquisa mostra que 94% dos moradores de favela são felizes. (2014, 23 de abril, 21h50). Matéria exibida no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão. Recuperado em 30 abril, 2014, de <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/02/pesquisa-mostra-que-94-dos-moradores-de-favela-sao-felizes.html>

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398.

Pinheiro, J., Gunther, H., & Guzzo, R. (2004). Psicologia ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? In H. Gunther, J. Pinheiro, & R. Guzzo (Orgs.), *Psicologia Ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. São Paulo: Alínea.

Pol (1993). *Environmental Psychology in Europe from Architectural Psychology to Green Psychology*. London: Avebury.

Pol, E. (1996). La apropiación del espacio.. In L. Iñiguez, & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio* (Monografies psico-socio-

- ambientals, n. 9, pp. 45-62). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- Prefeitura de Fortaleza. (2014). Central Multimídia. *Praia do Futuro – Prefeitura reinicia reforma da Praça 31 de Março* (vídeo). Recuperado em 15 maio, 2014, de <http://www.fortaleza.ce.gov.br/multimedia/videos/outros-videos/praiadofuturo-prefeitura-reinicia-reforma-da-praca-31-de-marco>
- Rheingantz, P., Azevedo, G., Brasileiro, A., Alcantara, D., & Queiroz, M. (2009). *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ.
- Roaf, S. (2003). *A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas*. São Paulo: Bookman.
- Rocha, A. (2012). Público e privado: notas conceituais sobre a transformação da intimidade na internet. *Infratextos*, Rio de Janeiro, 4(1), 103-125.
- Rodrigues, R. (2006, maio). *Moradia precária e violência na cidade de São Paulo* (Texto para Discussão nº 1.187). Brasília: IPEA.
- Rolnik, R. (1985). Lar, doce Lar (a história de uma fórmula arquitetônica). *AU. Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, 1(3).
- Rolnik, R. (2002). É possível uma política urbana contra a exclusão? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 72, 53-61.
- Salazar, J. (2014, 23 de abril). Mediador de Banca. In *XX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Centro de Eventos de Fortaleza (Sala 3), Fortaleza, CE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

- Santos, A. L., & Duarte, C. (2002). O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Edições EDUC.
- Sanoff, H. (1977). *Methods of Architectural Programming*. Stroudsburg: Dowden, Hutchinson, & Ross.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: a tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 1-10.
- Severo, L. (2014, 1º de novembro). O padre que trocou a Irlanda pela comunidade Luxuou [sic]. *O Povo online*. Recuperado em 1º novembro, 2014 de <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/11/01/noticiasjornalcotidiano,3340959/o-padre-que-trocou-a-irlanda-pela-comunidade-luxuou.shtml>
- Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo [HABISP]. (2014). *Programa habitacional*. Recuperado em 5 maio, 2014, de http://www.habisp.inf.br/programa/01b8d3b8-13cb-3b38-816f-70712573bf20/urbanizacao_de_favelas
- Sommer, R. (1973). *Espaço pessoal, as bases comportamentais de projetos e planejamento*. São Paulo: EPU/ EDUSP. (Trabalho originalmente publicado em 1969)
- Sommer, R. (2002). O desenvolvimento e a aplicação dos conceitos de espaço pessoal. In V. Del Rio, C. R. Duarte, & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do Lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo* (pp. 19-29). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/PROARQ.
- Sommer, M. (2011). *Territorialidade Negra: A herança africana em Porto Alegre, uma abordagem sócio-espacial*. Porto Alegre: Edição do autor.

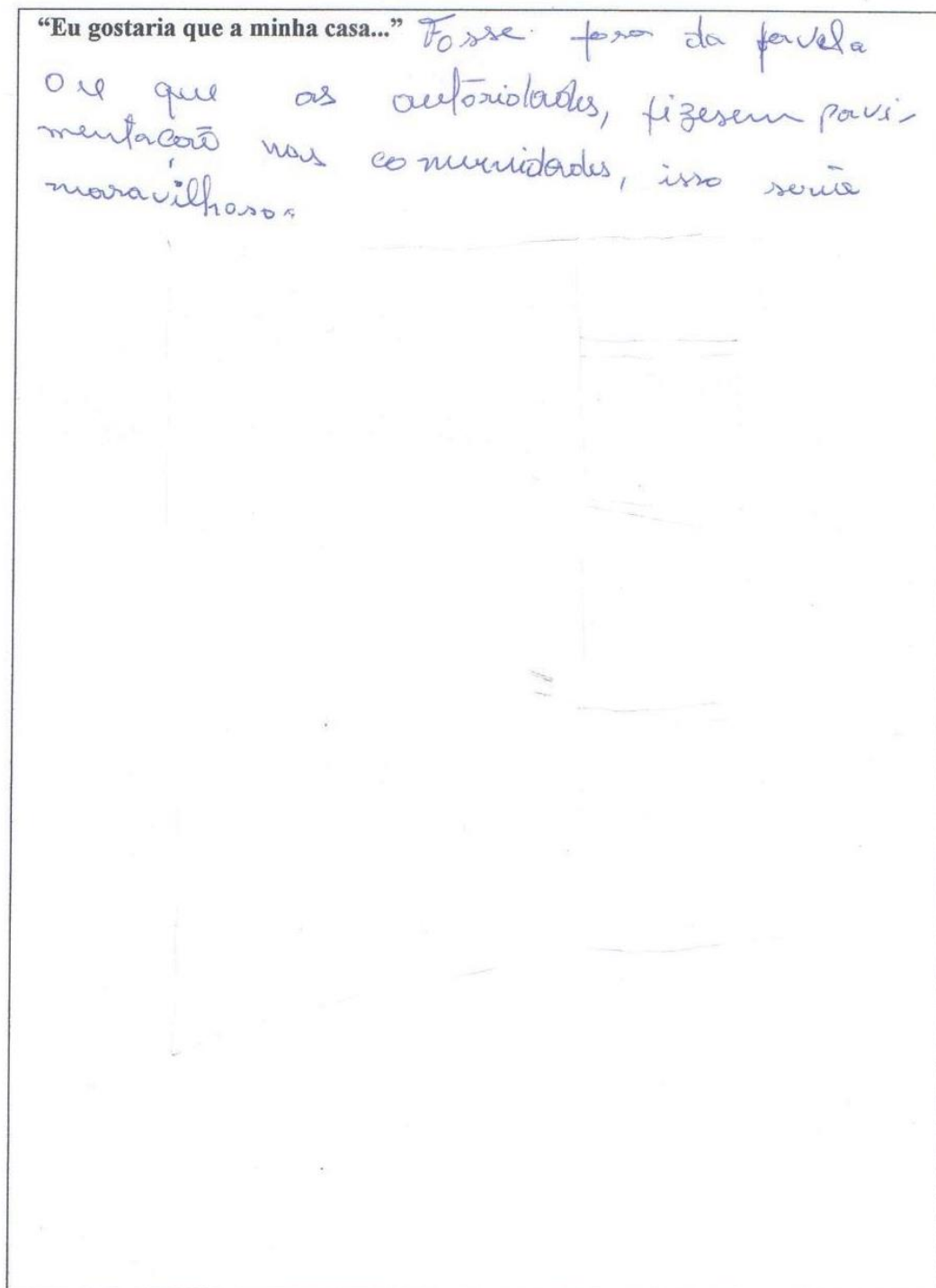
- Stedman, R. (2003). Is it really just a social construction? The contribution of the physical environment to sense of place. *Society and Natural Resources*, 16, 671–685.
- Tuan, Yi-Fu. (1977). 1983. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel.
- Twigger-Ross, C., & Uzzell, D. (1996). Place and identity processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 205–220.
- Valera, S. (1996). Psicología Ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In L. Iñiguez, & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio* (Monografies psico-socio-ambientals, n. 9, pp. 1-1). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- Vygotsky, L. (1925). *A Psicologia da Arte*. São Paulo. Martins Fontes.
- Weimer, G. (2012). *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Weimer, G. (2014, 23 de abril). Palestra do Arquiteto e Urbanista Dr. Gunter Weimer. In *XX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Centro de Eventos de Fortaleza (Sala 3), Fortaleza, CE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).
- Yázigi, E. (2002). *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo de aplicação do *Poema dos Desejos*

Instrumento de pesquisa: *Poema dos desejos*
(Rheingantz, Azevedo, Brasileiro, Alcantara, & Queiroz, 2009)

“Eu gostaria que a minha casa...”

APÊNDICE B - Resultados dos Poemas dos DesejosPoema dos Desejos de Dona Margarida

Poema dos Desejos de Seu Jacinto

"Eu gostaria que a minha casa..." tivesse saneamento básico
que fosse o lugar urbanizado e seguro

Poema dos Desejos de Hortência

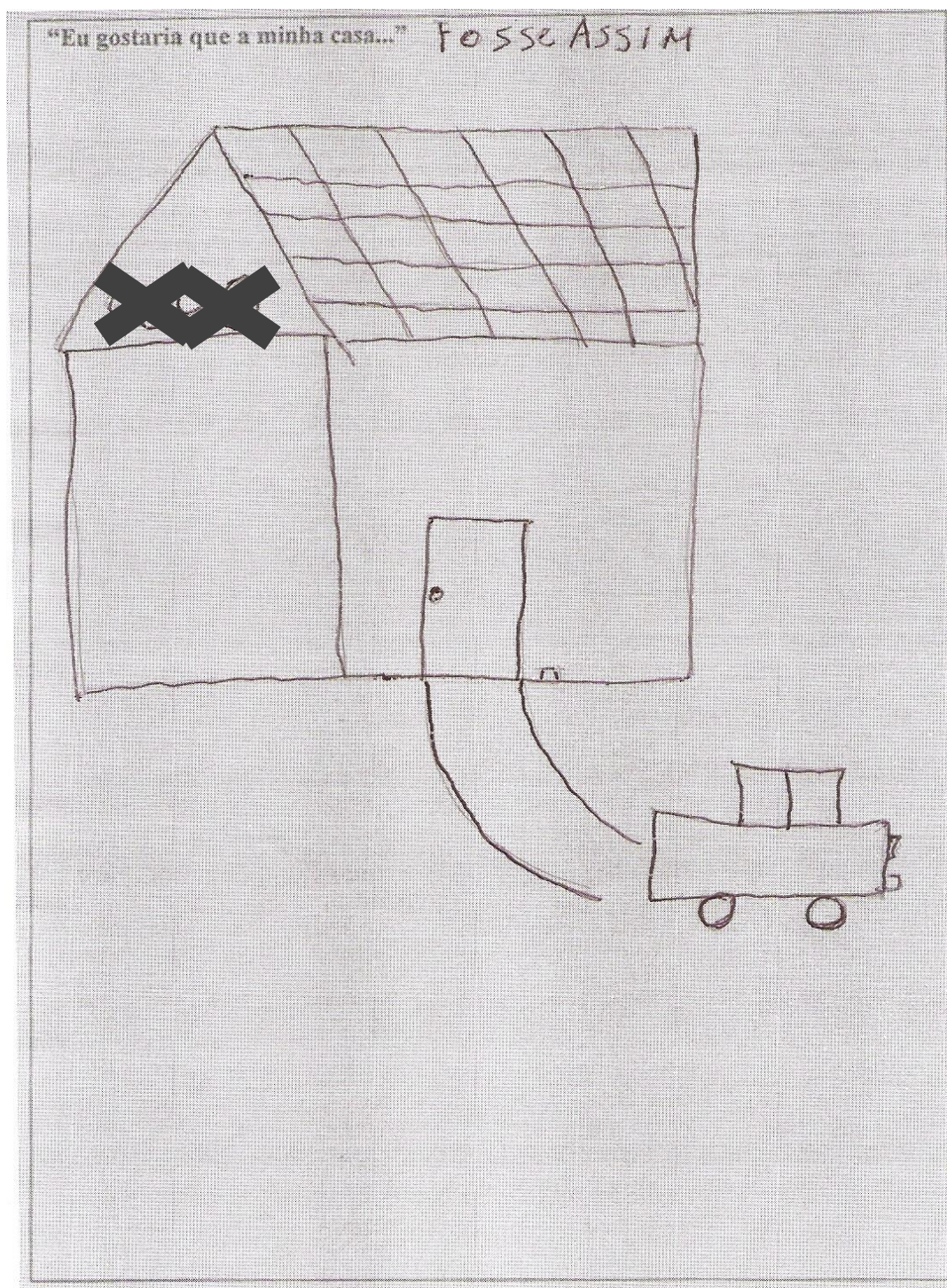
“Eu gostaria que a minha casa...”



Tivesse uma estrutura melhor, me
refino as madeiras que no momento
apresenta fora isso ela é o melhor lugar
do mundo.


05/05/14

Poema dos Desejos de Tulipa



Poema dos Desejos de Dona Girassol

"Eu gostaria que a minha casa..."



Gostaria que
minha casa um
pouco mas arruma
do
Passasse uma refor-
ma para que ficasse um
agradavel ~~o~~ que faz parte da
felicidade da mulher

Poema dos Desejos de Dona Palma

"Eu gostaria que a minha casa..."

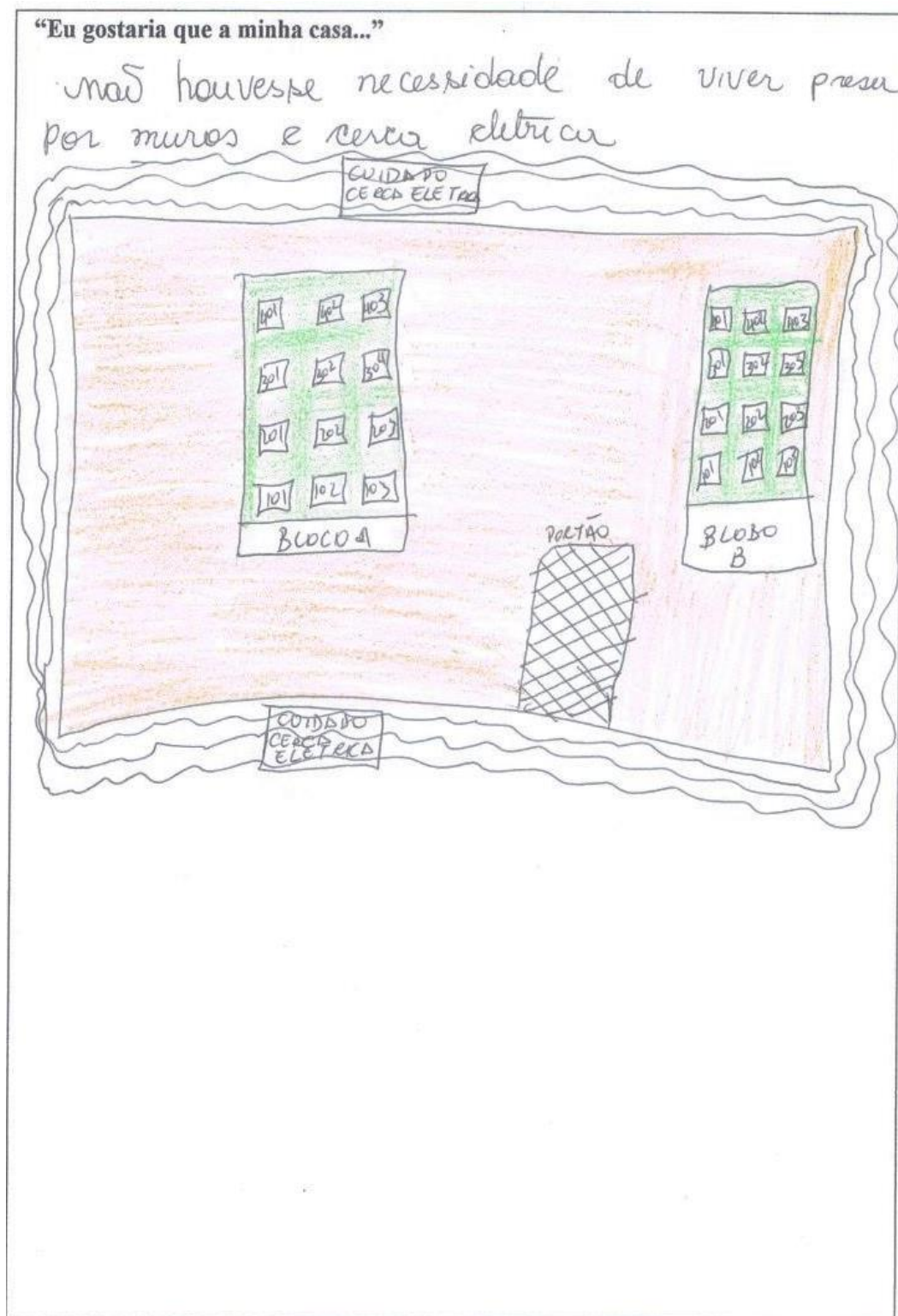
Fosse linda,
confortável,
com jardim na frente.
sala pra receber
muita família de
Belém ficar.

Casa que não chova dentro
de casa. Uma sala
com dois quartos.
Banheiro bonito
que não caia. Cozinha
quente com horta.
Comer fruta e verduras
do quintal com água
encanada.

Tem quintal que não plantam
nada.

Aqui em Barrocas, agora tem energia
melhor.

Poema dos Desejos de Gardênia



Poema dos Desejos de Rosa



APÊNDICE C – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas

Entrevistas semiestruturadas

1) Quando foi que você chegou na comunidade? Como era a sua casa onde você morava antes de chegar aqui? E por que você se mudou para cá?

2) O que é uma casa para você? Compare a sua casa com alguma coisa.

3) Como você se sente em sua casa? Você gosta de morar aqui? O que você gosta mais e menos na sua casa (pessoas, objetos, ambientes, vizinhos)?

5) Você se sente protegido na sua casa? O que faz você se sentir protegido ou desprotegido?

6) Que cuidados costuma ter com a sua casa? O que você faz na sua casa para se sentir bem nela, tendo “a sua cara”?

9) Seus vizinhos são amigos? Gosta de todos eles? Eles são os mesmos desde que você chegou por aqui? Qual o sentimento em relação às pessoas que estão chegando?

10) O que mudou desde que você ou vocês chegaram aqui?

12) O que as pessoas da comunidade costumam fazer nos tempos livres? Há costume de ir a lugares específicos ou existem festas na região? Existe a vontade de fazer festa para a comunidade em geral dentro da região?

13) Como você chama o local em que você mora? Como as pessoas chamam este lugar? Você gosta deste nome? O que lhe incomoda? Por quê?

14) Como você vê a comunidade, em relação aos seus habitantes, aos aspectos de infraestrutura (serviços básicos, saneamento, energia, condições de

moradias, etc.), acessibilidade (permeabilidade na comunidade, corredores, acessos, etc.), mobiliários urbanos (bancos, praças, postes de iluminação, apoios de bicicleta, flores, brinquedos)?

15) Você gosta de dizer que mora aqui? Tem orgulho deste lugar? Acha que sua comunidade é diferente das outras? E a sua casa? Por quê?

16) Qual a justificativa que você acha que existe para as pessoas na comunidade que usam drogas ou cometem crimes?

17) Como seria a casa ideal pra você?

APÊNDICE D – Montagem com fotografias de casas da comunidade urbana 31 de Março feitas em maio de 2014 no local



APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ****UNIVERSIDADE DE FORTALEZA****VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO****COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

TÍTULO DA PESQUISA: O significado da casa para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza - Ce

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Clarissa Freitas de Andrade

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que irá investigar a importância que a casa tem para moradores da Comunidade 31 de Março, entendendo seus relacionamentos com a casa, vizinhança, além dos serviços do lugar, tais como transportes, escola, postos de saúde, segurança, através de entrevistas que, se permitidas, poderão ser gravadas.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar da pesquisa você poderá primeiro preencher uma folha de papel A-4 com palavras, desenhos, frases ou poemas que manifestem como você gostaria que a sua casa fosse e, segundo, responder a uma entrevista com doze perguntas. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado os desenhos e entrevistas, sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Os procedimentos utilizados serão, primeiramente, desenhos ou frases manifestando seu desejo de como gostaria que a sua casa fosse, além da entrevista que pode ter suas respostas gravadas, podendo trazer algum desconforto como a possibilidade de constrangimento ou de sofrimento relacionados às possíveis dificuldades existentes no lugar ou ao seu

estilo de moradia. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, que terá seu desconforto reduzido na coleta e exposição dos seus dados, evitando-se revelar seus nomes verdadeiros, garantindo-se, ainda, que em caso de qualquer desconforto gerado pela pesquisa podemos interrompê-la, agendar, para outro momento ou horário, o encontro, ou cancelá-lo, sem nenhum problema.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com a pesquisa são no sentido de, a partir do conhecimento de como você vivencia a sua casa na comunidade, que orientações possam ser prestadas tais como formações sobre como dar melhor destino para o lixo, coleta seletiva, higiene pessoal, planejamento de hortas, construções de reuniões de comunidade, entre outros tipos de apoio que eu possa fornecer.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação, explicação ou esclarecimento por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, você pode me procurar (Clarissa Freitas de Andrade) na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), localizada na Av. Washington Soares, 1321, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e/ou Psicologia (Bloco N, sala 13), telefone: 3477.3000.

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por gravações ou escritos serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus (Suas) respostas, falas e dados pessoais ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em nenhum lugar das perguntas ou nas fichas de resultados.

6. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Clarissa Freitas de Andrade

Endereço: Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Avenida Washington Soares, 1321, bloco N, sala 13.

Telefone para contato: (85) 3477.3000

Horário de atendimento: Horário comercial

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza, Ce.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano C COÉTICA

Universidade de Fortaleza.

Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar.

Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341.

Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza, Ce.

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma via deste Termo e a outra ficará com o pesquisador.

O participante de pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, deve rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido "C TCLE "C apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deve, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido "C TCLE "C apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

9. CONSENTIMENTO PÓS ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-Ce., _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou Representante Legal

Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE F – Parecer Consubstanciado – Plataforma Brasil

Título da Pesquisa: "O significado da casa para moradores de habitações precárias em uma comunidade urbana de Fortaleza-Ce"

Pesquisador: Clarissa Freitas de Andrade

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30288614.3.0000.5052

Submetido em: 10/10/2014

Instituição Proponente: Fundação Edson Queiroz

Situação: Aprovado

Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio